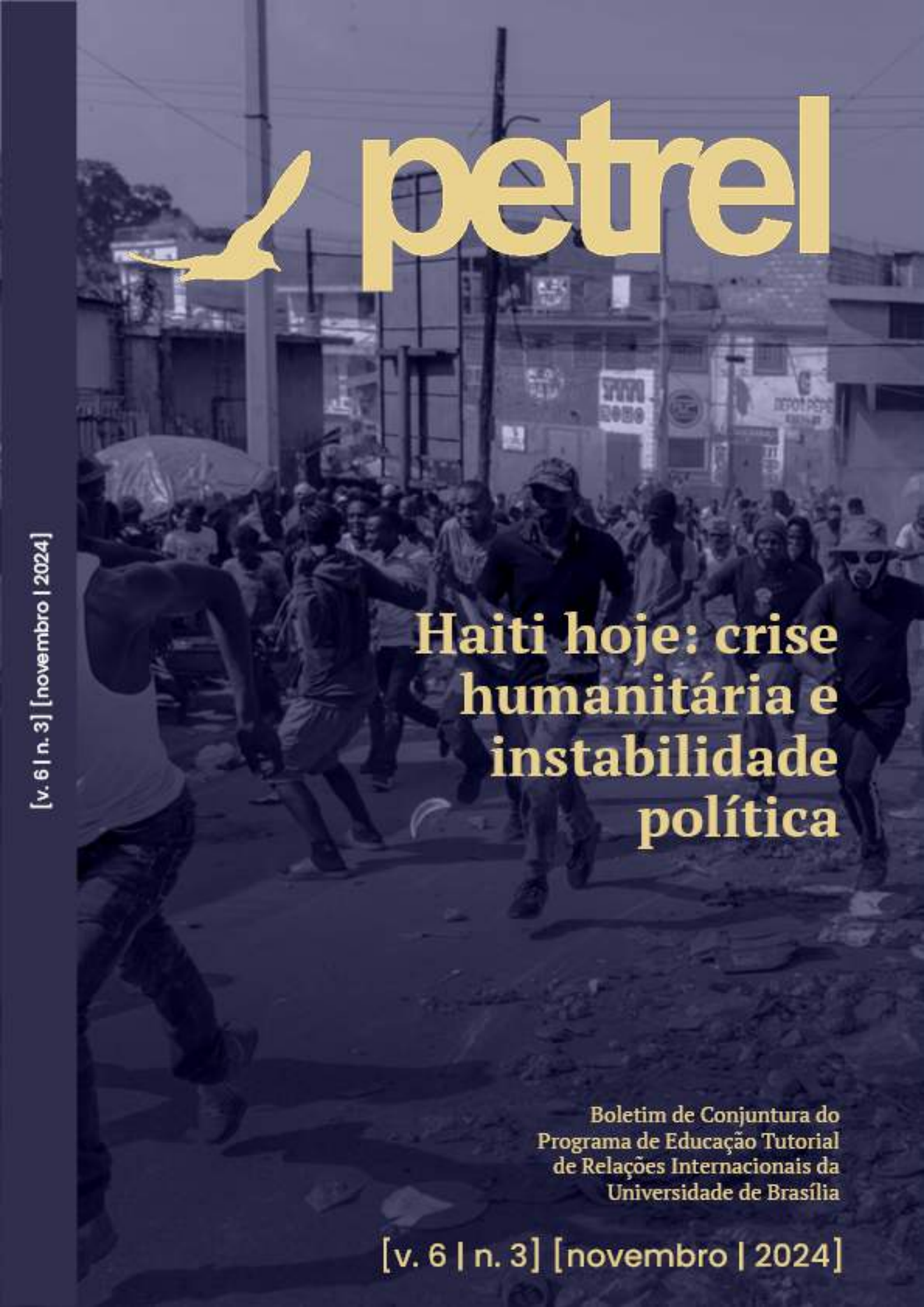




petrel

[v. 6 | n. 3] [novembro | 2024]




Haiti hoje: crise humanitária e instabilidade política

Boletim de Conjuntura do
Programa de Educação Tutorial
de Relações Internacionais da
Universidade de Brasília

[v. 6 | n. 3] [novembro | 2024]

Boletim de Conjuntura do
Programa de Educação Tutorial
de Relações Internacionais da
Universidade de Brasília



Expediente

Conselho Editorial:

Luiz Daniel Jatobá França

Projeto Gráfico e Diagramação:

Felipe Alexandre Moura

Marina Morena Caires Santos

Vitor Vieira Branquinho

Fotografia:

Marcello Casal Jr | Agência
Brasil

Revisão:

Luiz Daniel Jatobá França

Programa de Educação Tutorial –
Relações Internacionais [PET-REL]
Instituto de Relações Internacionais,
Universidade de Brasília [IREL-UnB]
Universidade de Brasília, Campus
Darcy Ribeiro, Asa Norte – Brasília [DF]

CEP 70910-900 | petrel.unb.br

Criado e implantado em 1979 pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o PET – então Programa Especial de Treinamento e hoje Programa de Educação Tutorial – é um Programa acadêmico direcionado a alunos regularmente matriculados em cursos de graduação. Tais estudantes são selecionados pelas instituições de ensino superior de que participam e se organizam em grupos, recebendo orientação acadêmica de professores-tutores. O PET visa envolver os alunos que dele participam num processo de formação integral, propiciando-lhes compreensão abrangente e aprofundada de sua área de estudos. São objetivos deste Programa: a melhoria do ensino de graduação, a formação acadêmica ampla do estudante, a interdisciplinaridade, a atuação coletiva e o planejamento e a execução, em grupos sob tutoria, de uma gama diversificada de atividades acadêmicas. Até o ano de 1999, o Programa foi coordenado pela CAPES. A partir de 31 de dezembro de 1999, o PET teve sua gestão transferida para a Secretaria de Educação Superior, ficando sob a responsabilidade do Departamento de Projetos Especiais de Modernização e Qualificação do Ensino Superior. Desde então, vem sendo executado levando em conta as diretrizes e os interesses acadêmicos das universidades às quais se vincula, e que passaram a ser responsáveis por sua estruturação e coordenação. O PET-REL – Programa de Educação Tutorial em Relações Internacionais – foi criado em 1993. Inserido nos grupos PET da Universidade de Brasília, destaca-se por seu pioneirismo em levar o campo de estudos das relações internacionais para o âmbito do Programa. O PET-REL é constituído por estudantes, que desenvolvem atividades baseadas nas três funções básicas da Universidade: ensino, pesquisa e extensão.

Programa de Educação Tutorial em Relações Internacionais da Universidade de Brasília

O Laboratório de Análise de Relações Internacionais (LARI) é um dos principais instrumentos pedagógicos do PET-REL. O LARI estabelece-se pelo uso de um conjunto de metodologias consagradas no campo das Relações Internacionais, tais como Análise de Política Exterior, Análise Histórica de Relações Internacionais, Análise Crítica de Discurso, dentre outras. Com isso, constitui-se como esforço intelectual de captura, explicação e entendimento das dinâmicas das Relações Internacionais. O LARI oportuniza aos estudantes aprofundar e aprimorar conhecimentos essenciais para sua formação cidadã exigindo dedicação, disciplina, criatividade e pensamento crítico na construção e produção de análises internacionais. O LARI, pensado como um observatório da conjuntura internacional, permite aos estudantes produzir interpretações sobre as dinâmicas globais e que sejam cientificamente embasadas. O cerne das atividades do LARI compõe-se organicamente ao longo de todas as atividades desenvolvidas pelo PET-REL, com momentos especiais de encontros para discussão sobre temas pré-definidos, com base em um termo de referência construído coletivamente pelo grupo. O termo de referência (briefing) visa guiar os participantes e estimular o debate em torno de elementos de análise relevantes, possibilitando identificar variáveis e questões para serem consideradas nas análises. Vale pontuar que o LARI está aberto à participação de estudantes de outros cursos e instituições, no sentido de enriquecer a experiência e tornar o Laboratório ponte na construção de articulações interinstitucionais. Após o debate coletivo com base no termo de referência, os participantes partem para a etapa de produção de suas análises de conjuntura, teórica e metodologicamente embasadas. O conjunto dessas análises, corrigidas por pares pelos petianos e avaliadas pelo tutor, resulta na "Revista Petrel", um Boletim de Conjuntura do Programa de Educação Tutorial de Relações Internacionais da Universidade de Brasília. Por fim, podemos afirmar que o PET-REL, através de atividades como o LARI, consolida-se como espaço de comunhão das atividades de ensino, pesquisa e extensão, conectando o trabalho do grupo com o de nossa comunidade acadêmica.

O Laboratório de Análise de Relações Internacionais (LARI)

Sumário

Apresentação - A conjuntura atual do Haiti: a crise política e humanitária de 2024 Daniel Jatobá	8
Haiti e o Contrato Social Vítor Vieira Branquinho	16
A "Lei de Murphy haitiana": azar ou consequência? Camila Gomes	24
O Acordo de Montana e a possibilidade de cooperações técnicas entre Brasil e Haiti na reconstrução haitiana Nathália Rabelo	31
Missões de paz da ONU no Haiti: uma análise de históricos problemáticos Gabriel Munir	40
The Ethics of Regime Change in Haiti Marco Octávio de Meneses	52
A tragédia do Haiti: a farsa da nova intervenção João Paulo Urbano	60
Violência de Gênero em Operações de Peacekeeping no Haiti Cecília Dias e Érica Amarante	68
O Brasil no Haiti: mais uma incursão da masculinidade militarizada? Felipe Alexandre Moura	77
Haiti on the edge of security: is the violence in the country a narco-terrorism phenomenon? Lenira Oliveira	84

Sumário

Haiti e CARICOM: legitimidade em via de mão dupla 91
Marina Morena Caires Santos

Refugiados ambientais no Haiti: um desafio humanitário e ecológico 100
Kaio Lucas S. Mesquita & Natália Grass

Destrinchando o Haiti: da crise ambiental à resiliência comunitária 109
Maria Fernanda Pimentel

Apresentação

A conjuntura atual do Haiti: a crise política e humanitária de 2024

DANIEL JATOBA*

** Tutor do Programa de Educação Tutorial do Curso de Relações Internacionais da UnB (PET-REL/UnB). Professor Associado no Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (IREL/UnB). Professor no Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas do Instituto de Ciências Sociais (ICS/UnB). Coordenador do Grupo de Pesquisas Núcleo de Estudos Latino-Americanos (NEL/UnB). Coordenador do Projeto de Extensão Laboratório de Estudos Diplomáticos (LED/UnB). E-mail: danieljatoba2008@gmail.com.*

O Haiti, a primeira nação negra independente do mundo e o primeiro país da América Latina a abolir a escravidão, continua a enfrentar uma série de desafios complexos, crises humanitárias profundas. Historicamente, o Haiti tem lidado com uma série de desafios estruturais, com destaque para a dependência externa, intervenções estrangeiras, instabilidade política, pobreza extrema e desastres naturais. Em 2024, a complexa interação entre crise político-institucional, violência de gangues poderosas e articuladas com autoridades e crise humanitária transformou o Haiti em um foco de preocupação na arena internacional.

A renúncia do primeiro-ministro Ariel Henry, após a obstrução do seu retorno ao país por grupos armados liderados por figuras como Jimmy Chérizier, também conhecido pela alcunha de "Barbecue" e líder da aliança de gangues G9, bem como o quadro mais amplo de colapso do Estado haitiano, fragilidade de suas infraestruturas e contínua interferência externa, contribuíram para a escalada de um quadro de violência, miséria e deslocamentos forçados. A falta de eleições regulares, o vácuo de poder, a atuação de grupos armados e a corrupção endêmica paralisaram as instituições públicas, resultando em uma escalada de violência, colapso da ordem pública e uma crise humanitária de proporções devastadoras. Atualmente, o Haiti enfrenta uma combinação de crises que envolve não apenas a precariedade das condições de vida da população, mas também um contexto de ausência de governança que desafia qualquer resposta local ou internacional efetiva.

A nova edição da Revista PET-REL reúne treze análises de conjuntura sobre diferentes aspectos que compõem a crise haitiana contemporânea. Seus autores e autoras são membros do corpo docente do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, em sua maioria

integrantes do Programa de Educação Tutorial do curso. Pretendo apresentar, de modo resumido, as diversas temáticas analisadas, os modos de abordá-las e os argumentos centrais de cada um dos textos elaborados pelos autores, os quais, em seu conjunto, nos apresentam um interessante panorama sobre a conjuntura atual do Haiti. Além da diversidade temática e de abordagens teóricas, ressalta da leitura dos textos uma notável pluralidade de ideias e argumentos que, talvez mais do que em edições anteriores, caracteriza essa edição especial da Revista.

A análise intitulada “O Brasil no Haiti: mais uma incursão da masculinidade militarizada?”, de autoria de Felipe Alexandre Moura, investiga a participação brasileira na Missão Multinacional de Apoio à Segurança no Haiti, aprovada pela resolução 2699/2023 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, com foco no treinamento tático oferecido pelo Brasil à Polícia Nacional haitiana. O autor faz uma análise crítica da militarização brasileira no contexto haitiano, utilizando uma perspectiva feminista para explorar como a masculinidade militarizada foi reforçada pela Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH). Moura destaca o legado problemático da MINUSTAH, associando-o ao aumento da violência sexual e da exploração de mulheres haitianas, que teria sido agravado pela “economia de peacekeeping”. Ele questiona a eficácia e o impacto ético do novo treinamento proposto pelo Brasil e argumenta que, ao enfatizar a centralidade das forças militares, o Brasil corre o risco de perpetuar dinâmicas de exclusão e violência no Haiti. O autor conclui propondo uma reflexão mais ampla sobre as implicações da presença brasileira no país e sugere a criação de uma comissão da verdade para investigar os crimes cometidos durante a MINUSTAH.

O texto de autoria de Marco Octávio Meneses, “A Ética da Mudança de Regime no Haiti”, também examina as considerações éticas em torno da intervenção estrangeira no Haiti. Meneses enquadra o debate no contexto da teoria política internacional normativa, para argumentar que embora o Haiti necessite de uma intervenção militar estrangeira para restaurar a segurança e a ordem, a mudança de regime não se justifica. Ele explica metodicamente a estrutura ética para a intervenção, invocando as três concepções de justiça como não-dominação, imparcialidade e reconhecimento mútuo, conforme apresentados por Erik Oddvar Eriksen. Meneses enfatiza que a intervenção não deve impor controle externo de modo arbitrário e deve ser realizada por meio de mecanismos internacionais imparciais, argumentação que justifica a posição do autor em defesa de uma estratégia de intervenção eticamente fundamentada no

Haiti: para ele, a intervenção no Haiti deve ser desenhada para eliminar a influência do crime organizado, em vez de substituir o governo. Ele defende que uma política externa moralmente correta deve focar na proteção dos direitos humanos, garantir a segurança e promover a participação local no processo de reconstrução.

Também no caminho de uma reflexão crítica teoricamente fundamentada, a análise de título “Haiti e o Contrato Social”, de Vítor Vieira Branquinho, aplica a teoria contratualista clássica ao contexto atual do Haiti, argumentando que o país falhou em cumprir sua razão de Estado, conforme proposta por Friedrich Meinecke no final dos anos 1950. Branquinho faz uma análise da conjuntura atual do Haiti à luz dos pensamentos de Thomas Hobbes e John Locke sobre o contrato social, explorando como o Estado haitiano tem sido incapaz de garantir a segurança, a liberdade e a propriedade de seus cidadãos — elementos centrais para a legitimidade do Estado. Sendo assim, a ausência de uma autoridade legítima e a incapacidade do governo de lidar com o crime organizado colocam o Haiti em um cenário de colapso institucional, onde a violência se expande e as condições de vida da população se deterioram, o que, para ele, pode ser visto como uma ruptura do contrato social entre o governo e a sociedade. Branquinho conclui que, sem o cumprimento dos direitos fundamentais previstos por Hobbes e Locke, como a proteção à vida e à propriedade, o Estado haitiano perde sua legitimidade, retornando ao estado de natureza. O autor deixa em aberto a possibilidade de uma intervenção ou ajuda internacional como única solução para restaurar a função do Estado e evitar o colapso completo da sociedade haitiana.

Em “Destinchando o Haiti: crise ambiental e resiliência comunitária”, a autora Maria Fernanda Pimentel desenvolve uma análise das interseções entre a degradação ambiental e as dinâmicas socioeconômicas e políticas que moldam o país. Explora-se como o desmatamento severo, impulsionado pela dependência do carvão vegetal, não só destruiu a cobertura florestal, mas também desencadeou um ciclo vicioso de erosão do solo, perda de biodiversidade e vulnerabilidade a desastres naturais. Essas condições agravam as crises alimentares e econômicas em um país já marcado por uma história de exploração colonial, instabilidade política e intervenções estrangeiras. Por outro lado, o texto também destaca o poder de adaptação das comunidades haitianas, que têm recorrido a formas inovadoras de resiliência, como o sistema de trabalho comunitário konbit e práticas agrícolas sustentáveis. Entretanto, como argumenta a autora, embora esses mecanismos comunitários de resistência sejam essenciais para a sobrevivência, eles são insuficientes diante dos desafios estruturais que exigem a implementação de políticas públicas robustas e uma maior coordenação internacional.

A análise de Camila Gomes, intitulada "A 'Lei de Murphy haitiana': azar ou consequência?", oferece uma visão crítica sobre os diversos fatores que impactaram – e continuam a impactar – o Haiti, utilizando a famosa "Lei de Murphy" como metáfora para explicar a sucessão de eventos adversos que assolam o país. De início, a autora sublinha a inevitabilidade das crises no Haiti, dada sua localização geográfica, propensa a desastres naturais, como terremotos e furacões devastadores, o que, por si só, já coloca o país em uma posição vulnerável. No entanto, Gomes destaca que não é apenas o "azar" que explica a realidade haitiana, mas uma conjunção de fatores históricos, políticos e sociais que moldaram sua trajetória. O Haiti, apesar de sua histórica revolução contra a escravidão e a conquista da independência em 1804, não conseguiu firmar-se como uma nação soberana e estável. A exigência de uma indenização à França por sua independência e os sucessivos empréstimos tomados para cumprir essa exigência colocaram o país em uma crise econômica que persiste até hoje. Além disso, as intervenções estrangeiras, muitas vezes fracassadas, só intensificaram os problemas políticos e securitários, enfraquecendo ainda mais o Estado haitiano e criando espaço para a violência e o domínio de gangues; o texto reflete então sobre a responsabilidade compartilhada por diversos atores internacionais, como França e EUA, além de instituições internacionais que contribuíram para a instabilidade do país. A abordagem equilibrada da autora nos lembra da complexidade das inúmeras crises haitianas e da importância de olhar para além das explicações simplistas de azar, buscando as raízes estruturais e históricas que continuam a moldar sua realidade.

Na análise intitulada "Haiti à beira da segurança: a violência no país é um fenômeno de narcoterrorismo?", de autoria de Lenira Vitoria Oliveira, discute-se a crescente onda de violência no Haiti, situando o país em um cenário de degradação da segurança interna e investigando se essa violência pode ser caracterizada como narcoterrorismo. A crise política e a incapacidade de sucessivos governos em restaurar a ordem permitiram que grupos armados dominassem regiões estratégicas, exacerbando a já severa crise humanitária. O conceito de narcoterrorismo, amplamente utilizado desde a década de 1980, é examinado de forma crítica na análise. Oliveira explora as múltiplas definições do termo e questiona se ele pode ser adequadamente aplicado à realidade haitiana. Ela argumenta que a violência no Haiti não se alinha perfeitamente às características clássicas do narcoterrorismo, dado que as gangues haitianas, embora envolvidas no tráfico de drogas e armas, muitas vezes operam abertamente e com o apoio de elites políticas e econômicas, o que torna a relação entre crime

organizado e o poder estatal mais complexa, escapando da simplificação que o conceito tende a implicar.

Em “Haiti e CARICOM: legitimidade em via de mão dupla”, Marina Morena Santos explora a interação entre o Haiti e a Comunidade do Caribe (CARICOM), analisando como ambos buscam legitimidade internacional. O Haiti, membro da CARICOM, enfrenta desafios políticos e humanitários contínuos, recorrendo à CARICOM para obter validação de seus governos e ações. A CARICOM, por sua vez, utiliza sua atuação no Haiti como meio para ganhar relevância internacional, aproximando-se de grandes atores como a ONU e a OEA. A análise fundamenta-se no conceito clássico de legitimidade tal como proposto por Inis Claude Jr., que define a legitimidade não apenas como uma questão de princípios morais ou legais, mas como um fenômeno político vinculado ao reconhecimento por atores multilaterais. Neste contexto, a CARICOM, historicamente envolvida em missões de paz e apoio político no Haiti, emerge como um exemplo de como uma organização regional pode buscar sua própria legitimidade ao promover os valores da democracia liberal.

A análise “Violência de Gênero em Operações de Peacekeeping no Haiti”, de Cecília Dias e Érica Amarante, explora a violência de gênero nas operações de paz da ONU, utilizando como estudo de caso a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH). A análise compara os mecanismos da Resolução 1325/2000, que estabeleceu a agenda “Mulheres, Paz e Segurança” (MPS), com a Resolução 1542/2004, que autorizou a MINUSTAH, e a Resolução 2699/2023, que lança uma nova missão no Haiti. Dias e Amarante argumentam que a formalização de políticas de igualdade de gênero, como na agenda MPS, tem sido insuficiente na prática, evidenciado pelos numerosos casos de violência sexual cometidos por peacekeepers no Haiti. Para as autoras, apesar de avanços normativos, ainda há falhas recorrentes na implementação dessas políticas em operações de paz, incluindo a ausência de treinamentos específicos e a responsabilização inadequada de perpetradores.

A análise de conjuntura “O Acordo de Montana e a possibilidade de cooperações técnicas entre Brasil e Haiti na reconstrução haitiana”, de autoria de Nathália Rabelo, aborda o Acordo estabelecido em 2021, o qual tem o objetivo de restaurar a ordem democrática e a soberania do país, representando a expectativa de uma solução “haitiana para haitianos”, com o envolvimento de diversos segmentos da sociedade civil. Rabelo destaca a crítica de Jake Johnston, que descreve o Haiti como um “Estado dependente” em vez de um “Estado falido”, enfatizando os efeitos das intervenções internacionais que contribuíram

para a instabilidade e discutindo como a corrupção e o envolvimento das elites políticas com gangues alimentaram a crise, resultando em uma população sem acesso a serviços básicos e à mercê da violência endêmica. O texto também propõe a cooperação técnica entre o Brasil e o Haiti, através da Polícia Federal e do Tribunal Superior Eleitoral, como forma de apoiar a implementação dos objetivos do Acordo de Montana. Essa cooperação pretende focar no fortalecimento das capacidades locais de segurança e na organização eleitoral, promovendo um caminho em direção à autonomia do Haiti e evitando a repetição de dependências prejudiciais observadas em intervenções passadas. O Acordo de Montana, assim, é apresentado como uma oportunidade para a reconstrução do Estado haitiano por meio de esforços internos e parcerias estratégicas.

"A tragédia do Haiti: a farsa da nova intervenção", de autoria de João Paulo Urbano, traz uma análise crítica e afiada sobre a recente intervenção militar no Haiti, liderada pelo Quênia, e a reiterada promessa de segurança e estabilidade que acompanha tais iniciativas. A chegada do contingente de 2.500 policiais, em junho de 2024, levanta questões inquietantes sobre a eficácia das intervenções anteriores, especialmente a Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH), marcada negativamente pela violação dos direitos humanos e agravamento da situação social e política do país. Urbano destaca que, apesar de quase duas décadas de distância entre as missões, os objetivos se repetem: estabilizar o país e promover eleições democráticas. No entanto, a triste realidade é que a MINUSTAH ficou marcada por consequências devastadoras, incluindo epidemias, massacres e uma contínua instabilidade política. O autor argumenta que a repetição dessa abordagem militarizada pela nova Missão Multinacional de Apoio à Segurança (MMS) não só é uma farsa, mas potencialmente catastrófica, já que ignora as lições amargas do passado. O autor apresenta dados que questionam a narrativa de violência iminente utilizada para justificar a intervenção. Com base em comparações entre as taxas de homicídios em diferentes países, o texto sugere que o contexto da segurança no Haiti era tratado de forma simplista, desconsiderando a complexidade das dinâmicas sociais que perpetuam a violência. A análise de Urbano é um chamado à reflexão sobre a eficácia das intervenções militares no Haiti e a urgência de uma abordagem que considere a voz e as condições de vida da população local. Sem um entendimento profundo dos problemas estruturais e uma real participação da sociedade haitiana, as intervenções internacionais estarão fadadas a perpetuar ciclos de violência e sofrimento, em vez de promover a paz e a necessária reconstrução da nação.

Gabriel Munir, em "Missões de Paz da ONU no Haiti: uma análise de históricos problemáticos", promove uma reflexão crítica sobre as intervenções internacionais no Haiti, que se estendem desde as primeiras missões nos anos 90 até a atual Missão Multinacional de Apoio à Segurança, liderada pelo Quênia. Através de uma análise histórica, o autor evidencia as contradições e falhas que permeiam as operações da ONU no país, destacando como a ostensiva ajuda humanitária frequentemente se traduz em ações que podem agravar os problemas existentes, em vez de resolvê-los. O texto discorre sobre as motivações que levaram à implementação das várias missões da ONU, incluindo a UNMIH, UNSMIH, e, mais notavelmente, a MINUSTAH, que se tornou sinônimo de controvérsias devido aos abusos cometidos por tropas estrangeiras. A análise também critica a abordagem de segurança militar, destacando como a MINUSTAH, sob liderança brasileira, falhou em promover uma verdadeira estabilização, resultando em consequências como a epidemia de cólera e múltiplos casos de abusos de direitos humanos. Este crítico olhar sobre as operações armadas serve como base para não apenas reavaliar as intervenções anteriores, mas também colocar em perspectiva a missão atual liderada pelo Quênia, que levanta preocupações semelhantes em relação ao uso da força e à violência sistemática. A repetição de um modelo que ignora as raízes socioeconômicas da crise haitiana se revela contraproducente.

O texto "Refugiados ambientais no Haiti: um desafio humanitário e ecológico", de autoria de Kaio Lucas Mesquita e Natália Grass, aborda a crescente crise dos refugiados ambientais na nação caribenha, um fenômeno que se intensifica em decorrência de desastres naturais e degradação ambiental. O Haiti, que já enfrenta desafios históricos relacionados à instabilidade política e social, agora se vê à mercê de uma crise que combina elementos ecológicos e humanos, levando cada vez mais pessoas a deixarem suas terras em busca de sobrevivência. Os autores destacam que a degradação ambiental, resultante do desmatamento e práticas agrícolas insustentáveis, agrava a situação e provoca um aumento no número de refugiados ambientais, os quais são forçados a abandonar suas casas devido a condições adversas impostas pelo meio ambiente, o que torna seu desafio particularmente complexo e muitas vezes invisível. A análise propõe uma reflexão sobre as políticas públicas e a importância de iniciativas de cooperação, tanto local quanto internacional, que podem contribuir para a resiliência ambiental e a redução da vulnerabilidade das comunidades afetadas.

A edição especial da Revista PET-REL oferece uma análise abrangente e multifacetada da complexa realidade haitiana em 2024, ressaltando as intersecções entre crises

políticas, humanitárias e ambientais. Os textos que os leitores poderão ler a seguir não apenas abordam os desafios prementes que o Haiti enfrenta, mas também oferecem perspectivas críticas e propostas de reflexão sobre a atual conjuntura haitiana, combinando elementos históricos e atuais, dinâmicas internas e intervenções estrangeiras. Os textos exploram temas variados, desde as consequências da militarização da segurança até as implicações éticas das intervenções estrangeiras. As discussões abrangem questões como a violência de gênero e a legitimidade de organizações regionais no contexto haitiano, o que ilustra a necessidade de uma abordagem integrada na busca por explicações e soluções que visem a estabilização do país. A presença constante de gangues e a desintegração das estruturas de governança revelam a urgência de se repensar as estratégias atuais. A necessidade de um entendimento mais profundo das dinâmicas sociais e da participação ativa da população local nas decisões que a afetam são essenciais para criar um futuro sustentável e pacífico para o Haiti.

Assim, esta edição não se limita apenas a relatar uma crise, mas convoca à ação e ao engajamento de múltiplos atores. O diálogo entre as análises aqui apresentadas estabelece um panorama rico e diversificado, que pode servir de base para novas pesquisas e para o desenvolvimento de soluções eficazes e moralmente justificáveis. À medida que o Haiti enfrenta seus desafios, o papel do conhecimento, da pesquisa e da solidariedade acadêmica torna-se cada vez mais crucial para a construção de um futuro melhor. Portanto, é fundamental que todos os interessados leiam, reflitam e se engajem nas questões apresentadas, contribuindo para uma discussão ampla e necessária sobre a reconstrução do Haiti e o fortalecimento de suas instituições.

Boa Leitura!



Haiti e o Contrato Social

VÍTOR VIEIRA BRANQUINHO

Em pleno Renascimento, quando questionavam o papel central do homem no seu meio, Nicolau Maquiavel, um florentino que ensinava um jovem a governar, argumentou que os seres humanos seriam incapazes de se governarem sem se firmarem em uma égide centralizadora (Maquiavel, 1976 [1532]). A partir daí, Friedrich Meinecke (1957) apresenta a *raison d'État*, o motivo de existência da máquina estatal, ou seja, o porquê de um Estado dever existir. Dessa maneira, sua viabilidade está no fato de que, sem o Estado, seria inevitável o retorno à anarquia, em que os múltiplos interesses dos indivíduos fragmentariam o tecido social, o que decorreria em uma ausência de garantia dos direitos.

O Haiti, nesse contexto, mostra, desde sua independência até os dias atuais, uma estrutura fragilizada pelos fatores que moldaram sua história, seja a colonização, seja seu próprio governo. Atualmente, porém, sua conjuntura se agravou, com sucessivas demonstrações de uma instabilidade governamental, problemas com violência urbana, precariedade das condições humanas, sem perspectiva de mudança no curto prazo. Assim, essa análise, a partir dos pressupostos contratualistas, busca mostrar porque o Haiti não tem cumprido sua função, perdendo sua razão de Estado. É importante ressaltar que o viés dessa análise não está em apresentar os fatores estruturais que decorreram no que é visto hoje no Haiti, mas na associação das ideias do Contrato Social com sua realidade presente.

Os contratos com a sociedade civil

Os contratualistas foram filósofos políticos que, preocupados em justificar a necessidade de um Estado, estabeleceram funções a ele, de modo que, juntos, os indivíduos aceitassem ser governados por um ente centralizado. Eles partiam de um modelo de "pré-contrato", em que os humanos viviam em seu estado natural e, por

certo motivo, aceitaram um contrato tácito de que seria melhor uma instituição que zelasse por seus interesses, nascendo então o Estado. Sob esse governo, a sociedade civil poderia viver em ordem e estava habilitada a se desenvolver e alcançar uma boa qualidade de vida. Essa análise usará de conceitos cunhados por Thomas Hobbes e John Locke, dois filósofos de tal corrente.

Para Thomas Hobbes (1983 [1651]), o homem em sua natureza é violento e egoísta, buscando sempre seus próprios interesses, a despeito dos outros indivíduos, representado pela célebre máxima: o homem é o lobo do próprio homem. Uma vez que não há como garantir os próprios objetivos, instala-se uma anarquia em que todos lutam contra todos, prevalecendo o mais forte. Para que haja, portanto, um ponto de sobrevivência mútua e convivência pacífica, o Estado surge como uma entidade reguladora, um “leviatã” poderoso (Hobbes, 1983 [1651]), que detém o poder do uso legítimo da força. Logo, mediante essa regulação, todos estariam fadados a se comportarem e os indivíduos estariam em condições iguais de buscarem os alvos almejados – para Hobbes, o Estado serve para proteger seus cidadãos.

Já John Locke (1998 [1689]), um empirista liberal, estava preocupado com os princípios relacionados a essa corrente de pensamento. De acordo com ele, o homem nascia carente de pensamentos, moldando sua mente à medida que entrava em contato com a natureza. Nesse processo, ele era livre em suas ações e, por meio delas, transformava aquilo que usava em sua propriedade. Disso, os indivíduos entravam em conflitos, uma vez que não havia algo que legitimasse sua propriedade além do seu trabalho. Então, o Estado aparece como a instituição responsável por garantir ao homem seus direitos naturais: à vida, à liberdade e à propriedade privada. O homem poderia viver em liberdade e desfrutar de suas posses, sem que outro indivíduo pudesse se interpor em suas ações – o Estado promoveria a garantia dos direitos.

Com esses argumentos, a civilização do século XVIII, buscando motivos para legitimar a existência do Estado, creditou sua segurança e seus direitos a esse governo e ele, por sua vez, tinha a obrigação de cumprir sua função. Caso esse último não acontecesse, o primeiro deixava de ser categórico: perdendo sua utilidade, o Estado perdia seu motivo de existência. Logo, o contrato social entre o povo e o governo era válido conforme a transferência de responsabilidade fosse devolvida com a garantia das exigências.

O contexto haitiano

Desde sua independência, o Haiti sofreu sucessivas tentativas de golpes, sendo muitos deles bem-sucedidos (BBC News, 2024). Além disso, o país viveu uma ditadura de quase 30 anos sob o regime da família Duvalier, sendo considerada uma das mais violentas da América Latina, em que muitos habitantes foram mortos e a própria burocracia estatal era alterada constantemente (Estado de Minas, 2021). A ditadura só foi ter fim com a renúncia e fuga do presidente, dando abertura para o governo de Jean Baptiste Aristide. Dentre os mais recentes acontecimentos, o último presidente eleito foi assassinado e seu primeiro-ministro, devido a ameaças das gangues de tomarem completamente a capital, foi obrigado a renunciar (Agência Brasil, 2024). Dessa maneira, o país encontra-se sem um governante constitucionalmente eleito.

Outro tópico corrente é o da violência interna no país. Há uma relação entre o vácuo de poder e o aumento da presença de gangues no território (Kemp, Shaw, Boutellis, 2013). Em 1994, após intervenção estadunidense, a ditadura militar que havia se instalado ao derrubar o governo Aristide por meio de um golpe chegou ao fim, devolvendo ao líder político a gerência do país. Ao assumir, ele dissolveu o exército, o qual só foi restabelecido em 2017, durante o mandato de Jovenel Moise. Dessa forma, sem que houvesse um grupo institucional para combater, as gangues e organizações paramilitares aumentaram seu poder e influência no território haitiano (Kemp, Shaw, Boutellis, 2013).

A polícia não possui muitos recursos para lidar com os grupos organizados, decorrente dos combates com os grupos paramilitares, a perda de bases operacionais e do difícil acesso a materiais, por causa da interdição das gangues (BBC News, 2024). Dado esse quadro, a violência se alastra com pouca contingência. É estimado pela Organização das Nações Unidas que, no intervalo de um ano, o número de assassinatos duplicou, superando a marca de cinco mil mortos (Agência Brasil, 2024). Ademais, essa violência resultou no deslocamento de 314 mil habitantes do país para outras regiões e, principalmente, outros países, como, por exemplo, o Brasil, que recebeu uma alta quantidade de haitianos (IOM, 2024).

A resultante da crise de violência das gangues se dá

diretamente na vida cotidiana da sociedade civil, como foi visto no número de migrantes que deixaram o país. Cerca de 100 mil habitantes da capital do país tiveram que abandonar seus lares, alguns sendo levados a ocuparem prédios com outras finalidades civis, como escolas, igrejas e prédios do governo (O Globo, 2024). Em uma das revoltas, no final de fevereiro de 2024, gangues se juntaram e invadiram delegacias, hospitais e o próprio aeroporto. Lugares, que antes eram considerados seguros pelos habitantes, foram esvaziados pelo medo constante da morte, resultado da ação de gangues no território. Além disso, os cidadãos estão revoltados com esses grupos, uma vez que são expulsos de suas casas, sem poder de contestação (Espérance, 2024). Tampouco podem ser garantidos de suas liberdades, uma vez que podem enfrentar retaliação caso não ajudem os grupos organizados (id., 2024). Ainda assim, alguns defendem que elas poderiam garantir mais estabilidade do que o atual governo (id., 2024).

Para além desses temas, o sistema de saúde tem tido dificuldades de lidar com as demandas que vêm sendo geradas. O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) alertou que 60% dos hospitais haitianos não estão eficazmente sendo operados (ONU News, 2024). Os grupos armados atrapalham a chegada de medicamentos e equipamentos para as unidades de saúde, já que controlam portos e aeroportos do país. A UNICEF declara que esse sistema está lidando com a combinação de violência, grandes massas de deslocamento, um elevado crescimento de doenças e um aumento da desnutrição (ONU News, 2024). Enfim, a insegurança apresentada pelo país levou a um decréscimo de 40% de funcionários no setor. Tudo isso converge para um cataclismo em mais um dos setores desse Estado.

A quebra do contrato social

Sendo assim, diante dos conceitos contratualistas e da conjuntura haitiana, percebe-se o descumprimento do Estado haitiano com o contrato social e sua sociedade civil. Em primeiro lugar, a ideia geral da existência de um Estado para qualquer um dos contratualistas é que esse seja o órgão regulador dos cidadãos, ou seja, zelar pela garantia dos interesses gerais, sem que esses sejam predados pelos próprios indivíduos. Logo, dado um Estado que, historicamente, não consegue se sustentar em seus regimes, essa condição não consegue ser exercida.

As sucessivas trocas de governantes e as rupturas democráticas cooperam para a inevitável falta de garantia dos direitos. Um Estado que não consegue cuidar da própria administração não é capaz de gerir os desejos dos cidadãos.

Em segundo lugar, foi visto como os grupos organizados conseguiram instaurar caos no território, revelando uma nova forma de organização social. As barganhas e ameaças utilizadas pelas gangues colocam o próprio governo do país em xeque, além de impossibilitarem um cotidiano sem conflitos, impedindo os habitantes a seguirem com suas atividades diárias. Assim, uma vez que, para Hobbes, o Estado é aquele que estabelece uma convivência pacífica entre os indivíduos e não uma relação predatória, não é possível dizer que o Estado haitiano consegue cumprir essa função.

Por fim, essa mesma falta de segurança é responsável pela falta de garantia da propriedade privada, visto que as gangues invadiram vários estabelecimentos – tanto pessoais quanto públicos – e destituíram seus donos da posse deles. Além disso, elas impedem que os indivíduos ajam livremente, submetendo seus interesses à vontade das organizações, já que não podem usar aquilo que possuem como bem entenderem, nem expressar suas opiniões. Por conseguinte, como está sujeita à repressão, a sociedade civil não consegue se revoltar contra esse sistema de dominação, se tornando refém das gangues. E enfim, como apresentado, no tocante à vida e à saúde, os habitantes carecem de possibilidades de tratamento e melhora, por causa da falta de estabilidade e salubridade nos hospitais e, também, de medicamentos. Logo, de modo geral, os três pressupostos argumentados por Locke sobre a defesa do Estado – vida, liberdade e propriedade – não conseguem ser garantidos devido à violência no território.

Dessa maneira, sem cumprir suas funções, o Estado não possui mais legitimidade para existir, como previsto no contrato. Com a sua rescisão, os contratualistas argumentam que a centralização do poder e do governo, que antes era concebida ao Estado, deixa de ser válida e a sociedade civil volta ao estado de natureza.

Considerações finais

Em suma, foi visto que o Estado tem um papel a cumprir e esse é aquilo que lhe dá legitimidade para existir. De modo centralizado, esse governo zela pela sua população, sendo a única que lhe concede um sentido de existência. Contudo, o Haiti, hoje, apresenta uma situação em que nenhum dos pontos levantados pelos contratualistas são seguidos. Com isso, aqueles interesses originários que levaram à criação do Estado – como a segurança coletiva, a manutenção da vida, da liberdade e da propriedade e a possibilidade de crescimento – deixam de ditar o futuro da nação, o que, por sua vez, impede a sociedade civil de alcançar um bom desenvolvimento social e uma qualidade de vida satisfatória. Portanto, o questionamento estabelecido é se esse país, sem sua *raison d'État*, poderia estar retornando a uma ausência de Estado, sem normas, ou se haverá alguma mudança ou ajuda internacional, para que seu Estado volte a cumprir com os papéis que lhe são cabidos.

Referências

5 fatores que explicam as raízes históricas da crise permanente que afeta o Haiti. **BBC News**. São Paulo, março de 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c17r8ernw1xo>. Acesso em: 19 de julho de 2024.

CRISE no Haiti: deslocados por violência de gangues devem ultrapassar 400 mil nos próximos meses diz ONU. **O Globo**. Rio de Janeiro, maio de 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2024/05/13/crise-no-haiti-deslocados-por-violencia-de-gangues-devem-ultrapassar-400-mil-nos-proximos-meses-diz-onu.ghtml>. Acesso em: 19 de julho de 2024.

ESPÉRANCE, Pierre. How To Take On Haiti's Gangs. **Foreign Affairs**. 2 de abril de 2024. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/haiti/how-take-haitis-gangs>. Acesso em: 19 de julho de 2024.

HAITI: da independência à ditadura Duvalier. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, julho de 2021. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/colunistas/sueli-vasconcelos/2021/07/12/noticia-sueli-vasconcelos,1285686/haiti-da-independencia-a-ditadura-duvalier.shtml>. Acesso em: 16 de setembro de 2024.

HAITI: More than 60% of forced displacements happened in 2023, a year of growing brutality. **International Organization of Migration**. Le Grand-Saconnex, 2024. Disponível em: <https://haiti.iom.int/news/haiti-more-60-forced-displacements-happened-2023-year-growing-brutality>. Acesso em: 16 de setembro de 2024.

HOBBS, Thomas. **Leviatã: Matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil**. 3ª edição. São Paulo: Abril Cultural, 1983 [1651].

KEMP, Walter; SHAW, Mark; BOUTELLIS, Arthur. Haiti. In.: **The Elephant in the room: How can peace operations deal with organized crime?**. Nova Iorque: International Peace Institute, 2013.

LOCKE, John. **Dois Tratados Sobre o Governo**. São Paulo: Martins Fontes, 1998 [1689].

MAQUIAVEL, N. **O Príncipe**. Tradução de Roberto Grassi. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1976 [1532].

MEINECKE, F. **Machiavelism: The Doctrine of Raison d'Etat and its Place in Modern History**. London: Routledge and Kegan Paul, 1957.

Referências

MORTES por violência de gangues no Haiti aumentam em 2024. **Agência Brasil**. Genebra, março de 2024. Disponível em: [https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2024-03/mortes-por-violencia-de-gangues-no-haiti-aumentam-em-2024#:~:text=A%20viol%C3%Aancia%20das%20gangues%20no,quinta%2Dfeira%20\(28\)](https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2024-03/mortes-por-violencia-de-gangues-no-haiti-aumentam-em-2024#:~:text=A%20viol%C3%Aancia%20das%20gangues%20no,quinta%2Dfeira%20(28).). Acesso em: 16 de setembro de 2024.

PREMIÊ do Haiti Ariel Henry renuncia; governo de transição assume. **Agência Brasil**. Porto Príncipe, abril de 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2024-04/premie-do-haiti-ariel-henry-renuncia-governo-de-transicao-assume>. Acesso em: 16 de setembro de 2024.

“SISTEMA de saúde do Haiti está à beira do colapso”. **ONU News**. Nova Iorque, maio de 2024. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2024/05/1832061#:~:text=A%20paralisa%C3%A7%C3%A3o%20devido%20%C3%A0%20viol%C3%Aancia,mil%20casos%20suspeitos%20de%20c%C3%B3lera>. Acesso em: 19 de julho de 2024.

A "Lei de Murphy haitiana": azar ou consequência?

CAMILA GOMES

Here is real Murphy's Law thinking: Even if nothing can go wrong, eventually it will (Paul Schroeder, 1985).

É demasiado clichê falar sobre Haiti e instantaneamente mencionar as recorrentes crises que o circundam. Entretanto, não parece ser possível compreender a atual realidade do país sem fazê-lo. Localizado em zona com intensos movimentos de placas tectônicas propensas a gerarem terremotos frequentes, não é incomum que o país sofra com tremores de terra de magnitude superior àquele registrada com a explosão da bomba atômica de Hiroshima, no Japão, em 1945 (Mesquita; Gráss, 2024). O que por si só já geraria inúmeros desafios e poderia ser estopim para instabilidades internas diversas, é ainda mais intensificado quando se considera todo o cenário que circunda o Haiti.

Com intenso histórico colonial e imperialista, o Haiti foi o primeiro a abolir a escravidão a partir de uma revolução dos então escravos, em 1794, e a segunda nação americana a conquistar a independência, em 1804 – menos de três décadas após os Estados Unidos. As circunstâncias que envolvem a realidade haitiana são de profunda complexidade e, somadas, parecem compor o cenário perfeito de uma nação com intenso infortúnio. As problemáticas no país são diversas e perpassam simultaneamente por fatores políticos, securitários, econômicos e sociais.

Para além, desde sua independência, foram realizadas diversas intervenções internacionais ao Haiti sob a égide de apoiar o país a (r)estabelecer-se em ao menos uma das referidas áreas. Consideradas legítimas em alguns casos (Wright, 1957), muitas dessas intervenções são, até os dias atuais, envoltas de controvérsias e graves denúncias por parte da população haitiana. Tal cenário indica que, mesmo tendo conquistado a independência

ainda no início do século XIX, o Haiti não parece ter alcançado uma estabilidade duradoura que permitisse seu desenvolvimento enquanto Estado soberano – ou seja, de acordo com Ruggie (1983 apud Keohane, p. 62, 1984), um Estado que não estaria sujeito a nenhum outro ator.

Considerando o exposto, pretende-se discorrer na presente análise se a junção de fatores desfavoráveis que se somaram na história do Haiti e culminaram no que hoje é o país mais pobre das Américas e um dos mais pobres do mundo (USAID, 2021) são decorrentes de, conforme descrito na Lei de Murphy, uma sucessão de todas as possibilidades dando errado, ou se fatores além da pura “sorte” ou “azar” tiveram alguma influência relevante no atual cenário observado no país.

As tantas crises simultâneas que compõem a história do Haiti

Mesmo tendo conquistado a independência em período próximo aos Estados Unidos, o Haiti não teve o mesmo ritmo de crescimento que aquela nação. O processo de revolução e de busca pela independência haitiana deixou rastros de destruição pelo território, com o desmantelamento de infraestruturas espalhadas ao longo de sua extensão (Henochsberg, 2016). Além de lidar com a necessidade de reconstrução, o Haiti teve o reconhecimento de sua independência condicionado ao pagamento de multa à França. Tal condicionamento não apenas dificultou os investimentos na reconstrução local e na criação de novas estruturas necessárias para o desenvolvimento do Estado haitiano, como também fez com que o país contraísse dívidas externas para viabilizar o pagamento. A crise, desencadeada pela necessidade de pagamento da multa, fez com que o país sucumbisse em uma intensa crise econômica, com resquícios existentes até os dias atuais (Ghachem, 2023).

Não obstante, desde então, o Haiti tem enfrentado frequentes crises políticas e intervenções estrangeiras, que não parecem surtir efeito para firmar o país, senão para gerar ainda mais questões internas. Exemplo de tal é que, após o assassinato de Jovenel Moïse, em 2021, Ariel Henry assumiu o poder e foi observado aumento exponencial de violência, com gangues ameaçando o governo e a segurança nacional (Osborn, 2024) Com líderes que

chegam ao poder e não conseguem trabalhar em prol da população, outros atores internacionais realizam intervenções falhas, que não geram resultados positivos no longo prazo e parecem acrescentar outras questões na já extensa lista de problemas que afetam a realidade haitiana.

Outro aspecto determinante a ser considerado para compreender o Haiti é sua vulnerabilidade climática. Situado em uma região suscetível a sofrer com fortes terremotos, furacões intensos e tempestades tropicais frequentes, foi devastado em 2010 após ser atingido por um terremoto devastador que matou mais de 200 mil pessoas e deslocou outras milhares (CNN Brasil, 2024). Não fosse a falta de investimentos e ausência de infraestrutura resiliente, com espaços capazes de abrigar de forma segura a população em momentos de ocorrências naturais, talvez as perdas (especialmente humanas), pudessem ser mitigadas. Considerando que, conforme afirmado por Eduardo Viola e Larissa Basso (2016), a mudança do clima, que resultará em eventos climáticos extremos cada vez mais comuns, já é uma realidade em curso, portanto, episódios naturais extremos tendem a ser cada vez mais frequentes; podendo piorar ainda mais a situação vivida no Haiti.

Enfim, é possível discutir ainda como essas crises se convergem, tornando a busca por uma solução ainda mais difícil e sua concretização distante. Combinados, esses aspectos parecem tornar o país um perfeito exemplo de como constantemente tantos fatores distintos parecem se encontrar na ideia da Lei de Murphy para que tudo que possivelmente possa se somar para dar errado, realmente dê.

"Lei de Murphy" ou responsabilidade externa?

Conforme exposto até aqui, é possível compreender a complexidade e a quantidade de panoramas que juntos compõem a história do Haiti. Seria, então, possível considerar o Haiti como uma nação "azarada"? Quando considerado o fator geográfico, sim. Quando considerados os demais aspectos, porém, os colapsos não podem ser atribuídos diretamente a isso.

As constantes influências externas dentro do Haiti, a

começar pelo processo de reconhecimento de sua independência e as sucessivas interferências que sofreu desde então, moldaram fortemente a realidade atual do país – assim como fizeram com, ao menos, o seu futuro próximo. A crise econômica intensificou a crise política, que ofereceu espaço para o crescimento da violência e legitimidade de poderes paralelos, como o detido por gangues, a partir da falta de capacidade do Estado de prover e garantir condições básicas para sobrevivência digna da população. A violência perpetrada pelas gangues, por sua vez, legitimou, no cenário internacional, interferências estrangeiras que posteriormente receberiam denúncias de, entre outros, abuso sexual (Lee; Bartels, 2019), propagação de doenças como cólera (BBC News, 2011) e abandono parental (Lee; Bartels, 2019).

Não suficiente em um sistema interno frágil, surgiram conflitos localizados e fronteiriços, que também deixaram sequelas significativas na realidade local. Tais conflitos, comumente fundamentados em disputas históricas regionais, escalaram pela ausência de um Estado com instituições capazes de conter, intermediar e solucionar as disputas.

Em acréscimo ao panorama apresentado, o fim da estabilidade do meio ambiente (Viola; Basso, 2016) se apresenta como mais uma ameaça em um local já geograficamente desfavorável. Seus desdobramentos, com potencial catastrófico e consequências ainda desconhecidas, podem afundar o Haiti ainda mais em uma sucessão de fatores que já não parece oferecer muitos contornos possíveis no curto ou médio prazo. O avanço da degradação ambiental, unido à vulnerabilidade do território, contribuem para uma piora em indicadores sociais e econômicos de um país cujo 59% da população vive abaixo da linha da pobreza e com acesso limitado à serviços básicos (UNICEF, 2023)

Depreende-se, portanto, que atribuir a atual situação local com a ideia central da Lei de Murphy é anular, sem dúvidas, a responsabilidade que tantos atores internacionais possuíram na construção da atual realidade do Haiti, tanto aqueles com atuação mais recente, como o Brasil por meio da Minustah, como aqueles com atuação mais distante no tempo, como o império francês. A perpetuação de desigualdades e desvantagens construídas e impostas ao longo da história do Haiti formaram um ciclo vicioso difícil de ser quebrado.

Considerações finais

Embora a possibilidade de culpar o acaso e caracterizar o Haiti como um país *extremamente* azarado pareça tentadora quando encarada a complexidade de tantos fatores, essa isentaria muitos atores que contribuíram para a atual situação haitiana. É crucial compreender a complexidade das interações existentes entre fatores internos e tantos outros externos que tiveram influência simultânea na história do país.

Ainda que no sistema internacional em voga a ideia de que os países são soberanos seja amplamente aceita e defendida, nem sempre as respectivas soberanias estatais são suficientes para oferecer aos seus nacionais toda a estrutura mínima para um bom funcionamento do Estado, por vezes tornando-o frágil e suscetível à ações externas. Assim, o poder legítimo e a soberania do Estado haitiano, que se bem consolidados garantiriam sua autonomia, não tiveram a chance de se desenvolverem plenamente. Mesmo em um cenário em que o conceito de soberania seja como é, ele não é absoluto. Não o era anos atrás, quando a França colonizou um território já habitado, tampouco o é hoje, quando o conceito segue sendo desrespeitado e menosprezado com frequência. E, tudo mais constante, a tendência é que isso mantenha-se dessa forma no futuro, com mais intervenções à vista (Phillips, 2024).

É possível afirmar, portanto, que o "azar" haitiano é na realidade uma consequência, e de responsabilidade coletiva: é de responsabilidade da França, que ao colonizar e exigir multas indenizatórias exorbitantes para reconhecer a posterior independência de uma nação fragilizou uma economia que sequer havia sido estabelecida; é de países estrangeiros, que financiaram e participaram de intervenções mal-sucedidas e que geraram novas questões e intensificaram problemas existentes; é de atores internacionais, que apoiaram tais intervenções e esquivaram-se da responsabilização individual ou coletiva pelos crimes cometidos por seus representantes (Lee; Bartels, 2019); também, do próprio sistema, que visa poder acima de tudo, até acima de todos.

Pode-se dizer, enfim, que sim, muito do que poderia ter dado errado na história do Haiti até aqui, realmente deu. Isso, porém, não deve ser atribuído ao mero destino ou acaso. O azar do Haiti além de ser, na verdade, consequência de uma sucessão de acontecimentos, é também majoritariamente construído – especialmente por forças e interferências internacionais que, ao invés de ajudarem a construir e estabelecer um Estado autônomo (ou ao menos de não atrapalhar tal processo), o deterioram ainda mais.

Referências

BBC NEWS BRASIL. Tropas do Nepal foram fonte de surto de cólera no Haiti, diz ONU. **BBC News**, 5 maio 2011. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/05/110505_haiti_colera_onu. Acesso em: 23 set. 2024.

Em 2010, terremoto de magnitude similar matou mais de 200 mil pessoas no Haiti. 2023. **CNN BRASIL** 14 ago. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/em-2010-terremoto-de-magnitude-similar-matou-mais-de-200-mil-pessoas-no-haiti/>. Acesso em: 28 jul. 2024.

GHACHEM, Malick W. The real intervention Haiti needs. **Foreign Policy**, 14 set. 2023. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2023/09/14/haiti-crisis-intervention-gangs-colonialism-france-us-history-monetary-policy/>. Acesso em: 24 set.. 2024.

HENOCHSBERG, Simon. **Public debt and slavery: the case of Haiti (1760-1915)**, p. 1-60, 2016.

KEOHANE, Robert. **After Hegemony: cooperation and discord in the world political economy**. Princeton, Princeton University Press, 1984.

LEE, Sabine; BARTELS, Susan. 'They put a few coins in your hands to drop a baby in you' – 265 stories of Haitian children abandoned by UN fathers. **The Conversation**, 17 dez. 2019. Disponível em: <https://theconversation.com/they-put-a-few-coins-in-your-hands-to-drop-a-baby-in-you-265-stories-of-haitian-children-abandoned-by-un-fathers-114854>. Acesso em: 23 set. 2024.

MESQUITA, Kaio Lucas S.; GRÁSS, Natália. **Refugiados ambientais no Haiti: um desafio humanitário e ecológico**. Revista Petrel, v. 7, n. 2, 2024. Disponível em: <http://petrel.unb.br/petrel/apresentacao>. Acesso em:

OSBORN, Catherine. How Haiti's unelected leader lost America's blessing. **Foreign Policy**, 7 mar. 2024. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2024/03/07/haiti-crisis-gangs-ariel-henry-united-states-caricom-elections/>. Acesso em: 27 set. 2024.

PHILLIPS, Tom. Haitians wary as Kenyan police arrive on latest US-backed mission. **The Guardian**, 25 jun. 2014. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/article/2024/jun/25/haitians-wary-as-kenyan-police-arrive-on-latest-us-backed-mission>. Acesso em: 24 set. 2024.

Referências

SCHROEDER, Paul. Does Murphy's Law Apply to History? **The Wilson Quarterly (1976-)**, v. 9, n. 1, p. 84-93, 1985. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/40257661>. Acesso em: 26 jul. 2024.

VIOLA, Eduardo; BASSO, Larissa. O sistema internacional no Antropoceno. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 31, n. 92, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/N4LVLLhsfppqP64MhB5KXZj/>. Acesso em: 23 abr. 2024.

UNICEF. **Haiti**. 2023. Disponível em: <https://www.unicef.org/media/132191/file/2023-HAC-Haiti.pdf>. Acesso em: 28 set. 2024.

USAID. **Haiti: nutrition profile**. Maio de 2021. Disponível em: <https://www.usaid.gov/document/haiti-nutrition-profile#:~:text=Haiti%20is%20the%20poorest%20country,the%20poorest%20in%20the%20world>. Acesso em: 23 set. 2024.

WRIGHT, Quincy. The legality of intervention under the United Nations Charter. In: **Proceedings of the American Society of International Law at Its Annual Meeting (1921-1969)**, v. 51, p. 79-90, 1957. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/25657370>. Acesso em: 26 set. 2024.

O Acordo de Montana e a possibilidade de cooperações técnicas entre Brasil e Haiti na reconstrução haitiana

NATHÁLIA RABELO

Estado Falido ou Eta Fayit, em crioulo haitiano, é a denominação usada para o Haiti dos últimos anos. Desde o assassinato do presidente Jovenel M \ddot{o} ise e a ascensão e permanência de Ariel Henry, sem apoio interno ao cargo de primeiro ministro, o país enfrenta um período de grande instabilidade. O Estado haitiano perdeu o monopólio do uso legítimo da força para as gangues, e não é capaz de prover serviços básicos à população. Além disso, não há previsão de que o país consiga realizar uma eleição que seja democrática, legítima e sem corrupção.

Em resposta a essa crise, acadêmicos, políticos, fazendeiros, religiosos e outros representantes de diversos grupos da sociedade civil uniram-se para elaborar um plano de ação que busca conduzir uma solução “haitiana para haitianos”. Este esforço culminou no Acordo de Montana, assinado por esses representantes em 2021, após o assassinato de M \ddot{o} ise. O Acordo foi idealizado com base em pesquisas sobre as prioridades da população haitiana, visando iniciar a reconstrução das instituições e do Estado, com efeitos duradouros. No entanto, Henry se negava a aceitar a estrutura de transição do governo proposta pelo Acordo, logo, ele nunca entrou em voga. Com a expulsão de Henry do poder, outra porta se abre para a proposta de Montana.

Neste ínterim, esta análise se dispõe a contextualizar a crise do Haiti, explorar alguns dos objetivos do Acordo e expor duas cooperações técnicas entre o Brasil, representado pela Polícia Federal e o Tribunal Superior Eleitoral, e o Haiti, que podem contribuir para alcançar esses objetivos.

Conjuntura Haitiana

Jake Johnston, autor do livro “Aid State: Elite Panic, Disaster Capitalism, and the Battle to Control Haiti” (2024),

afirma que o Haiti não é um “Estado falido” e sim um “Estado dependente”. Ele argumenta que as intervenções internacionais que ocorreram no Haiti desde o início do século XX minaram o Estado e criaram as condições para que as gangues prosperassem. Essas intervenções perpetuaram a instabilidade ao terceirizar as obrigações do Estado a estrangeiros, especialmente na segurança, que durante as missões das Nações Unidas, era realizada apenas por tropas estrangeiras. Além disso, ele denuncia que os serviços públicos no Haiti, como o setor de saúde e educação, eram controlados por intervenientes privados e organizações não governamentais (ONGs) antes mesmo do terremoto de 2010 (Johnston, 2024, p. 61).

Johnston (2024), sugere que a democracia e as eleições haitianas foram financiadas e legitimadas por intervenientes, o que não é sustentável a longo prazo. Nesse contexto de crescente dependência externa, a crise no Haiti se intensificou a partir da eleição de Jovenel Moïse, em 2016, após um processo eleitoral que foi adiado quatro vezes desde 2004 (Salles, 2006). Moïse se manteve no cargo além do prazo estabelecido e tentou aprovar uma reforma constitucional que permitiria sua reeleição. Antes de ser assassinado, Moïse indicou Ariel Henry como novo primeiro-ministro, que assumiu o cargo após disputar o poder com o premiê interino Claude Joseph, em julho de 2021.

Henry deveria convocar eleições presidenciais em 2022, mas afirmou que só deixaria o cargo quando as eleições gerais fossem realizadas. Entretanto, diante das manifestações da oposição exigindo o fim de seu mandato e novas eleições, Henry declarou que o país não tinha condições de realizar o pleito devido à destruição causada pelo terremoto de 2021, que deixou mais de 2 mil haitianos mortos (Crise..., 2024). Embora impopular entre os haitianos, que organizaram muitas manifestações contra seu mandato, Henry conseguiu se manter no poder até março de 2024, com apoio dos Estados Unidos e outros atores internacionais. Nesse pequeno recorte, pode-se destacar como o sistema eleitoral, o Executivo e outros aparatos do Estado foram desacreditados ao longo do tempo, com os líderes passando por cima de prazos e da Constituição.

A disseminação das gangues está diretamente ligada às elites, especialmente políticas, que fornecem fundos, armamentos e impunidade, em função de aumentar seu próprio poder. Henry estava associado com líderes de gangues, aos quais deu cargos políticos e outras formas de

poder durante seu governo (Espérance, 2024). Durante seu mandato, os números de violência das gangues – incluindo mortos, feridos e sequestrados – mais que dobrou entre 2022 e 2023, segundo relatórios da ONU (Populations..., 2024). O vácuo de poder criado desde o assassinato de Mõise, o envolvimento de autoridades com as gangues, a falta de órgãos executivos e legislativos legítimos, e a ausência de um judiciário forte e eficiente abriram espaço para o aumento das gangues.

A população haitiana, em diversas partes do território, está à mercê dos criminosos. Além do perigo constante de vida, seja por ameaças diretas ou por confrontos entre os criminosos que vitimam inocentes, a população está privada da liberdade e do acesso a bens e serviços. Em muitos bairros de Port-au-Prince, capital do Haiti, e outras cidades haitianas, as gangues fecharam estradas, impedindo o abastecimento de alimentos e outros recursos, e interromperam o funcionamento de bancos, escolas, hospitais e outros serviços essenciais.

Estimativas apontam que cerca de 80% de Port-au-Prince é controlado por gangues (Populations..., 2024). Esses criminosos superaram a Polícia Nacional Haitiana (PNH) em armamentos e contingente. As armas usadas pelas gangues vêm dos Estados Unidos, sendo o Haiti uma grande rota de tráfico de armas, dos EUA para a América Central e do Sul, e do tráfico de drogas, que perfazem o caminho inverso. Para ampliar seus números, os líderes recrutam jovens que estão em situação de vulnerabilidade, oferecendo comida e dinheiro. Muitos desses jovens são treinados por ex-policiais, como Jimmy Chérizier, conhecido como “Barbecue”, líder da maior gangue da capital, a G9 (G1, 2024). Com acesso limitado a serviços básicos, esses jovens muitas vezes enxergam como única alternativa para seu futuro a entrada nas gangues, perpetuando esse ciclo de violência e insegurança. Reflexo do poder que as gangues adquiriram no país, a renúncia de Ariel Henry foi demandada a partir de ameaças por esses grupos armados, evidenciando a fraqueza do aparato estatal.

Como supracitado, os Estados Unidos, entre outros atores, legitimaram Henry no poder, o que, apesar da oposição dos haitianos, foi suficiente para sua permanência por 3 anos. Dessa forma, a partir da necessidade de reassumir essas responsabilidades e buscar estabilidade representando sua própria população, os diferentes representantes da

sociedade haitiana idealizaram o Acordo de Montana.

O Acordo de Montana

O Acordo, assinado em agosto de 2021, foi realizado no âmbito da “Comissão para uma Solução Haitiana para a Crise”. As partes do Acordo, nesse caso os representantes de organizações da sociedade civil e partidos políticos, determinam que o propósito é criar condições para a estabilidade nacional e retornar a uma normalidade constitucional, com a restauração da ordem democrática. Eles reiteram os seguintes princípios: i. respeito pela soberania do Estado, sua forma republicana e caráter democrático; ii. a rejeição da violência como expressão política e o uso do diálogo e consultas para resolver disputas; iii. o respeito pelos direitos humanos, dignidade, igualdade de gênero e liberdades fundamentais; iv. o combate à corrupção e impunidade; e v. a transparência e accountability (Citizen..., 2021).

Para além disso, o Acordo expressa como funcionará a composição dos representantes e os órgãos que vão ser criados para o governo de transição proposto. A transição tem previsão para durar 2 anos, tempo em que acreditam ser possível restaurar o funcionamento regular do Estado e organizar as eleições em um contexto de estabilidade. As prioridades dos eixos programáticos da Transição são apresentadas como: i. o sistema eleitoral, participação dos cidadãos e descentralização; ii. segurança pública; justiça e direitos humanos; iii. corrupção e impunidade; iv. saúde; v. cooperação internacional e diplomacia haitiana, entre outros (ibid.).

Além disso, do artigo 19 ao 45, as Partes explicitaram como pretendem agir em cada um desses eixos pragmáticos (ibid.). Esse tipo de accountability, aqui visto como a transparência das ações de governo e participação social ativa para promover eficiência da gestão pública e combate à corrupção (TCU, n/a), já dão uma guinada em direção à maior participação popular e atenção à sociedade, contrário ao que Henry e seus antecessores faziam.

Como citado anteriormente, Henry não quis reconhecer a proposta de transição dos representantes do Acordo. Mesmo após muitas reuniões com o primeiro-ministro do governo de transição, Fritz Alphonse Jean, eleito pelos mais de mil representantes das organizações da sociedade haitiana signatárias do Acordo (Uma..., 2022), Henry continuou deixando claro sua pretensão de um governo liderado apenas por ele. Logo, sua renúncia pode

abrir espaço para que a transição proposta pelo Acordo finalmente ocorra.

Cooperação técnica com o Brasil

Será utilizado aqui o conceito de cooperação técnica internacional da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Ministério das Relações Exteriores (MRE), que configura instrumento de promoção do desenvolvimento nacional e mecanismo de estreitamento das relações entre os países. A cooperação técnica tem por objetivo “compartilhar conhecimentos, experiências e boas práticas por intermédio do desenvolvimento de capacidades humanas e institucionais de outros países, para que o país parceiro alcance um salto qualitativo de caráter estruturante duradouro” (ABC, n/a).

O Brasil entende a cooperação prestada aos países do Sul Global como algo que deve contribuir para o desenvolvimento socioeconômico e para construção da autonomia do país, nos temas previamente acordados. Ademais, é prioridade na cooperação técnica a capacitação institucional, sendo essencial que as instituições estejam adequadamente capacitadas para que os esforços empreendidos obtenham continuidade, promovendo maior autonomia (ABC, n/a).

A cooperação técnica entre Brasil e Haiti é amparada pelo Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica, firmado em 1982 e promulgado em 2004. Os projetos dessa cooperação abordam principalmente áreas como agricultura, segurança alimentar, saúde e infraestrutura (ABC, n/a). Alguns projetos foram realizados no passado, que ao serem revisitados, podem contribuir para a realização dos eixos pragmáticos do Acordo de Montana.

Entre elas, pode-se destacar a cooperação da Polícia Federal (PF) brasileira com a Polícia Nacional do Haiti, que foi dividida em fases. A terceira fase promoveu formação de instrutores de táticas defensivas policiais do ano de 2010 a 2012; a segunda fase, em 2010, compartilhou conhecimento técnico para 25 policiais haitianos em atividades de armamento e tiro; e a primeira, que promovia conhecimento em policiamento rodoviário e prevenção de acidentes de trânsito, também neste período de dois anos (Waisbich; Pomeroy, 2014).

Não somente, ocorreu um acordo trilateral entre Brasil, Haiti e UNFPA, o Fundo de População das Nações Unidas, para apoiar o Instituto Haitiano de Estatística e Informática a realizar, no ano de 2013, um recenseamento geral de população e habitação no Haiti (Waisbich; Pomeroy, 2014). O recenseamento é um passo muito importante para o processo eleitoral e políticas públicas de investimento, visando conhecer o país, a população e as dificuldades locais.

Essas atividades, ainda que efetivas, quando realizadas sozinhas e sem um plano de ação maior, não são aproveitadas como deveriam. Logo, haja vista que o Haiti passa por situação muito precária em diversos setores, a cooperação deve ocorrer de forma multidimensional e multi-setorial, visando capacitar as diferentes instituições simultaneamente, para que a autonomia e os prazos do Acordo sejam alcançados. Evitando assim, que uma atividade governamental de um segmento seja afetada pelo mau funcionamento de outra instituição.

Dessa forma, o Haiti, no âmbito do Acordo de Montana, pode utilizar a expertise de instituições de destaque brasileiras para reconstruir a autonomia haitiana por meio de cooperações técnicas, de uma forma não invasiva como foi a MINUSTAH. Pode-se dar destaque a duas cooperações possíveis: com a Polícia Federal (PF), para ajudar as forças do Haiti a promover a segurança pública, e com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) do Brasil, para ajudar no processo eleitoral haitiano.

Dando continuidade a cooperação com a Polícia Nacional do Haiti (PNH), a Polícia Federal, que tem entre suas atribuições a investigação e repressão de crimes de corrupção e organização criminosa (Dutra, 2023), pode construir um projeto de cooperação que treine os policiais haitianos, especialmente aqueles com capacidades multiplicadoras, para combater estes crimes. Entre as propostas já conversadas, estão a formação de um serviço de inteligência para investigações de objetos apreendidos, perícia de materiais e utilização como prova em investigações (Sanchez, 2023). Além de treinamento para combate às gangues nos territórios ocupados, o que pode envolver compartilhar conhecimento em táticas operacionais, recursos utilizados e capacitação dos policiais nas medidas de defesa necessárias.

Em complemento a essa frente, o Tribunal Superior Eleitoral pode transmitir sua expertise na Justiça Eleitoral para a Comissão Eleitoral Provisória (CEP) do Haiti. É papel

do judiciário eleitoral brasileiro se preocupar e oferecer as condições para que as pessoas possam votar, além de atualizar e proteger dados, e controlar os casos de privação de direitos políticos; fiscalizar os partidos políticos e candidatos, especialmente se os candidatos cumprem os requisitos legais para se candidatarem; apurar crimes eleitorais; garantir a votação eletrônica segura; divulgar informações importantes acerca do processo eleitoral e o accountability, entre outras atribuições (Minami, n/a).

Todas essas capacidades, após a construção de um projeto básico, indicando as prioridades e técnicas de instrução – observando os cuidados com a estratégia e os interesses nacionais para proteger dados sensíveis – poderiam ser compartilhadas com a CEP e outros órgãos do judiciário haitiano, a fim de promover um processo eleitoral com lisura.

Destarte, embora a transmissão de tecnologia fuja do escopo da cooperação técnica, seria de enorme ganho para o Haiti um acordo que abordasse o desenvolvimento de urnas eletrônicas como as do Brasil, já que são avaliadas por diversos organismos internacionais como eficientes, seguras e confiáveis (TRE-AL, 2022), o que poderia ajudar na confiança do povo no processo eleitoral. Importante citar também que as instituições aqui indicadas não são à prova de falhas, entretanto, são bem conceituadas no papel que administram no Estado, e são um caminho para que o Haiti retome o poder e autonomia de seu país.

Considerações Finais

Diante do exposto, o Acordo de Montana pode viabilizar as frentes necessárias para um processo de reestruturação dos agentes e órgãos do Estado, visto que propõe retomar o poder estatal, como uma ação de haitianos para haitianos, que seja uma solução duradoura, estável e não dependa de atores internacionais. Nesse quesito, a cooperação técnica com o Brasil pode beneficiar os objetivos apresentados pelo Acordo, na medida em que sua proposta seja transmitir conhecimentos para beneficiar o desenvolvimento e a autonomia do país.

Essas cooperações devem ser realizadas de maneiras não invasivas e sem criar uma relação de dependência de intervenientes, como a denotada por Jake Johnston, que há séculos vem retirando o poder dos haitianos sobre seu país. Dessa forma, espera-se que o Acordo de Montana entre em voga no Haiti para que seja possível uma saída da crise atual, sem depender de ações humanitárias da ONU nos moldes que já fizeram tão mal ao país.

Referências

HISTÓRICO da Cooperação Técnica Brasileira. **ABC**. Disponível em: <https://www.abc.gov.br/CooperacaoTecnica/Historico>.

CITIZEN Conference for a Haitian Solution to the Crisis Accord du 30 aout 2021, dit Montana Agreement (2021). Disponível em: <https://akomontana.ht/wp-content/uploads/2023/04/English-Anglais-Translation-of-Accord-du-30-aout-dit-Montana-Accord-Version-4-Aug-Citizen-Conference-for-a-Haitian-Solution-to-the-Crisis.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2024.

MELLO, M. Crise no Haiti: Ariel Henry se nega a deixar cargo e dualidade de poder se mantém (2022). **BdF**. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/02/08/crise-no-haiti-ariel-henry-se-nega-a-deixar-cargo-e-dualidade-de-poder-se-mantem>. Acesso em: 25 jul. 2024.

UMA ou duas cabeças: o ponto de discórdia entre Ariel Henri e o grupo Montana. **CTN NEWS**, (2022). Disponível em: <https://ctninfo.com/uma-ou-duas-cabecas-o-ponto-de-discordia-entre-ariel-henri-e-o-grupo-montana/>. Acesso em: 25 jul. 2024.

DUTRA, L. F. Da ampla atribuição da PF para investigar crime de corrupção e organização criminosa. **Conjur**, 2023. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2023-nov-02/lucas-dutra-ampla-atribuicao-policia-federal/>. Acesso em: 25 jul. 2024.

ESPÉRANCE, P. How to Take on Haiti's Gangs. **Foreign affairs** (Council on Foreign Relations), 2024.

O que está acontecendo no Haiti: saiba como as gangues se tornam mais organizadas e bem armadas do que a polícia. **G1**. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2024/03/11/o-que-esta-acontecendo-no-haiti-saiba-como-as-gangues-se-tornam-mais-organizadas-e-bem-armadas-do-que-a-policia.ghtml>. Acesso em: 25 jul. 2024.

JOHNSTON, J. **Aid State: Elite Panic, Disaster Capitalism, and the Battle to Control Haiti**. 1. ed. St. Martin's Press, 2024.

MINAMI, M. Y. Afinal, o que faz a justiça eleitoral?. **TSE**. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/institucional/escola-judiciaria-eleitoral/publicacoes/revistas-da-eje/artigos/revista-eletronica-ano-ii-no-5/afinal-o-que-faz-a-justica-eleitoral>. Acesso em: 25 jul. 2024.

POPULATIONS in Port-au-Prince, Haiti, are facing possible crimes against humanity due to widespread violence and abuses by armed gangs. **GlobalR2P**, 2024. Disponível em: <https://www.globalr2p.org/countries/haiti/#:~:text=Throughout%202023%20several%20UN%20officials,double%20the%20figure%20from%20>

Referências

SALLES, S. Especial - Parlamentares consideram as eleições no Haiti um marco histórico para o país. **Câmara Legislativa**, 2006. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/radio/programas/267564-especial-parlamentares-consideram-as-eleicoes-no-haiti-um-marco-historico-para-o-pais-06-21/>.

SANCHES, M. ONU autoriza e Brasil se prepara para treinar policiais do Haiti. **BBC**, 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c51qdq08k5wo> . Acesso em: 25 jul. 2024.

ACCOUNTABILITY. **TCU**. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/governanca/governancapublica/componentes/accountability/>. Acesso em: 25 jul. 2024.

ORGANISMOS internacionais e nacionais atestam a confiabilidade das eleições brasileiras. **TRE-AL**, 2022. Disponível em: <https://www.tre-al.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Novembro/organismos-internacionais-e-nacionais-atestam-a-confiabilidade-das-eleicoes-brasileiras>. Acesso em: 25 jul. 2024.

WAISBICH, L.; POMEROY, M. Haiti Um laboratório de engajamento multisetorial. **Observatório Brasil e o Sul**, 2014.

Missões de paz da ONU no Haiti: uma análise de históricos problemáticos

GABRIEL MUNIR

A República do Haiti vivenciou alguns dos primeiros contatos entre indígenas americanos e europeus no contexto das Grandes Navegações (SOUSA, 2018) e tem sofrido com instabilidade política e intervenções estrangeiras desde então. Diferente das aspirações coloniais do passado, os discursos intervencionistas contemporâneos desde a segunda metade do século XX enfatizam a necessidade de ajuda internacional para alcançar a paz. Assim, a Organização das Nações Unidas (ONU) tem sido o principal organismo internacional ativo no Haiti intermediando suas relações com outros países, colecionando uma série de “missões de paz”, isto é, forças militares que atuam em regiões vulneráveis com conflitos armados, cujos efeitos são debatidos pela comunidade internacional.

1
Os nomes por extenso das intervenções são: United Nations Mission in Haiti (UNMIH), United Nations Support Mission in Haiti (UNSMIH), United Nations Transition Mission in Haiti (UNTMIH), United Nations Civilian Police Mission in Haiti (MIPONUH), International Civilian Support Mission in Haiti (MICAH), United Nations Stabilization Mission in Haiti e, por fim, United Nations Mission for Justice Support in Haiti (MINUJUSTH).

De acordo com documentos oficiais disponibilizados pela própria ONU, as intervenções da organização no Haiti incluem: UNMIH (1993-1996), UNSMIH (1996-1997), UNTMIH (1997), MIPONUH (1997-2000), MICAH (2000), MINUSTAH (2004-2017) e, por fim, MINUJUSTH (2017-2019)¹. Dessas, a mais influente e duradoura foi a MINUSTAH, que contou com o protagonismo brasileiro. Ainda, em 2023, o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou, por meio da resolução 2699 (2023), Multinational Security Support Mission in Haiti (MSS), a qual se trata de uma nova intervenção estrangeira no Haiti, desta vez liderada pelo Quênia e ativa em 2024. Desse modo, esta análise possui como objetivo esmiuçar a conjuntura política que levou à continuidade de sucessivas intervenções e suas contradições em relação aos objetivos propostos.

Intervenções anteriores: da UNMIH à MICAH

A princípio, as intervenções do fim do século XX e começo do XXI buscam justificar-se pelo conturbado cenário político

da eleição de Jean Bertrand Aristide em 16 de dezembro de 1990 e o posterior golpe de Estado que o tirou da liderança em 30 de setembro de 1991 (Koops, 2015). Antes de sua chegada ao poder, seu antecessor, Leslie Manigat, eleito em 1988, foi deposto meses depois por um novo golpe, sob acusação de eleições fraudulentas, visto que apenas 4% dos eleitores haviam comparecido à votação (Rey Veich, 2005). Após novas perturbações e uma movimentação política intensa, Aristide é eleito em 1990, e sua agenda, marcada por reformas sociais e estruturais profundas, como distribuição de renda, inquietou as elites haitianas, sendo deposto pelos militares mesmo em um contexto em qual seu partido era maioria no parlamento e no poder executivo. Esse conjunto de ataques escalou uma forte onda de violência, tanto para políticos quanto para a população civil como um todo, o que levou à Assembleia Geral da ONU e seu Conselho de Segurança (CSNU) a condenar as ações ilegítimas e a realizar chamada internacional para solucionar os conflitos, os quais ameaçam a estabilidade da região e geram crises humanitárias. Essa atuação da ONU é justificada pela própria natureza dos objetivos da organização, a qual se propõe a intermediar conflitos de interesse internacional com repercussões humanitárias.

Com isso, em 1993, pela Resolução 867, o Conselho de Segurança instituiu a Missão das Nações Unidas no Haiti (UNMIH), que tinha como objetivo prestar assistência à modernização das forças armadas do Haiti e estabelecer uma nova força policial, sob o pretexto de que isso guiaria as eleições justas no país (Rey Vich, 2005). A missão não duraria mais que seis meses e contaria com implementação de tecnologia policial e uma estrutura militar para receber os enviados internacionais. Mesmo com a aprovação haitiana, visto que uma missão de paz da ONU necessita da permissão do país envolvido, membros da FRAPH (Frente para o Avanço e o Progresso do Haiti), grupo paramilitar no Haiti, impediram o desembarque dos materiais propostos nos acordos, demonstrando a falta de consenso político no país sobre a intervenção. Nesse contexto, a UNMIH foi a primeira de muitas mediações internacionais com o objetivo de desmobilizar ameaças armadas e pacificar a nação caribenha. Após sanções aplicadas ao Haiti, o CSNU aprovou a resolução 940 (1994), a qual permitia os EUA a mobilizar uma equipe internacional para resolver a crise e retomar a estabilidade política (Rey Vich, 2005). O resultado da missão, a qual teve seu tempo estendido pela resolução, foi o desmantelamento do exército haitiano, o retorno de Aristides ao poder e uma reformulação da polícia haitiana junto às reformas de Aristide. Ainda, com o passar do tempo, ocorreram as primeiras eleições, consideradas

satisfatórias e legítimas, elegendo René Preval presidente, antigo primeiro-ministro de Aristide. Contudo, a estabilidade alcançada pela ajuda humanitária e o retorno de Aristide à presidência demonstrou-se frágil pelo reaparecimento de golpes de estado e fortalecimento de gangues nos anos posteriores, além de gerar questionamentos sobre qual a real legitimidade e os limites de atuação de agentes internacionais em territórios soberanos.

Em sequência à UNMIH, foi elaborada Missão de Apoio das Nações Unidas no Haiti, UNSMIH, cujo objetivo foi ajudar o governo do Haiti a manter o ambiente desenvolvido pela UNMIH estável e seguro. A UNSMIH admite a continuidade intervencionista originada pela UNMIH, a partir do apoio à consolidação das instituições democráticas e à capacitação da polícia, porque acreditava que esta não estaria pronta para conter eventuais movimentações políticas anti-democráticas. Seguindo a UNSMIH, houve a Missão de Transição das Nações Unidas no Haiti (UNTMIH), com princípios muito parecidos com a UNSMIH e a UNMIH, reforçando o treinamento da polícia e a consolidação das instituições em novas técnicas e perspectivas. Por fim, as duas últimas intervenções antes da MINUSTAH foram a Missão da Polícia Civil das Nações Unidas, a MIPONUH, que continuava com o apoio à polícia, mas cortou o apoio militar, e a Missão Civil de Apoio ao Haiti, a MICAH, que substituiu a MIPONUH e tinha como objetivo, para além de continuar treinando a polícia, fortalecer os direitos humanos, o sistema judicial e mediar o diálogo com a comunidade internacional.

A partir disso, é demonstrado que as sucessivas intervenções possuíam o objetivo comum de adequar o Haiti ao sistema político orientado pela ONU e apaziguar a escalada de violência civil e política. Porém, demonstraram-se falhas em melhorar a qualidade de vida dos civis, o que foi demonstrado durante a MINUSTAH, piorando a situação do país e enfraquecendo a soberania tão fragilizada da nação caribenha.

A MINUSTAH e o Brasil

A Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti, conhecida como MINUSTAH, foi estabelecida pela resolução 1542 do CSNU (2004), pouco tempo depois da resolução 1529 (2004), que aprovou o envio de uma Força Multinacional Provisória. A MINUSTAH foi a missão mais

duradoura e terminou em outubro de 2017, finalizada pela resolução 2350 (2017). Essa intervenção foi planejada após a controversa vitória de Aristide em novas eleições, o que gerou uma desconfiança política e críticas da comunidade internacional, resultando na dissolução do seu governo e de seu exílio (Diniz, 2005). O vácuo de poder deixado pelo exílio do presidente ameaçou a ordem e a paz no país. Nesse sentido, a MINUSTAH partilha do objetivo comum das intervenções interiores de mais uma tentativa de reestruturar as instituições do Haiti.

O Brasil foi o líder da missão e contou com a participação de outros 19 países. Os principais objetivos da MINUSTAH eram criar um ambiente seguro e estável para conduzir uma transição democrática do Haiti, defender os direitos humanos, pacificar o país, desarmar guerrilheiros, promover eleições e fomentar o desenvolvimento institucional e econômico do Haiti.

A liderança brasileira partiu de um plano do governo Lula para potencializar a influência brasileira na política internacional e no Conselho de Segurança, uma vontade nacional que se arrasta desde a origem das próprias Nações Unidas, a fim de consolidar o Brasil como uma potência regional e que pudesse tomar a frente dos interesses sul-americanos (Artifon et al., 2017 apud Oliveira, 2024). Como sinal dessa vontade, o Brasil enviou cerca de 13 mil brasileiros durante o tempo da missão (BRASIL, 2022) e nunca havia tido tamanho poder em uma missão de paz da ONU (Rey Vich, 2005), de modo a instrumentalizar um discurso humanista e de desenvolvimento nacional (Diniz, 2005) para validar seus interesses.

Apesar do discurso contra hegemônico brasileiro (Ramos, 2021), o país perpetuou uma abordagem violenta similar à das potências hegemônicas, com muitas manifestações contrárias da própria população haitiana. Mesmo com as promessas de paz e o otimismo brasileiro, o que pôde ser visto foi uma onda de violência e abusos de poder. A exemplo disso, os métodos de uso da força foram bastante criticados por ocasionar a morte de civis (Kolbe, 2020). Um relatório da ONU conhecido como Cruz Report, realizado pelo general brasileiro Santos Cruz, defendia que as tropas não deveriam hesitar em usar a força: “precisamos mudar nossa forma de atuação, a fraqueza mata nosso pessoal” (Cruz, 2017). Ademais, as tropas brasileiras são tidas como as responsáveis pela epidemia de cólera pelo mau descarte de água contaminada com patógenos em suas instalações, que matou milhares de pessoas e ainda é um problema no país (Victor, 2019). Também houve denúncias

de abusos sexuais, prostituição forçada, pedofilia e escravidão sexual, dentre outros (Braga, Toledo, 2020), incluindo abandono de crianças, tornando a MINUSTAH um caso de derrota e catástrofe.

Assim sendo, a MINUSTAH é considerada um fracasso em estabilizar o Haiti e teve seus efeitos questionados por ter ocasionado novos problemas à população e pelo exaustivo uso da violência. A exemplo disso, o general Otávio do Rêgo Barros comandou o batalhão brasileiro no Haiti em 2010 e liderou, em 2011, a operação GLO (Garantia de Lei e da Ordem) no Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, afirmando que, no país caribenho, havia maior “flexibilidade e tranquilidade pois no Alemão, você tomava vinte tiros até poder atirar”. A violência praticada pelo Brasil no Haiti refletiu-se, em última instância, em violência na própria população brasileira, em uma relação estreita entre a política externa e a política nacional. Nessa perspectiva negativa sobre as intervenções, de acordo com Beatrice Lidnstrom, advogada americana que defende vítimas haitianas da ação dos países interventores,

“Quando a ONU se recusa a reparar um erro, as vítimas não têm onde recorrer, no mundo, para obter justiça [...] é um sistema que resulta em completa impunidade para a ONU e um completo vazio para as vítimas de seus abusos. A própria organização fundada para promover os direitos humanos em todo o mundo acaba operando sem respeito pelos direitos humanos”. (Piauí, 2019)

Para Mario Joseph, advogado que defendeu vítimas de cólera e atua em ações de paternidade contra os capacetes-azuis,

“A Minustah foi uma força de ocupação, não poderia ter sido boa. Por muitos anos, os Estados Unidos usaram o Exército para controlar a política local. Como não havia mais Exército, os americanos usaram a ONU, e ao mesmo tempo usaram o Brasil, vendendo a ideia de que podia ganhar um assento no Conselho de Segurança”. (PIAÚÍ, 2019)

Os relatos desses pesquisadores reiteram as polêmicas repercutidas na comunidade internacional devido aos imbróglis enfrentados pela população haitiano devido à presença estrangeira.

Por fim, a MINUSTAH foi seguida por uma intervenção menor, a MINUJUSTH (Accioly, 2019), que tinha como objetivo fortalecer as leis do Haiti, o judiciário e os mecanismos de justiça, apoiando a polícia nacional, monitorando os direitos humanos e, até mesmo, adotando um rascunho equivalente ao Código Penal no Haiti. A MINUJUSTH é considerada uma extensão da MINUSTAH, possuindo as mesmas problemáticas associadas.

A Missão Multinacional de Apoio à Segurança no Haiti (MSS)

Em 2013, o Quênia concordou em liderar uma nova missão aprovada pelas Nações Unidas pela resolução 2699, com duração inicial de 12 meses. Diferente da MINUSTAH, o Brasil terá um papel secundário e voltado para apoio material e logístico. A missão tem por objetivo combater a violência de gangues que demonstraram um intenso crescimento na última década, e hoje em dia controlam cerca de 80% da capital, Porto Príncipe. Nesse sentido, a proposta do Quênia foi enviar mil agentes policiais ao Haiti e contará com o apoio de países como Bangladesh, Benin, Chade e Bahamas. Essa decisão foi tomada apenas duas semanas depois do discurso do presidente Joe Biden exigindo da ONU uma forma de conter o problema no Haiti, o que atenuaria o problema da imigração haitiana nos EUA, e um dia depois do Brasil assumir a presidência do Conselho de Segurança. Nessa óptica, fica demonstrada a influência da potência norte-americana nas resoluções e o interesse brasileiro em permanecer influente no Haiti. Assim, a missão, elaborada pelos Estados Unidos e pelo Equador, foi chamada de Missão de Apoio Multinacional à Segurança (MSS) e pretendia estabilizar o país mobilizando uma tropa multinacional.

A MSS foi julgada necessária pela resolução 2699 do CSNU após o assassinato do presidente Jovenel Moise em 2021, o que levou seu sucessor Ariel Henry ao poder. O mandato oficial de Henry terminou em 2022, mas se manteve no poder de forma inconstitucional, resultando em uma insatisfação política que desencadeou uma onda de violência entre

gangues disputando pelo poder (Caitlin Hu, 2024). Na última semana de julho de 2024, o Quênia enviou 400 policiais dos 1000 prometidos para a MSS. O país acredita que a missão será benéfica para o treinamento da polícia queniana e trará benefícios financeiros (Nyamu, 2023). Esse é apenas o começo do planejado para a missão, que contará com o envio de tropas de outros países e o apoio financeiro e logístico de países como Estados Unidos, França e Canadá.

Contudo, a violência de gangues, as quais contabilizam cerca de 200 grupos, continua crescendo, com mais de 2500 mortos e feridos entre janeiro e março. O histórico de intervenções e violência põe em questionamento a eficácia de mais uma intervenção com o pretexto de mitigar a violência de gangues no país devido a resultados controversos nas mais diferentes perspectivas.

Considerações finais

Em conclusão, fica demonstrado que as sucessivas mediações internacionais no país caribenho partem de uma continuidade de crises no desenvolvimento das perturbações políticas que impedem a estabilização do país. Nesse sentido, a MINUSTAH, assim como a MSS, apesar do discurso anti-hegemônico de uma potência do Sul-Global em liderar uma missão do Conselho de Segurança, não conseguiu desvencilhar-se de problemáticas apresentadas nas intervenções anteriores encabeçadas pelo Norte-Global. Assim, o discurso da intervenção queniana não parece diferente, o que reforça a compreensão de intervenções no Haiti como pretexto para perseguição dos próprios interesses. A exemplo disso, no caso do Brasil, havia o interesse institucional no poder diplomático e de conseguir influência na política internacional em matéria de segurança e, para os Estados Unidos, o interesse em solucionar o problema do Haiti está intimamente relacionado com a questão migratória vivenciada pelo país.

Ademais, o pretexto de ajuda humanitária foi tido como contraditória e gerando danos significativos no país (Seitenfus, 2017), como a crise de cólera durante a MINUSTAH e a insatisfação popular para com as tropas internacionais (Victor, 2019), conforme foi demonstrado nesta análise. Para os países intervencionistas, o problema do Haiti é um problema nacional, de fraqueza democrática e institucional, não reconhecendo o impacto negativo das

repetidas e lamentáveis intervenções estrangeiras no país, mesmo com inúmeros dados e relatórios comprovando a ineficácia das investidas e o sofrimento do povo haitiano causado pelos interventores, como foi o caso do Brasil na MINUSTAH.

Em síntese, as repetidas missões de paz não trouxeram os resultados imaginados, reforçando uma imagem negativa dos capacetes azuis e dos países envolvidos. Os sucessivos fracassos, sem uma reestruturação real da abordagem, repercutem a violência nacional com mais violência por novos agentes estrangeiros e demonstram uma dificuldade das Nações Unidas em compreenderem a raiz dos problemas que afligem o Haiti e como lidar com eles a partir das intervenções.

Referências

ACCIOLY, Arthur Albuquerque Lemos. Da estabilização ao apoio à justiça: uma análise da MINUSTAH e da MINUJUSTH como referências dos marcos onusianos de peacekeeping e peacebuilding aplicados sobre a conjuntura histórica da República do Haiti . 2019. 57 f. TCC (graduação em Direito) - Faculdade de Direito do Recife, **Universidade Federal de Pernambuco**. Recife, 2019.

BOSTON UNIVERSITY PARDUE CENTER. Peacekeeping in Haiti: Successes and failures. Disponível em: <https://sites.bu.edu/pardeeatlas/advancing-human-progress-initiative/back2school/peacekeeping-in-haiti-successes-and-failures/>. Acesso em: 23 jul. 2024.

CAUSWELL, Alexander. Haiti is Facing an Insurgency, Not a Gang Problem. Alexander Causwell, **Foreign Policy**, mar 2023. Disponível em: <<https://foreignpolicy.com/2024/03/13/haiti-gang-violence-insurgency-henry-barbeque-kenya-police-un-intervention/>>. Acesso em: 15 jul 2024.

CONSELHO de Segurança da ONU aprova intervenção estrangeira no Haiti. **Brasil de Fato**, Botucatu, out 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/10/02/conselho-de-seguranca-da-onu-aprova-envio-de-missao-de-seguranca-ao-haiti>. Acesso em: 15 de jul 2024.

CIORCIARI, John D. Policing Without a Political Plan? The New UN-Backed Mission in Haiti. **Global Governance**, 18 dez 2023. Disponível em: <https://gjia.georgetown.edu/2023/12/18/policing-without-a-political-plan-the-new-un-backed-mission-in-haiti/>. Acesso em: 15 de jul 2024.

DINIZ, Eugênio. O Brasil e a MINUSTAH. Ed. **Security and Defense Studies Review**, 5:1. Belo Horizonte: 2005. 19p. Disponível em: <http://www.fes-seguridadregional.org/images/stories/docs/4212-001_g.pdf> julho 2014.

EN prenant la tête d'une force internationale en Haïti, le Kenya "joue une carte". **France 24**, Paris, out 2023. Disponível em: <<https://www.france24.com/fr/am%C3%A9riques/20231004-en-prenant-la-t%C3%A4te-d-une-force-internationale-en-ha%C3%Afti-le-kenya-joue-une-carte>>. Acesso em: 14 jul. 2024.

ESPECIAL Forças Armadas - Missão de estabilização do Haiti, a Minustah (05' 23"), **Rádio Câmara**, Brasília, abr 2006. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/radio/programas/269561-especial-forcas-armadas-missao-de-estabilizacao-do-haiti-a-minustah-05-23/>. Acesso em: 20 jul 2024.

Referências

HAITI: Força multinacional enfrenta gangues, enquanto aumenta a violência. **Diálogo Américas**, jul 2024. Disponível em: <https://dialogo-americas.com/pt-br/articles/haiti-forca-multinacional-enfrenta-gangues-enquanto-aumenta-a-violencia/>. Acesso em: 23 jul 2024.

HAITI gangs: What you need to know about the situation in the Caribbean nation. **CNN**, 24 maio 2024. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2024/05/24/americas/haiti-gang-mss-kenya-explainer-intl/index.html>. Acesso em: 29 jul. 2024.

HAÏTI: le déploiement d'un premier contingent de la Mission multinationale d'appui à la sécurité salué au Conseil de sécurité. **UN PRESS**, jul 2024.. Disponível em: <<https://press.un.org/fr/2024/cs15758.doc.htm>>. Acesso em: 15 jul. 2024.

KOLBE, A. Prospects for Post-Minustah Security in Haiti. **International Peacekeeping**, v. 27, p. 1–14, 29 jan. 2020.

KOOPS, J. et al. **The Oxford Handbook of United Nations Peacekeeping Operations**. Oxford University Press, v. 1, 2015.

MACEDO, G. C.; SILVEIRA, K. V. R. Cruz Report: conteúdo e críticas. **Conjuntura internacional**, v. 15, n. 3, p. 18, 29 maio 2019.

MINUSTAH Fact Sheet. **United Nations Peacekeeping**, 2024. Disponível em: <<https://peacekeeping.un.org/en/mission/minustah>>. Acesso em: 10 de maio de 2024.

MIYAMOTO, S. A política externa do governo Lula: Aspirações e dificuldades. **Ideias**, v. 2, n. 2, p. 119–132, 2011.

NAÇÕES UNIDAS. *Press release SC/15571: Security Council calls for immediate ceasefire in Gaza*. 2024. Disponível em: <https://press.un.org/en/2024/sc15571.doc.htm>. Acesso em: 29 jul. 2024.

OLIVEIRA, Maérson de Melo. A participação brasileira na MINUSTAH como uma ferramenta de projeção de poder. **Observatório Militar da Praia Vermelha**. ECEME: Rio de Janeiro. 2024.

PRIMEIRO contingente da polícia queniana chega ao Haiti para missão de segurança. **O Globo**, Porto Príncipe, jun 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2024/06/25/primeiro-contingente-da-policia-queniana-chega-ao-haiti-para-missao-de-seguranca.ghtml>. Acesso em: 15 de jul 2024.

Referências

PRESS release SC/13285: Security Council reiterates demand for immediate ceasefire in Syria. **Nações Unidas**, abr 2018. Disponível em: <https://press.un.org/en/2018/sc13285.doc.htm>. Acesso em: 23 jul. 2024.

SUPPORT to Haiti's Police, Deployment of Multinational Mission Fundamental towards Restoring Stability in Country, Senior Official Tells Security Council. **UN Press**, jan 2024. Disponível em: <<https://press.un.org/en/2024/sc15571.doc.htm>>. Acesso em: 20 jul 2024.

RAMOS, L. C. S. Contra-hegemonia e política externa? A política externa brasileira no governo Lula. **Carta Internacional**, v. 7, n. 1, p. 69–86, 20 jun. 2012.

RICARDO Seitenfus: "Haitianos são prisioneiros da própria ilha". **Veja**, Rio Grande do Sul, 06 out 2017. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/coluna/rio-grande-do-sul/ricardo-seitenfus-haitianos-sao-prisioneiros-da-propria-ilha>>. Acesso em: 15 jul. 2024.

SEITENFUS, Ricardo. **Haiti: dilemas e fracassos internacionais**. Brasil: Editora Unijuí da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, 2014.

SOUSA, Fernando José de. **A colonização e independência da Ilha Hispaniola**. São Paulo: Editora Histórica, 2018.

TEIXEIRA, Carlos Augusto Ramires; HAMANN, Eduarda Passarelli (Org.). A participação do Brasil na MINUSTAH (2004–2017): percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões. **Instituto Igarapé**, Rio de Janeiro, p.1–121, out. 2017. Disponível em: < <https://www.ccopab.eb.mil.br/phocadownload/revista-igarape-minustah/Partic>>. Acesso em: 14 jul. 2024.

TOLEDO, A.; BRAGA, L. M. Abuso e exploração sexual em operações de paz: o caso da MINUSTAH. **Revista Estudos Feministas**, v. 28, p. e60992, 16 nov. 2020.

UNDER Lula, Brazil Can Take On Regional Leadership. Will It?. **Americas Quarterly**, abr 2023. Disponível em: <<https://www.americasquarterly.org/article/under-lula-brazil-can-take-on-regional-leadership-will-it/>>. Acesso em: 14 jul. 2024.

VEY RICH, Carlos. MINUSTAH: Actores, organización y objetivos. In: SUÁREZ et al. **Crises Locales y Seguridad Internacional: el Caso Haitiano**. Madrid Imprenta Ministerio de Defensa. 2005, cap. 4, p. 106–129.

Referências

VICTOR, Fabio. TERRA DESOLADA: O que o Brasil deixou para trás no Haiti. **Folha UOL**, Piauí, ed. 155, ago 2019. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/terra-desolada/>. Acesso em: 10 jul 2024.

WHAT is peacekeeping. **United Nations Peacekeeping**, 2024. Disponível em: <<https://peacekeeping.un.org/en/what-is-peacekeeping>>. Acesso em: 10 de maio de 2024.

WHO is in charge of the Haiti mission?. **Global Initiative Against Transnational Organized Crime**, jun 2024. Disponível em: <<https://globalinitiative.net/analysis/who-is-in-charge-of-the-haiti-mission/>>. Acesso em: 15 jul 2024.

The Ethics of Regime Change in Haiti

MARCO OCTÁVIO DE MENESES

The situation in Haiti has deteriorated in the past few months, as shown by other texts in this number, such as Urbano (2024). Gang violence is one of the main threats to security (Solace..., 2024), to the point that government services are hindered from reaching the population. Port-au-Prince has been so affected that Haitian Prime Minister Ariel Henry resigned over it during a trip to Kenya, leaving a power vacuum filled by a transitional government (BBC, 2024a) Jimmy Chérizier, otherwise known as “Barbecue”, leader of an alliance of gangs called G9, has become an extremely powerful figure because of his position. He shows interest in profiting from the destruction of political institutions (BBC, 2024b), warning that civil war could erupt in Haiti should Mr. Ariel Henry return to the country (Ibid.).

It should be clear to the reader that Haiti has not been doing well for decades. The country deals with one humanitarian crisis after the other (Mesquita & Grass, 2024; Oliveira, 2024). So, given that no force within the country is likely to combat organized crime and bring stability to the country, and that political elites in Haiti have not appeared willing to build long-term solutions for problems such as food insecurity (UNSDG, 2024), poverty (BBC), illiteracy (Macrotrends, 2024), etc. I argue that military foreign intervention is needed in Haiti, although I do not believe there are reasons for regime change. Thus, I proceed in the following manner: first, I briefly outline the ethics of foreign intervention being presented, why and when it should occur, grounding myself in International Political Theory. Then, it is argued why Haiti is fit for intervention, avoiding the technical procedures of implementing such a policy.

The ethics of foreign intervention

The concern of foreign intervention has been thought of for many years, as it goes against the principle of state

sovereignty, can have devastating effects where it is implemented, and can be instrumentalized as a means of instilling another state's interest in a country. My argument is predicated on the notion that there is a just way of conducting Foreign Policy (FP) – one of which is foreign intervention –, if the objective is the protection of human beings from harmful domestic conditions. But, as the situation presents itself, there is no sound argument in favor of regime change in Haiti, because there is no violence against civilians coming from the government – the main challenge is organized crime. The situation in Haiti is not that of a coup d'état, civil war, putsch, or even insurgency. There has been no small infiltration of a group that seized control of the governing apparatus that then excises current rulers, or even conflagration between popular forces that seek control of the government, or deposition of rulers by the army (Luttwak, 2016, p. 9-12).

Organized crime has expelled government forces, making no attempt to implement policy. Even the Taliban, which utilized terrorism to fight against foreign forces (Stenersen, 2009), buckled down and ran government institutions, an insurgent group came into power and ran the country (Time, 2023). This, however, is not the case in Haiti. The government is simply unable to execute policy, they cannot rule. Henry's administration is currently operating without a parliamentary mandate; their term ended, but elections to renew parliament cannot happen. Electoral infrastructure was damaged during the 2010 earthquake, along with many government agencies, and subsequent administrations struggled to rebuild those institutional capabilities. Now, when the government has lost control of 80% of the capital, how can new elections even be held? Note that I am not calling for regime change, intervention is needed to restore the government's control over Haiti, eliminating the influence of organized crime on the Haitian capital simply because the government cannot function.

Having that in mind, I take from Eriksen (2016) three main ways to understand justice: as non-dominance, impartiality and mutual recognition. For him, injustice is about dominance, and dominance is subjection to an unjustified wielding of power. That is, justice is the protection from arbitrary power based on a set of rules that are not subject to popular scrutiny. To illustrate a situation of dominance, a look at the citizens of Haiti is sufficient, currently subjected to the will of criminals, not having the state to guarantee their security. Here, dominance is created by the absence of governing institutions.

The first way to understand justice is as non-domination, that is: citizens are not subjected to arbitrary interference by their state nor by any external state. Arbitrary interference occurs when subjects cannot choose or reject acts that affect their interests (Eriksen, 2016). In a political order, a way to combat this is with a legally sanctioned regime protecting citizens from interference by agents unconcerned with their interests, and by the state arbitrarily using its coercive methods, while adding mechanisms of participation. There must be a pre-politically defined notion that freedom is non-domination, and that it is desirable (not necessarily democracy, but democracy can be a good guarantee). A FP based on this principle prescribes the creation of non-dominating institutions and upholds them, creating fair terms of cooperation within International Law (IL), while proscribing illegal interventions on state sovereignty. One of the main problems with this model is the possibility of paternalism, an interference that takes into account the interests of a group, but acts against their will, like forced medication. (Eriksen, 2016)

Justice as impartiality prescribes that strong institutions are required to prevent dominance, but those rules are established such that they are agreeable from “all points of view” (Ibid.). It is akin to a minimum common denominator, one which all can agree to. Impartiality in the rules and application of the rules protects actors from the imposition of one’s will without justification. Dominance is not about how well the interests of a person are served, rather, it is about the right to make a free choice, so external interference to protect that right can be justified, whereas if it does not protect that right, it is dominance. It is a conception of justice that protects individuals from each other at home, and states from each other internationally.

Sovereignty matters as a tool to protect human choice. Freedom is central here and is understood as independence from being constrained by another’s choice, provided that freedom can coexist with the freedom of others in compliance with a universal law (Ibid.). A FP based on this principle prescribes that conflicts must be settled by a third party, supporting a strong Human Rights Regime and Humanitarian Intervention, while proscribing interactions with states that do not respect Human Rights, for example. Coercion is acceptable only to the extent that it attacks an obstacle to freedom. In that sense, a non-consensual foreign intervention is hard to justify, and creates dilemmas, but a consensual foreign intervention is supererogatory, if not obligatory, because individuals – not states – are the entities bearing moral significance (Ibid.).

Justice as mutual recognition proposes that justice means different things for different groups, thus creating the need for actual deliberation, hearing all stakeholders in decisions (Eriksen, 2016). Rights are not something individuals possess, rather, they are granted by other members of a community. It is a bottom-up way of thinking about justice, adopting the belief that rights are a product of social relations, specifically, negotiations between different people that attempt to coexist without dominance of one over the other. In that sense, not taking into account the value framework of others and coming into agreement about reciprocal provisions would be considered wrong. Cooperation with affected parties and reciprocity are the hallmarks of this approach to justice. Applying a previous understanding that is not context-sensitive, for example, like blindly applying an idea of justice, or a principle of non-intervention does not generate the most just outcome. In this sense, being context-sensitive and cooperative is the way to go.

Each of these models is derived from a different strand of political thought, but can be used to judge how just an action is according to different perspectives. I believe that one single definition of justice will always be contentious. Therefore, by utilizing three different conceptions, I can better ascertain how just an action is, and establish dialogue with interlocutors from different perspectives. Ideally, I would reconcile all three models, to produce the most potent argument. Unfortunately, that cannot be done. Non-consensual intervention is permitted by one model, proscribed by the other, for example. So, unless there is a clear consultation of some part of the Haitian population, the answer of rightness is unclear according to all three models, and unless some part of the population is involved in making decisions, fairness of the operation cannot be assured. Thus, it is impossible to ascertain the justness of all three models without some form of consultation. That does not mean intervention would be necessarily unjust, as the non-domination model would allow it, but it would not be irrevocably just.

The local turn in UN interventions dialogues extremely well with at least the two previous models of justice, as it intends to be a bottom-up style of consultation, where local demands are taken into account. The ownership, deliberation, agency and participation of local actors is of utmost importance, and, as seen in Liberia and East Timor, can be extremely important in peace-building (Trebosc, 2023).

In sum, there are problems created by attempting to reconcile the three models, but having a more profound method of consultation can help protect Haitians from organized crime in a just manner, while sustaining foreign intervention.

Therefore, making the argument for intervention from the perspective of non-domination seems contradictory because the main idea of non-domination is being free from arbitrary interference from others. Since the interventors would not have been elected by the citizens of Haiti, it cannot be justified as legitimate.

Looking at Haiti now

The basis for intervention in Haiti would be that of Humanitarian Intervention. Not against widespread violence perpetrated by the government towards their citizens, but to protect citizens from the arbitrary rule of organized crime and instill some sense of order and security in the country. Given that gangs command approximately 80% of the countries' capital (Le Monde, 2024), and that internal measures have been insufficient in dealing with the problem, and that a previous prime minister sought a police intervention from Kenya (Reuters, 2024), I believe that foreign intervention will be needed to solve the problem. I assume that Haiti does not have governing institutions capable of running the country, just not of guaranteeing security throughout the territory, as has been the case so far. Violence is not coming directly from the government against their citizens, and for that reason, regime change is not warranted, but supporting the elimination of gangs is.

Previously, it was argued that Humanitarian Intervention ought not to occur except in situations of extreme violations of Human Rights. As we may see, this is not the case in Haiti. Government forces are not using chemical weapons on their own population, nor committing massacres in the name of a despotic regime. What is happening is the inability to guarantee protection, namely against organized crime (kidnappings, extortion, etc.), even though corruption among government officials is also relevant. In this case, can intervention be justified? I argue that it can, though it need not escalate to full-blown regime change.

Conclusion

All out war is not necessary in Haiti, nor is there a need to combat organized armies, the potential foes are nowhere near organized enough to require a level of violence that would destroy entire cities or neighborhoods, even. This leads me to conclude that there is a strong case to justify the use of force in Haiti. Nonetheless, this does not mean that any use of force is just. As outlined above, three different interpretations were shown. Additionally, I espoused the belief that all three models could be contemplated simultaneously, thus imbuing intervention with justice, in a manner that most people would agree with.

So, intervention must be designed to protect citizens from arbitrary power and violence, ensuring non-domination by both internal and external actors. This involves creating or supporting local institutions that safeguard the freedom and security of Haitian citizens without imposing external control that disregards their interests. Secondly, the intervention must be impartial, carried out by an unbiased international body, ensuring that it upholds universal human rights standards and is agreeable from all perspectives. This impartiality guarantees that the intervention is not serving the interests of any particular foreign power but is focused solely on protecting human rights and restoring order. Lastly, the process must involve mutual recognition, incorporating a deliberative approach that respects the voices and needs of all Haitian stakeholders. This means engaging with local communities, leaders, and organizations to ensure that the intervention is responsive to their specific contexts and concerns, fostering cooperation and respect for cultural differences. By aligning with these three models, the intervention can achieve a level of justice that would prevent a great deal of criticism, while at the same time ensuring that both reasons and means of intervention are just.

Referências

ERIKSEN, Erik Oddvar. Three Conceptions of Global Political Justice. **SSRN Electronic Journal**, 2016. Available at: <https://www.ssrn.com/abstract=2878745>. Accessed on: 30 jul. 2024.

Haiti's gangs "succeeded in transforming their territorial control into social, economic, and military domination". **Le Monde.fr**, 2024. Available at: https://www.lemonde.fr/en/international/article/2024/03/08/in-haiti-gangs-have-transformed-their-territorial-control-into-social-economic-and-military-domination_6596408_4.html. Accessed on: 29 jul. 2024.

Haiti Literacy Rate 1960-2024. **Macrotrends**. Available at: <https://www.macrotrends.net/global-metrics/countries/HTI/haiti/literacy-rate>. Accessed on: 29 jul. 2024.

Haiti PM Ariel Henry resigns as transitional council is sworn in. 2024. **BBC**. Available at: <https://www.bbc.com/news/world-latin-america-68896323>. Accessed on: 29 jul. 2024.a

Haiti situation "catastrophic" and growing worse, UN warns. 2024. **BBC**. Available at: <https://www.bbc.com/news/world-latin-america-68880579>. Accessed on: 30 jul. 2024.c

ISAAC, Harold. Violence rocks Haiti as the prime minister visits Kenya. **Reuters**, 2024. Available at: <https://www.reuters.com/world/americas/gang-violence-sparks-haiti-prime-minister-visits-kenya-2024-02-29/>. Accessed on: 29 jul. 2024.

Mesquita, Kaio Lucas S.; Grass, Natália. Refugiados ambientais no Haiti: um desafio humanitário e ecológico. **Revista Petrel - Haiti hoje: crise humanitária e instabilidade política**, 2024, in press

OLIVEIRA, Lenira. Haiti on the edge of security: is the violence in the country a narco-terrorism phenomenon? **Revista Petrel - Haiti hoje: crise humanitária e instabilidade política**, 2024, in press.

Taliban Members Fed Up With Office Work, Ready to Quiet Quit. **Time**, 2023. Available at: <https://time.com/6263906/taliban-afghanistan-office-work-quiet-quit>. Accessed on: 16 set. 2024.

TREBOSC, Cyrielle. What can be learned from the local turn in international peacebuilding? **Agency for peacebuilding**, 2023. Available at: <https://www.peaceagency.org/what-can-be-learned-from-the-local-turn-in-international-peacebuilding/>. Accessed on: 30 set. 2024.

Referências

The men fighting gang leader Barbecue for power in Haiti. 2024. **BBC**. Available at: <https://www.bbc.com/news/world-latin-america-68534619>. Accessed on: 30 jul. 2024.

UNSDG. **Explainer: 5 things to know about food security in Haiti in times of crisis**. Available at: <https://unsdg.un.org/latest/stories/explainer-5-things-know-about-food-security-haiti-times-crisis>. Accessed on: 29 jul. 2024.

URBANO, João Paulo. A tragédia do Haiti: a farsa da nova intervenção. **Revista Petrel - Haiti hoje: crise humanitária e instabilidade política**, 2024, in press

2024 Intelligence Forecast: Haiti's Security Challenges. **Solace Global Risk**, 2023. Disponível em: <https://www.solaceglobal.com/report/haiti-security-challenges-2024>. Accessed on: 16 set. 2024.

A tragédia do Haiti: a farsa da nova intervenção

JOÃO PAULO URBANO

No dia 25 de junho de 2024, o último contingente de 200 policiais quenianos aterrissou no aeroporto de Porto Príncipe para dar início a uma nova intervenção militar estrangeira no Haiti (Brasil de Fato, 2024). Ao todo, são 2.500 agentes policiais de diversos países que iniciarão a Missão Multinacional de Apoio à Segurança (MMS), liderada pelo Quênia (Brasil, 2024). Quase 20 anos separam a MMS do início da Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH), missão que, mesmo após 13 anos em solo haitiano, não conseguiu atingir os objetivos desejados pela ONU.

Em 2004, quando a MINUSTAH iniciou seus trabalhos, os objetivos eram basicamente os mesmos da missão atual: estabilizar o país, conter o avanço das gangues e realizar eleições livres e democráticas. No entanto, a MINUSTAH alcançou resultados bastante diferentes. Entre os feitos mais destacados da missão, estão as milhares de vítimas da cólera trazida pelos soldados estrangeiros e a permanência da instabilidade política no país. Além disso, ocorreram milhares de mortes resultantes de massacres cometidos pelos militares e milhares de casos de abusos sexuais envolvendo mulheres e crianças haitianas (Silva, 2017).

Com um saldo tão negativo, era de se esperar que uma nova intervenção centrada apenas no envio de forças policiais fosse vista como uma política a ser evitada. No entanto, o Conselho de Segurança da ONU aprovou novamente o envio de tropas policiais em mais uma conjuntura de instabilidade política e crise social no Haiti. Dessa forma, não seria um exagero afirmar que a nova missão tende a repetir o fracasso das intervenções anteriores. É preciso entender, então, quais foram os motivos do fracasso da MINUSTAH e de que forma a MMS pode caminhar para repetir o rastro de violência deixado pela primeira.

Erros e limites da MINUSTAH

Depois de anos de ocupação estrangeira e uso deliberado da força no Haiti, o fracasso da MINUSTAH traz uma importante lição: o problema do Haiti não será resolvido por agentes de segurança em conflitos militares com as gangues locais. Segundo Cortinhas e Godoy (2024), a ideia de que o Haiti estava prestes a entrar em uma guerra civil foi uma das justificativas utilizadas pelas Forças Armadas Brasileiras para aderir ao comando da missão e um dos fatores que condicionaram a urgência do envio de tropas para o país. Entretanto, essa justificativa buscou se afirmar apenas no campo retórico, sem dados expressivos que demonstrassem a iminência de uma guerra civil em território haitiano.

Segundo os autores, ao comparar as taxas de homicídios intencionais no Brasil e no Haiti, as taxas brasileiras chegavam a ser até três vezes superiores às haitianas (Godoy; Cortinhas, 2024). Se compararmos com as taxas da Colômbia, um país historicamente violento, essas taxas chegam a ser quase cinco vezes maiores (Countryeconomy, 2024). Na verdade, as taxas de homicídios no Haiti estavam abaixo da média dos países da América Central e da América do Sul (Pina, 2019). De toda forma, o que se observou foi que a narrativa de violência iminente foi e é amplamente utilizada para justificar a intervenção e o consequente uso da força. Entretanto, segundo os mesmos dados, a MINUSTAH pouco contribuiu para diminuir as taxas de homicídios no país, que chegaram a aumentar durante o período da ocupação.

Esse aumento da violência pode ser explicado como uma resposta ao uso desproporcional da força pelas tropas brasileiras. O "Massacre de Cité Soleil", como ficou conhecida a Operação Punho de Ferro, ocorrida na maior favela haitiana, ilustra bem o tipo de atuação das Forças Armadas brasileiras no Haiti. A operação tinha por objetivo abater um líder de gangue local e, para isso, foram disparadas 22.700 balas em um período de 7 horas consecutivas, segundo relatório da própria ONU (Haitiaction, 2005). O líder da gangue em questão foi executado, mas, com ele, dezenas de inocentes, entre eles mulheres grávidas e crianças, foram abatidas (Malick, 2018). A "Punho de Ferro", longe de ser um fato isolado, se enquadra num cenário ampliado em que a norma das práticas militares, era a utilização de violência contra a própria população. Os milhares de estupros e os surtos de cólera são prova de como a MINUSTAH, na contramão de

seus objetivos, colaborou com a situação catastrófica do Haiti.

Por outro lado, questões sociais referentes às condições de vida da população foram pouco visadas pela missão de paz. A grande insegurança alimentar e sanitária que permeia o país não recebeu a atenção devida por parte do comando militar e se soma historicamente como um fator de crise no Haiti. Após o terremoto de 2010, a já precária situação de distribuição de água se tornou ainda pior, e pouco foi feito para alterar essa situação. Em 2015, segundo dados da ONU, apenas um quarto da população tinha acesso a água potável. (Aguiar, 2015). Atualmente, as condições de vida têm se tornado cada vez piores. Em dados de 2022, cerca de 26 milhões de pessoas passam fome sem nenhuma perspectiva de mudança (Núcleo de notícias da ONU, 2022).

As precárias condições de vida da população corroboram com um quadro de aumento da criminalidade, um fenômeno bastante conhecido no Brasil (Rede Brasil Atual, 2024). Em um contexto sem alternativas dignas para a população, a entrada de um jovem para as gangues surge como uma possibilidade, mesmo que por meio da violência, de se acessar recursos básicos de vida. Todavia, é preciso entender a violência como um dos sintomas de uma crise histórica e não como a raiz de todos os problemas. Uma ocupação como a MINUSTAH, que fracassou em atingir seus objetivos finais, nos mostra que o problema haitiano demandará um tipo de esforço diferente do que foi implantado. Missões militarizadas, que focam no combate armado e deixem em segundo plano as questões sociais e econômicas da população, podem na prática aprofundar o ciclo de violência que prometiam combater.

A MMS e o Quênia: o que esperar de uma nova intervenção?

Sete anos após o fim da MINUSTAH, novas tropas policiais chegam ao Haiti para conter a violência das gangues em uma nova missão internacional, desta vez liderada pelo Quênia. Chama a atenção, entretanto, a repetição da mesma fórmula: o foco estritamente militar visando o combate às gangues. A missão se sucederá com o envio de forças policiais que reforçarão a pequena polícia haitiana

repetindo a mesma estratégia visando a retomada da ordem no país. Partindo desse ponto, muitos problemas dessa nova intervenção saltam aos olhos.

O primeiro problema que chamou a atenção da comunidade internacional foi o histórico de violência policial existente no Quênia. Na mesma semana em que agentes policiais desembarcaram no Haiti, em Nairobi, capital do país, policiais quenianos dispersaram um protesto da população com tiros à queima-roupa. O cenário atual é aterrorizador e a repressão queniana já ocasionou ao menos 22 mortes. Manifestantes que seguem lutando contra o atual governo do país criticam a ida dos policiais para o Haiti, já que esses mesmos agentes frequentemente entram em conflitos violentos contra a própria população (Brasil de Fato, 2024). Torna-se óbvia a contradição existente na nova missão de paz. Os agentes que estão sendo enviados para liderar a pacificação do Haiti, não respeitam os direitos humanos em seu próprio país e estão sendo enviados para pacificar um território estrangeiro.

É preocupante que as tropas quenianas já sejam reconhecidas por sua periculosidade. O risco de novas violações de direitos humanos é um fator alarmante no calamitoso cenário haitiano. É possível, portanto, que a mesma lógica que prevaleceu na MINUSTAH se repita na nova missão. As tropas brasileiras, também conhecidas por sua violência desmedida no plano doméstico, repetiram seu violento *modus operandi* agora em território estrangeiro. Mesmo com os discursos inflamados à época de que “a MINUSTAH seria diferente” e de que o “brazilian way of peacing” privilegiaria o diálogo em vez da força, na realidade a prática foi bem diferente (Godoy; Cortinhas, 2024).

Partindo da premissa que caso se repita os passos da MINUSTAH, a missão fracassará, é preciso perguntar: o que novas forças policiais poderão fazer para pacificar o Haiti? O cenário atual é muito pior do que nos anos da MINUSTAH. A violência aumentou de forma desenfreada, e as gangues tomaram o controle de 80% de Porto Príncipe. As condições sociais estão em claro processo de deterioração. Supondo que as tropas quenianas consigam conter o avanço das gangues e desestabilizar essas facções pelo território, as condições desumanas em que se encontra a população haitiana ainda persistirão. Ao que tudo indica, missões que continuem focando apenas na parte policial, ignorando outros fatores socioeconômicos, tenderão a fracassar retumbantes.

Na prática, é de se esperar que pouco resultado imediato seja alcançado em relação à contenção da violência nas ruas. A polícia queniana chega completamente despreparada para lidar com as adversidades da conjuntura haitiana. O esforço da MINUSTAH em desenvolver uma estratégia para operacionalizar a missão no Haiti foi um processo lento e demorado, construído ao longo dos primeiros anos da missão. A polícia queniana terá que enfrentar situações muito mais desafiadoras, começando praticamente do zero no estudo e desenvolvimento de estratégias militares para promover o restabelecimento da ordem.

Além disso, um fator de extrema importância é a desconfiança que a população haitiana terá em relação a uma nova intervenção em seu território. Os traumas deixados pela MINUSTAH ainda estão presentes. Estudos recentes revelam quase 300 casos de crianças nascidas como resultado dos abusos sexuais cometidos pelos soldados da missão, ou, na maioria dos casos, decorrentes de relações sexuais que envolviam troca de dinheiro ou comida (Malick, 2019). A população haitiana já demonstrou várias vezes que rejeita a ocupação em seu território e vê com maus olhos intervenções que não consideram a agência da população local e aprofundam o ciclo de violência. A MMS enfrentará um grande desafio se quiser convencer os haitianos de que virão para o bem e não repetirão os erros do passado.

Os Fantasmas da História

Uma série de problemas de diversas dimensões se somam para dificultar que a MMS, conforme está sendo concebida, seja bem-sucedida em seus objetivos. A MINUSTAH poderia ter oferecido valiosas lições, caso houvesse um interesse real em estabelecer a paz no Haiti. Infelizmente, o que se vê é a continuidade de um ciclo de violência e sofrimento em que os haitianos são as principais vítimas. Ignorar fatores cruciais, como a realidade socioeconômica dos haitianos, onde a falta de comida e água são problemas graves, revela a inadequação de uma força policial focada apenas no combate armado.

A ausência de participação da população local na tomada de decisões sobre intervenções estrangeiras em seu país também destaca a persistência de uma postura

hierárquica e colonial no sistema internacional. Ao que tudo indica, estamos longe de alcançar a estabilidade no Haiti e de encerrar, de vez, esse ciclo de violência. Como Marx disse em sua famosa citação, a história se repete a primeira vez como tragédia e a segunda como farsa. Se a MINUSTAH foi uma tragédia, a MSS não passa de uma farsa de mau gosto.

Referências

AGUIAR, Ana Graziela. Acesso à água segue como desafio para reconstrução. **Agência Brasil**, 21 jan. 2015. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/internacional/audio/2015-01/acesso-agua-segue-como-desafio-para-reconstrucao>. Acesso em: 25 jul. 2024.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Envio de Missão Multinacional ao Haiti**. 22 jun. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/envio-de-missao-multinacional-ao-haiti. Acesso em: 25 jul. 2024.

CORTINHAS, Juliano da Silva; GODOY, Gabriel Gualano. Dimensões da atuação internacional do Brasil: repercussões políticas, jurídicas, econômicas e sociais da participação brasileira na MINUSTAH. In: MASCHIETTO, Roberta Holanda; FERREIRA, Marcos (orgs.). **Estudos para a Paz: perspectivas brasileiras**. 1. ed. São Paulo: Editora Blimunda, 2024.

COUNTRYECONOMY. **Colômbia - Homicídios Intencionais**. 2024. Disponível em: <https://pt.countryeconomy.com/demografia/homicidios/colombia>. Acesso em: 25 jul. 2024.

EVIDENCE mounts of a UN massacre in Haiti. **Haiti Action**, 12 jul. 2005. Disponível em: https://haitiaction.net/News/HIP/7_12_5.html. Acesso em: 25 jul. 2024.

HAITI recebe tropas do Quênia em meio a protestos que já deixaram 22 mortos no país africano. **Brasil de Fato**. 26 jun. 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/06/26/haiti-recebe-tropas-do-kenia-em-meio-a-protestos-que-ja-deixaram-22-mortos-no-pais-africano>. Acesso em: 25 jul. 2024.

HAITI registra níveis catastróficos de fome pela primeira vez. **News UN**, 25 out. 2022. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2022/10/180376>. Acesso em: 03 jul 2024.

MALICK, L. Sent to Haiti to keep the peace: departing UN troops leave a damaged nation in their wake. **The Conversation**, 25 jan. 2018. Disponível em: <https://theconversation.com/sent-to-haiti-to-keep-the-peace-departing-un-troops-leave-a-damaged-nation-in-their-wake-85584>. Acesso em: 25 jul. 2024.

LEE, Sabine; BARTELS, Susane. They put a few coins in your hands to drop a baby in you: 265 stories of Haitian children abandoned by UN fathers. **The Conversation**, 25 jan. 2019. Disponível em: <https://theconversation.com/they-put-a-few-coins-in-your-hands-to-drop-a-baby-in-you-265-stories-of-haitian-children-abandoned-by-un-fathers-114854>. Acesso em:

Referências

25 jul. 2024.

PESQUISA aponta que jovens entram cada vez mais cedo no tráfico de drogas. **Rede Brasil Atual**, 24 jul. 2024. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/pesquisa-aponta-que-jovens-entram-cada-vez-mais-cedo-no-trafico-de-drogas/#:~:text=O%20principal%20motivo%20citado%20para,entre%20as%20raz%C3%B5es%20mais%20citadas>. Acesso em: 25 jul. 2024.

SILVA, Vanessa Martina. Estupros, cólera e 30 mil mortos: conheça o legado da Minustah no Haiti. **Brasil de Fato**, 1 set. 2017. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/09/01/estupros-colera-e-30-mil-mortos-conheca-o-legado-da-minustah-no-haiti>. Acesso em: 25 jul. 2024.

Violência de Gênero em Operações de Peacekeeping no Haiti

CECÍLIA DIAS E ÉRICA AMARANTE

Ao longo da década de 1990, a Organização das Nações Unidas (ONU) iniciou uma fase de inter-relação mais enfática sobre questões de gêneros em arenas de operações de paz, principal instrumento de estabilização e manutenção da paz internacional (Rebello, 2013). Na época, diferentes documentos incrementando a perspectiva de gênero foram cunhados com o fito de sanar a disparidade entre homens e mulheres em áreas de conflito, como a Resolução 1325/2000. Com esta, foi lançada a agenda “Mulheres, Paz e Segurança” (MPS), a fim de criar um arcabouço normativo robusto acerca da promoção de políticas voltadas à igualdade de gênero (Drummond et al, 2022). Desse modo, é reconhecida a importância da participação feminina na promoção da paz e segurança internacionais, e os impactos diferentes sentidos por mulheres e meninas em contextos de conflitos armados (MRE, 2022).

Na presente análise, será utilizado o caso da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), operação de *peacekeeping* que durou entre 2004 e 2017, para abordar a intensa violência de gênero em operações de paz. Para tal, será abrangida a Resolução 1325/2000 para elucidar comparações entre a Resolução 1542/2004, que aprovou o início da MINUSTAH, e a Resolução 2699/2023, a qual autoriza uma nova intervenção no Haiti, com o objetivo de refletir se os mecanismos que dispõem a agenda MPS são efetivamente implementáveis em operações de paz.

Operações de paz e violência de gênero

O Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) tem como função a manutenção e a garantia da paz entre

os povos (Carta da ONU, 1945, artigo 24). Em caso de conflito, tanto já iniciado quanto em fase de cessar-fogo, pode autorizar missões que permitam a realização de operações de paz. Essas operações se classificam como: I) *Conflict prevention* (prevenção conflitiva), que envolve a aplicação de medidas diplomáticas intra ou extra estatais para apaziguamento de tensões; II) *Peacemaking* (pacificação), que incorpora medidas para lidar com conflitos em andamento; III) *Peacekeeping* (manutenção da paz), a qual se projeta a preservação da paz em um local que um conflito tenha sido irrompido; IV) *Peace enforcement* (imposição da paz), que envolve a aplicação de uma série de medidas, incluindo o uso de força militar; e V) *Peacebuilding* (construção da paz), que envolve uma série de medidas para redução do risco de retomada de conflito (UN, 2008).

No âmbito das operações de paz, a questão de violência de gênero ganhou atenção mundial em 2001, quando relatos de abuso e exploração sexual de mulheres de comunidades refugiadas na Guiné, na Libéria e na Serra Leoa foram expostas em relatório do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e do Save the Children, uma organização não-governamental (ONG) britânica (Soprani, 2008). Em 2003, o então Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, definiu o abuso e a exploração sexuais como qualquer tentativa ou abuso real, além de intrusão física ou ameaçada, de uma posição de vulnerabilidade, de poder ou de confiança, para fins sexuais (ONU, 2003).

É notório que mulheres e meninas compõem um dos grupos mais atingidos pelas guerras e conflitos, ficando vulneráveis a formas específicas de violência de gênero. Segundo Gallindo e Viana (2022), a violência sexual contra mulheres foi usada durante toda a história, realizadas até em locais de refúgio. No caso do *peacekeeping*, vários membros se aproveitam sexualmente de mulheres e de meninas, seja mediante tráfico sexual, prostituição, escravidão sexual, ou de outros meios (Soprani, 2018).

No Haiti, o contexto da operação da MINUSTAH refletia uma nação marcada por profundas instabilidades políticas e econômicas. O presidente da época, Bertrand Aristide, enfrentando forte oposição popular, renunciou ao cargo em meio a um conflito armado que se espalhou por várias cidades, colocando o país à beira do colapso. Tal cenário abriu espaço para a intervenção internacional, inicialmente com uma força multinacional temporária, que posteriormente foi sucedida pela MINUSTAH, aprovada

pela Resolução 1542 do Conselho em abril de 2004. (Peacekeeping UN, 2024).

Assim, ao longo dos 13 anos de atuação, a MINUSTAH trabalhou para promover a proteção dos civis, incluindo o enfrentamento das vulnerabilidades enfrentadas pelas mulheres haitianas, devido ao contexto do país. No entanto, o contingente militar, majoritariamente composto por homens, foi também o responsável por inúmeros casos de violência de gênero. Esse problema, somado à situação socioeconômica crítica do Haiti, agravou ainda mais a situação de fragilidade vivida pelas mulheres locais (Machado, 2023). Dessa forma, evidenciaram-se os vácuos institucionais entre a formalização da operação e sua eficácia final.

A MINUSTAH e a Resolução MPS

A Resolução 1325/2000 do CSNU destaca a importância da proteção e do empoderamento das mulheres em conflitos armados, reconhecendo sua atuação desproporcional. Ela enfatiza a necessidade de aumentar a participação das mulheres em processos de paz, de proteger seus direitos, de prevenir a violência de gênero e de treinar o corpo de manutenção da paz acerca de questões de gênero. O documento visa, ainda, integrar uma perspectiva de gênero em todas as operações de paz e promover a igualdade de gênero em contextos de conflito (ONU, 2000). Dessa forma, a Resolução 1542/2004, que autorizou o início da MINUSTAH, considerou a Resolução 1325/2000 para sua formalização.

Contudo, mostra-se que o saldo final da operação falhou em promover uma inclusão equitativa de mulheres, com apenas 200 militares femininas entre os 37 mil soldados, o que contribuiu para o aumento da violência de gênero na região (Machado, 2023; CSNU, 2000). Inúmeros casos de violência também ocorreram no decorrer da missão. O primeiro caso público ocorreu em 2005, quando uma haitiana foi atraída por três militares nepaleses e estuprada (Terra, 2016). Além disso, entre 2004 e 2007, aproximadamente 134 soldados exploraram sexualmente crianças haitianas (BBC, 2019). E outro caso emblemático na MINUSTAH foi o dos *Petit MINUSTAH*, termo referente às crianças nascidas no Haiti geradas mediante estupro de agentes de forças de paz estrangeiras da ONU.

O papel da instituição e os peacekeepers

Os exemplos acima endossam a tese do surgimento de uma “economia de *peacekeeping*”, sob a qual a “oferta” de meninas e de mulheres, acrescidas pelo contexto socioeconômico das vítimas, supre a ampliação da “demanda” sexual dos militares (Fontoura, 2009). Os militares e os policiais, agentes que formam a maioria do contingente das forças de paz, desempenham um papel crucial na perpetuação dessa dinâmica. Isso não apenas reflete uma grave violação dos direitos humanos, mas também a necessidade urgente de uma revisão das práticas e políticas de *peacekeeping* para garantir que as forças de paz não contribuam para a exploração e o abuso.

Em amplo aspecto, vale ressaltar que tais agentes são intrinsecamente influenciados por instituições militares, que reforçam o ideal subversivo de masculinidade (Whitworth, 2004). Nesse contexto, para Enloe (1990), essas instituições promovem valores que ligam “ser homem” à violência, especialmente no contexto militar. A ideia de masculinidade sob a ótica militar muitas vezes é definida em oposição ao que é diferente — como pessoas não brancas, homossexuais e, neste caso, mulheres (Whitworth, 2004). Assim, a separação entre o militar e o feminino, com a desumanização das mulheres, destaca a necessidade de se alterar a maneira que os *peacekeepers* são capacitados.

A mazela envolta na questão da violência de gênero contorna muito mais do que somente uma reforma no treinamento dos *peacekeepers* — é realçada, também, a necessidade de se repensar os moldes da instituição militar. No caso do Haiti, é requerida ainda mais sensibilidade, sobretudo porque a crise humanitária lá vivenciada está longe de ser cessada, o que levou à aprovação de uma nova operação no país pelo CSNU em 2023.

Uma nova operação no Haiti: mudança ou continuidade?

A crise interna da nação, não apaziguada pela MINUSTAH, agora transcorre um período de crescente dominação de gangues em várias cidades do país (Hu, 2024). Esse cenário

é melhor abordado por Oliveira (2024).

Nessa seara, em 2023, mediante solicitação do governo haitiano e via Resolução 2699/2023, o Conselho autorizou o envio de uma força internacional para a operação de paz no Haiti por um período inicial de um ano, denominada Missão Multinacional de Apoio à Segurança no Haiti (MSS) e liderada pelo Quênia. Tal Resolução – fundamentada no Capítulo VII da Carta da ONU, que aborda ações em resposta a ameaças à paz, violações da paz e atos de agressão –, enfatiza a necessidade de combater a violência de gênero. Entre as medidas destacadas estão a condenação do aumento das atividades violentas, incluindo a violência sexual e de gênero, que comprometem a paz e a segurança no Haiti; a preocupação expressa com os atos de violência e abusos, especialmente contra mulheres e meninas; e a solicitação de mecanismos para a supervisão das violações dos direitos humanos (ONU, 2023)

Sob o auspício da Resolução MPS, nota-se que a Resolução 2699/2023 não enfatiza alguns pontos, os quais tangenciam a imprescindibilidade do treinamento específico para proteção de mulheres e meninas em ambientes de conflito; a necessidade de participação ativa de mulheres nos processos de paz e na tomada de decisões políticas; e, especialmente, a responsabilização dos Estados em processar aqueles que cometem crimes de guerra e violência de gênero (ONU, 2000). Neste último caso, a Resolução 2699/2023 menciona a necessidade de cessar abusos, sem, no entanto, responsabilizar os perpetradores da violência.

Em termos gerais, o que se visualiza é que a Resolução 2699/2023 não dispõe, assim como a Resolução 1542/2004, o asseguramento pleno ante o combate à violência de gênero em operações de paz, uma vez que carece de elementos práticos de prevenção e de correção de práticas abusivas sobre mulheres, como a falta de responsabilização dos perpetradores do abuso. Mesmo condenando a violência de gênero e a violação dos direitos humanos (ONU, 2023), a nova missão pode enfrentar problemas similares experienciados durante a MINUSTAH, tendo em vista as lacunas acerca da proteção e da inclusão de mulheres na Resolução.

Considerações finais

A perspectiva de uma nova operação de *peacekeeping* no Haiti demanda diversas medidas para uma solução e transição política pacíficas. No caso da Resolução 2699/2023, mostra-se que há diversos aspectos relacionados à manutenção da paz que não tangenciam concretizar um efetivo combate à violência de gênero na região. Apesar de sabido que fórmulas normativas não se expressam fidedignamente, é crucial que as diretrizes e estratégias de tais Resoluções sejam adaptadas para abordar de forma mais eficaz as especificidades do contexto haitiano. A integração de medidas robustas contra a violência de gênero, com treinamentos especializados, supervisão independente e inclusão ativa de mulheres nos processos de paz é essencial para transformar os compromissos normativos em ações concretas. Caso contrário, o que será visto nesta operação é um mais do mesmo.

Nesse momento, a agenda MPS deveria ser uma prioridade central nesta nova missão, uma vez que a violência de gênero continua a ser um problema significativo que compromete a estabilidade e o desenvolvimento sustentável do país. O que se contempla é que a implementação da Resolução 2699/2023 falhou ao não incorporar estratégias específicas para enfrentar e reduzir a violência baseada em gênero, garantindo que as intervenções de *peacekeeping* integrem medidas de proteção para mulheres e meninas, bem como programas de apoio e recuperação.

Referências

BARTELS, Sabine. **La investigación sobre explotación sexual y abuso en Haití que salpica a efectivos de la paz de la ONU de países de América Latina.** Disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-50892596>. Acesso em: 29 jul. 2024.

DRUMOND, Paula et al. Mapeando a agenda “Mulheres, Paz e Segurança” na América Latina: uma comparação dos Planos Nacionais de Ação da ONU. **BPC Policy Brief**, V. 12 N. 4.

ENLOE, Cynthia. **Bananas, Beaches and Bases: making feminist sense of international politics.** Berkeley: University of California Press, 1990.

FAGANELLO, Priscila. **Operações de Manutenção da Paz da ONU: De que forma os Direitos Humanos revolucionaram a principal ferramenta internacional da paz.** Brasília, FUNAG, 2013. Disponível em: <https://funag.gov.br/loja/download/1078-operacoes-de-manutencao-de-paz.pdf>.

FONTOURA, Natalia Rayol. **Heróis ou Vilões? O abuso e a exploração sexual por militares em missões de paz da ONU.** Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais. Rio de Janeiro: PUC, 2009.

GALLINDO, Alice; VIANA, Poliana. **A vulnerabilidade das mulheres em contexto de conflito internacional.** Disponível em: <https://sites.ufpe.br/oci/2022/08/31/a-vulnerabilidade-das-mulheres-em-contexto-de-conflito-internacional-2/>. Acesso em: 27 jul. 2024.

HU, Caitlin. Entenda por que policiais do Quênia estão sendo enviados para o Haiti. **CNN Brasil.** Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/entenda-por-que-policiais-do-quenia-estao-sendo-enviados-para-o-haiti/>. Acesso em: 17 set. 2024.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Haiti: Events of 2017.** Disponível em: <https://www.hrw.org/world-report/2018/country-chapters/haiti>. Acesso em: 29 jul. 2024.

MACHADO, Giovana. **A MINUSTAH sob a perspectiva de Gênero: a participação das peacekeepers brasileiras e a problemática dos abusos e exploração sexual de mulheres haitianas.** Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/593de423-ff6b-46bf-8dce-e2ceabcbcd5c1/content>. Acesso em: 22 jul. 2024.

Referências

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Mulheres, paz e segurança**. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/delbrasonu/paz-e-seguranca-internacional/mulheres-paz-e-seguranca>. Acesso em: 17 set. 2024.

NGUYEN, Anh. **Haitian Court Delivers Landmark “Petit MINUSTAH” Decision: New Light Shed On Decades Of UN Peacekeeper Sexual Abuse**. Disponível em: <https://www.humanrightspulse.com/mastercontentblog/haitian-court-delivers-landmark-petit-minustah-decision-new-light-shed-on-decades-of-un-peacekeeper-sexual-abuse>. Acesso em: 29 jul. 2024.

ONU. **Carta das Nações Unidas**, 1945. Disponível em <https://brasil.un.org/sites/default/files/2022-05/Carta-ONU.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2024.

ONU. **S/RES/1325 (2000)**. Nova Iorque, 18 out. 2000. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/media/1325-2000-pt.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2024.

ONU. **S/RES/1542 (2004)**. Nova Iorque, 30 abr. 2004. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/520532?v=pdf>. Acesso em: 28 jul. 2024.

ONU. **S/RES/2699 (2023)**. Nova Iorque, 2 out. 2023. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/4022890?v=pdf>. Acesso em: 28 jul. 2024.

ONU. **ST/SGB/2003/13**. Nova Iorque, 9 out. 2003. Disponível em: <https://documents.un.org/doc/undoc/gen/n03/550/40/pdf/n0355040.pdf?token=v0dGdZ5Mrdz2GAMmsf&fe=true>. Acesso em: 26 jul. 2024.

REBELO, Tamyá Rocha. O equilíbrio de gênero nas operações de paz: avanços e desafios. **Revista Estudos Feministas**, v. 21, p. 817–837, 2013.

SOPRANI, Carolina. Abuso e exploração sexual nas operações de paz da ONU. **Observatório de Conflitos Internacionais**, LOCAL, V. 5, n. 6, dezembro, 2018. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/observatoriodeconflitosinternacionais/v.-5-n.-6-dez.-2018---abuso-e-exploracao-sexual-nas-operacoes-de-paz-da-onu.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2024.

"SEXO oral por biscoitos': As denúncias de abuso sexual contra soldados e funcionários da ONU". **Terra**, 2016. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/mundo/sexo-oral-por-biscoitos-as-denuncias-de-abuso-sexual-contra-soldados-e>

Referências

UNITED NATIONS. **MINUSTAH fact sheet:** United Nations stabilization mission in Haiti. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/en/mission/minustah>. Acesso em: 28 jul. 2024.

UNITED NATIONS. **Principles and Guidelines**, 2008. Disponível em: https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/capstone_eng_0.pdf. Acesso em: 22 jul. 2024.

WHITWORTH, Sandra. **Men, militarism, and UN peacekeeping: A gendered analysis**. Lynne Rienner Publishers, 2004.

O Brasil no Haiti: mais uma incursão da masculinidade militarizada?

FELIPE ALEXANDRE MOURA

O Haiti hoje enfrenta um colapso institucional, com grande parte da capital, Porto Príncipe, sob o controle de grupos armados que aterrorizam a população, incitando o caos e a violência generalizada (Le Monde, 2024). Nesse cenário, o Brasil se comprometeu em apoiar o país na restauração de sua ordem interna, fornecendo treinamento tático à Polícia Nacional do Haiti, no âmbito da Missão Multinacional de Apoio à Segurança no Haiti, aprovada pela resolução 2699/2023 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (BBC Brasil, 2023).

Contudo, a presença brasileira mais proeminente em território haitiano, durante a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), é bastante problemática, especificamente no tocante às questões de gênero. Paradoxalmente, foi a partir do início da missão de paz, em 2004, que surgiram os primeiros relatórios e denúncias sobre o tráfico de mulheres haitianas (Smith e Smith, 2010 apud Toledo e Braga, 2020). De fato, isto indicaria que a implantação da MINUSTAH coincidiu com o aumento da violência sexual no Haiti.

Diante disso, esta análise pretende avaliar o potencial brasileiro na capacitação das forças de segurança haitianas, à luz do legado controverso da MINUSTAH em relação às questões de gênero. Para isso, a perspectiva feminista será utilizada como ferramenta metodológica, a fim de compreender como a masculinidade é construída e reforçada em contextos militarizados. Nesse sentido, espera-se contribuir para a reflexão sobre o significado e a utilidade de um treinamento tático brasileiro à Polícia Nacional do Haiti.

As falhas da MINUSTAH

A desproporcionalidade no uso da força é um dos elementos que caracterizam as incursões da MINUSTAH. O documentário *"It Stays With You"* (2018), dirigido por Cahal

McLaughlin e Siobhan Wills, retrata como os pacificadores da MINUSTAH deixaram um legado mortal no Haiti. Os cineastas colocam uma lente mais ampla sobre o pior episódio de violência do período: o “Massacre de Cité Soleil” ou “Operação Punho de Ferro”. Esta operação exemplifica o quão violenta era a atuação dos capacetes azuis no Haiti. Para executar um líder de gangue na maior favela do país, foram disparados mais de 20 mil tiros ao longo de 7 horas consecutivas. No confronto, dezenas de civis, incluindo mulheres e crianças, foram mortos ou gravemente feridos (McLaughlin, Willis e Louis, 2017 apud Urbano, 2024).

A violência perpetrada pelos pacificadores da MINUSTAH é, também, atravessada por questões de gênero e poder. Os relatos sobre abuso e exploração sexual de mulheres haitianas no período da missão é extenso. Em diferentes canais de comunicação, reportagens revelam que mulheres foram abusadas sexualmente, engravidadas e abandonadas por pacificadores, que eram repatriados quando a gravidez se tornava conhecida. A maioria dos casos investigados se enquadravam em sexo transacional, isto significa que o contexto socioeconômico foi determinante para que mulheres aceitassem fazer sexo com pacificadores da MINUSTAH em troca de dinheiro ou comida (Lee e Bartels, 2019).

Sob esta perspectiva, o conceito de “economia de *peacekeeping*” explica como o incremento nos contingentes de pacificadores da MINUSTAH provocou o aumento dos casos de abuso e exploração sexual de mulheres. Em outros termos, a presença militar masculinizada criou uma demanda por serviços sexuais que foi satisfeita pela oferta de mulheres para a prostituição, cuja situação socioeconômica precária as tornava ainda mais vulneráveis. Assim, a “economia de *peacekeeping*” é, ao mesmo tempo, um resultado da MINUSTAH e uma condicionante para o aumento dos casos de abuso e exploração sexual (Fontoura, 2009 apud Toledo e Braga, 2020).

Militarismo, masculinidade e militarização

Segundo Cynthia Enloe (2014), o militarismo envolve a aceitação de um conjunto específico de percepções sobre o funcionamento do mundo e sobre a natureza

humana. É uma acepção de princípios e valores, que pressupõem máximas como: “em tempos de crise, mulheres precisam de proteção armada” e “em tempos de crise, homens que se recusam a praticar ações violentas estão comprometendo sua própria masculinidade”. O militarismo, então, reflete uma visão tradicional dos papéis de gênero e, concomitantemente, reforça os vínculos entre masculinidade, violência e poder, sobretudo em contextos militares, como zonas de guerras ou missões de paz.

Nesse viés, a masculinidade militarizada é definida em oposição a quem é diferente, ou seja, aos corpos que questionam a normatividade, como os corpos de mulheres, pessoas negras e pessoas queer (Whitworth, 2004 apud Toledo e Braga, 2020). Trata-se, portanto, de um processo de desumanização do feminino e do diferente, concebendo a existência de um “outro” a ser inferiorizado ou combatido, para fazer da violência um ato tolerável (Duncanson, 2007 apud Toledo e Braga, 2020). De maneira análoga, pode-se dizer que esta lógica operou ao longo da MINUSTAH, na medida em que o corpo negro também questiona a normatividade, da qual pertence a branquitude.

A militarização, por sua vez, é um processo social, político e econômico, pelo qual as bases do militarismo se firmam na estrutura de uma sociedade (Enloe, 2014, p. 7). Na visão de Enloe, este processo pode ser globalizado por meio do comércio internacional de equipamentos, tecnologias e armamentos militares, mas também por meio de intercâmbios de conhecimento em sistemas de defesa e treinamentos táticos. Da mesma forma, Enloe explica que a globalização também depende da militarização sempre que conceitos militarizados de segurança nacional fundamentam a criação, manutenção ou fortalecimento de laços internacionais. Sendo assim, a militarização e a globalização são processos que se retroalimentam.

O treinamento tático à Polícia Nacional do Haiti

Após o terremoto que devastou o Haiti em 2010, a cooperação brasileira com o país foi ampliada, o que resultou em um aumento significativo de projetos e uma maior diversificação das áreas de atuação. Segundo o relatório sobre a Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (COBRADI), aproximadamente R\$130 milhões

em créditos extraordinários foram autorizados para custear as ações de recuperação e reconstrução do Haiti. A partir deste momento, o país se tornou o principal destino da cooperação brasileira no Caribe (IPEA, 2010).

Os primeiros projetos de cooperação do Brasil com a Polícia Nacional do Haiti foram celebrados em 2010, por meio da ABC, e a pedido do mandato da MINUSTAH, pois constituía, na visão brasileira, “iniciativa essencial para a durabilidade da estabilização e do desenvolvimento socioeconômico do Haiti”. À época, o objetivo era capacitar os policiais do quadro da Polícia Nacional do Haiti, por meio da formação de multiplicadores em táticas policiais e no compartilhamento de conhecimento técnico em atividades de armamento e tiro (MRE, 2010).

Estes projetos se assemelham, substancialmente, à mais recente proposta do governo brasileiro de fornecer treinamento tático à Polícia Nacional do Haiti, por meio da Academia Nacional da Polícia Federal. Em resposta à BBC Brasil (2023), o delegado Valdecy Urquiza, diretor de Cooperação Internacional da Polícia Federal, disse que o desejo do governo brasileiro é capacitar as forças de segurança do Haiti para que eles tenham condições de manter a atividade de segurança pública de maneira autônoma.

No entanto, considerando o legado controverso da MINUSTAH decorrente do uso excessivo da violência, o governo brasileiro deveria refletir sobre o significado e a utilidade de um novo treinamento tático à Polícia Nacional do Haiti. Ao enfatizar a centralidade das forças militares para garantir a soberania, treinamentos táticos como este tendem a estimular a militarização e, conseqüentemente, a masculinidade militarizada. Portanto, os esforços de capacitação podem perpetuar padrões de comportamento baseados no militarismo que, em vez de promover a segurança e a justiça, reforçam a dominação e a exclusão (Enloe, 2014).

Considerações finais

O novo projeto de cooperação do Brasil que visa fornecer treinamento tático à Polícia Nacional do Haiti esbarra em um legado problemático deixado pela MINUSTAH. Nessa conjuntura, a masculinidade militarizada nos ajuda a entender como o fenômeno da “economia

de *peacekeeping*” transformou a vulnerabilidade das mulheres em um mercado de exploração sexual. A partir deste conceito, também é possível perceber as estruturas de poder que permitiram com que os capacetes azuis atuassem em território haitiano mais como catalisadores da violência do que verdadeiros pacificadores.

A “curiosidade feminista” é, nessa perspectiva, uma ferramenta essencial para interromper e, em alguns casos, reverter a militarização. Enloe (2014) sugere que este tipo de curiosidade nos permite questionar interpretações consideradas “naturais” ou “lógicas” e, por conseguinte, reconhecer os efeitos que as dinâmicas da masculinidade têm sobre as estruturas de poder. Destarte, a intenção brasileira de fornecer treinamento tático à Polícia Nacional do Haiti no intuito de diminuir a violência no país torna-se questionável, uma vez que as forças de segurança do Brasil ainda reproduzem, assim como no passado, padrões de comportamento baseados na masculinidade militarizada (BBC Brasil, 2020).

Pensar o Brasil no Haiti significa propor uma reflexão acerca das implicações da presença brasileira em território haitiano. No passado, o Brasil desenvolveu um processo intenso de militarização, que culminou na amplificação da violência no Haiti. Apesar das consequências materiais e psicológicas para a população haitiana, o Brasil nunca investigou os crimes cometidos pelas tropas da ONU sob o comando brasileiro. Logo, em vez de facilitar a violência por meio de treinamentos táticos, o governo brasileiro poderia, finalmente, instaurar uma comissão da verdade para julgar os crimes da MINUSTAH e oferecer uma reparação à sociedade haitiana. Enquanto isso não ocorre, documentários como “It Stays With You” possuem a função primordial de preservar a memória coletiva e manter viva a esperança por justiça.

Referências

ONU autoriza e Brasil se prepara para treinar policiais do Haiti. **BBC Brasil**, 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c51qdq08k5wo>. Acesso em: 28/07/2024.

Caso João Pedro: quatro crianças foram mortas em operações policiais no Rio no último ano. **BBC Brasil**, 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-52731882>. Acesso em: 01/10/2024.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Brasil-Haiti para Implementação do Projeto "Capacitação Técnica para Formação de Instrutores de Táticas Defensivas: Defesa Pessoal Policial". **MRE**, 2010. Disponível em: <https://aplicacao.itamaraty.gov.br/ApiConcordia/Documento/download/7302>. Acesso em: 28/07/2024

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Brasil-Haiti para Implementação do Projeto "Fortalecimento Institucional em Defesa Civil". **MRE**, 2010. Disponível em: <https://aplicacao.itamaraty.gov.br/ApiConcordia/Documento/download/7114>. Acesso em: 28/07/2024.

ENLOE, C. Understanding Militarism, Militarization, and the Linkages with Globalization: Using a Feminist Curiosity. **Women Peacemakers Program**, 2014. Disponível em: http://www2.kobe-u.ac.jp/~alexroni/IPD%202015%20readings/IPD%202015_9/Gender%20and%20Militarism%20May-Pack-2014-web.pdf. Acesso em 19/09/2024.

LEE, S; BARTELS, S. "They put a few coins in your hands to drop a baby in you" 265 stories of Haitian children abandoned by UN fathers. **The Conversation**, 2019. Disponível em: <https://theconversation.com/they-put-a-few-coins-in-your-hands-to-drop-a-baby-in-you-265-stories-of-haitian-children-abandoned-by-un-fathers-114854>. Acesso em: 18/09/2024.

Dans les rues de Port-au-Prince, capitale haïtienne terrorisée par les gangs. **Le Monde**, 2024. Disponível em: https://www.lemonde.fr/international/article/2024/07/23/port-au-prince-sous-la-coupe-des-gangs-on-mange-bien-deux-jours-dans-la-semaine_6256006_3210.html. Acesso em: 18/09/2024.

COBRADI. Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional. **Repositório IPEA**, 2010. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2527/1/Livro_Cooperacao_brasileira_para_o_desenvolvimento_internacional-2010.pdf. Acesso em: 18/09/2024.

Referências

TOLEDO, A; BRAGA, L. Abuso e exploração sexual em operações de paz: o caso da MINUSTAH. **Revista Estudos Feministas**, 28 (3), 2020. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n360992>.

URBANO, J. P. A tragédia do Haiti: a farsa da nova intervenção. Brasília: **Revista Petrel**, v. 6, n. 3, 2024.

WILLS, S; MCLAUGHLIN, C; LOUIS, I. Sent to Haiti to keep the peace, departing UN troops leave a damaged nation in their wake. **The Conversation**, 2017. Disponível em: <https://theconversation.com/sent-to-haiti-to-keep-the-peace-departing-un-troops-leave-a-damaged-nation-in-their-wake-85584>. Acesso em: 18/09/2024.

Haiti on the edge of security: is the violence in the country a narco-terrorism phenomenon?

LENIRA OLIVEIRA

Violence in Haiti can be explained against the backdrop of a state that has been ill-prepared to withstand the lethal combination of growing social pressure from a marginalized population and the weakening of state structures due to a complex pattern of globalization that propped up non-state armed parties and led to the atomization and/or privatization of violence (Feldmann, 2019, p. 22).

The Haiti internal security situation has deteriorated in the last few years. At least since 2021, with the assassination of former President Jovenel Moïse, the violence has spread and violent gangs have effectively seized control of large parts of the country, contributing to worsening the humanitarian crisis (UNODC, 2023, p. 3).

In this context, the situation in Haiti became even worse at the beginning of 2024, when the Haitian Prime Minister, Ariel Henry, was unable to return to Haiti after paramilitary groups attacked a prison and set more than 4,000 inmates free, as well as almost took control of the international airport in Port-au-Prince (León, 2024). These events raised a lot of public apprehension about the possibility of these Haitian gangs taking power in the country.

In this analysis it will be discussed if the urban violence in Haiti, caused mainly by criminal groups, such as gangs, can be understood as a phenomenon linked to the concept of narco-terrorism, and also what is the best way to deal with the security problem the country is currently facing.

What is narco-terrorism?

The term narco-terrorism was used for the first time in 1983 by a former president of Peru, Fernando Belaúnde, to describe the attacks against the country's anti-narcotics police (Gomis, 2015, p. 2). Since the early 1990s, however, the

definition of narco-terrorism has expanded, and it is used nowadays to refer to multiple situations.

The term can be used to describe the violence perpetrated by drug traffickers to protect and advance their economic interests, and the resort to drug trafficking and terrorist tactics by state actors. It may also refer to the use of drug trafficking, or directly and indirectly related activities, by terrorist organizations to fund their operations, and cooperation between drug traffickers and terrorist organizations for mutual gains (Ibid., p. 3). This concept is also employed to define the merger of drug trafficking organizations and terrorist organizations to carry out both drug trafficking and terrorist activities.

The concept of narco-terrorism was used broadly by analysts and politicians who tried to establish a connection between terrorist and criminal organizations (Schmid, 2005, p. 4). These two categories have some differences and similarities. Both of them operate secretly and tend to use similar tactics, such as kidnappings, assassination, and extortion, for example (Ibid., p. 5-6). On the other hand, terrorist groups are ideologically or politically oriented and also compete with governments for legitimacy. At the same time, criminal organizations do not share the same objective, being more profit-oriented (Ibid., p. 5-6). Although both of them usually victimize civilians, terrorist acts tend to be less discriminate than the violence used by organized crime groups (Ibid., p. 6).

Considering this discussion, it is possible even to question the use of this concept to describe a relationship between these two categories and, therefore, to define certain groups. Some critics of this term emphasize that its use can also be a way of driving attention away from the real problems, which are normally more structural in society and can even be a result of government corruption (Gomis, 2015, p. 15).

Exploring the origins of violence in Haiti

In Haiti's history, there have been moments of acute violence that can be traced back at least to the long reign of the Duvaliers (1957-1986), who began the process of arming the population and forming militias (Feldmann, 2019, p.

22). But the most recent wave of extreme violence in the country is connected to President Jean-Bertrand Aristide's government (2001-2004) that started distributing weapons to youth groups (known as bazes or bases) in exchange for their support (Becker, 2011, p. 137). These weapons were later used by them to commit crimes and dominate neighborhoods, especially after Aristide's departure. At this point, these gangs were fully involved in criminal activity, and they rapidly established control over parts of Port-au-Prince and other cities such as Cap Haïtien, Gonaïves, and Jacmel (Ibid., p. 137).

Even the United Nations' efforts, with the United Nations Stabilization Mission in Haiti (MINUSTAH), in rebuilding the country police force using UN forces to patrol the streets, were not able to prevent the commitment of violent crimes and kidnappings in urban zones (Ibid., p. 137-138). One of the main reasons for this problem was, and still is, that the Haitian state was very fragile – but then these criminal gangs were not so strong.

The country's gangs are estimated between 150 and 200 groups, many of which are deeply connected in complex relations of networks with the political and economic elites of Haiti (UNODC, 2023, p. 4). Most of these gangs serve those seeking to advance a political agenda, harm an economic rival, or ensure the protection of an important warehouse or other strategic location (International Crisis Group, 2021, p. 7). Normally, members of the armed groups or gangs are overwhelmingly young men from the poorest sectors of big city areas with few or no social services at all, poorly equipped schools, no clean water, and scarce public policies for health care (Ibid., p. 7).

In addition, several gangs and gang coalitions present and active in Haiti, notably the G9, G-Pep, 400 Mawozo, Baz Galil, Vilaj de Dye, Vitelhomme, and Ti Mkak are usually engaged in predatory behavior in communities under their control contributing to rising levels of extortion, sexual violence, kidnapping and fatal violence (UNODC, 2023, p. 5). These gangs have also employed organized violence to subdue the population and expand their territorial control over the country (UNODC, 2023, p. 30).

The scenario in Haiti is too complex to just jump into the assumption that the urban violence committed by gangs is a clear example of narco-terrorism. These gangs normally provide service for influential figures, including members of the Haitian government, so they do not operate secretly and appear to act in favor of their interests in a corrupt

environment. For this reason, it is more useful to understand the sources of this violence and how it impacts a society already so fragile due to a combination of crises and natural disasters.

The impacts of urban violence on Haiti's humanitarian crisis and society

Although the urban violence in Haiti is not a recent problem, it is possible to see it getting worse in the last few years alongside the country's political crisis. In July 2021, President Jovenel Moïse was assassinated, but even before this event, armed gangs were already operating throughout the country and controlling over half the capital Port-au-Prince International Crisis Group, 2021, p. 2). In this context, the shortages of basic goods increased, and more than half the Haitian population subsisted on less than US\$2 per day. Moreover, at least 15,000 people had been internally displaced, and many found themselves in overcrowded community centers that humanitarian agencies found hard to reach due to the control of criminal groups. Rape and sexual violence were also common in these centers (Ibid., p. 2).

Jimmy Chérizier, the most notorious gang leader in Haiti, also known as "Barbecue", heads the powerful G9, an alliance of several gangs in the capital. The U.S. Treasury Department and the UN have tied Chérizier and his group to several gross human rights violations, including the La Saline massacre in 2018, when at least 71 people were killed (Ibid., p. 8). In addition, Chérizier has made statements seeking to stoke racial and ethnic tensions between Haiti's Black majority and a minority population that traces its origins to the Middle East.

The Haitian population and society are held hostage by the gang's actions, being too afraid to leave their houses and live their daily lives normally (Ibid., p. 9). Gangs also influence negatively the Haitian economy as they threaten critical structures responsible for the supply of gasoline and other petroleum-based products (Ibid., 2021, p. 9-10) while targeting also ports, highways, critical infrastructure (including access to seaports, fuel terminals, airports, and key roads) and local businesses (UNODC, 2023, p. 4). All

these actions have an important role in weakening the country's economy, which is already facing big challenges caused by political instability and natural disasters.

The increase in violence is just one of the problems faced by Haitian society that contributes to deeper social and economic gaps. This phenomenon has broad consequences such as the disruption of education, local economies, and social cohesion, so it is significant to find ways to better address these groups and the problems caused by them.

Strategies for combating the violence in Haitian society

Firstly, it is indispensable to state that combating violence in Haitian society should not consider the security strategies usually employed in narco-terrorism situations, as they normally lead to misguided policies that do not respond appropriately to structural problems (Gomis, 2015). As previously stated, this term drives attention away from the important issues, such as corruption and other kinds of organized crime actions in a society; so just combating gang violence will not solve the problem's roots. For this reason, strategies for combating the violence in Haitian society must consider this situation's roots in a broad political and economic context.

The power vacuum created by the lack of elections has strengthened the gangs' actions, which increasingly emerged and asserted themselves in the country (León, 2024). Therefore, a crucial step to resolving this violence issue is to find a way to restore the state institutions and put an end to the political crisis, otherwise, gangs will continue to strengthen and professionalize (Conflict Watchlist..., 2024). It is also essential to combat the corruption in Haiti, as drug and arms smuggling have been historically facilitated by some government agents.

In addition, as a contingent of international police, led by Kenya, is planned to be sent to stabilize and restore peace in the country (Contreras et al., 2024), it is relevant to consider that only combating the gangs with more violence and repression is not going to solve the problem. So, it is important to fight corruption while building structures of good governance that need to be sustainable over time.

An additional step to stabilize the country and (re)build a sense of security, is to control firearms availability and drug overflow, as they are used by gangs to commit crimes and to collect illicit revenue (UNODC, 2023, p. 30). This must be an international and regional effort with straight cooperation with UN organizations, such as the United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC), and the Caribbean Community (CARICOM) that can help Haiti overcome its security problems based on the experiences and strategies of countries in the region (Ibid., p. 32) – a critical perspective on CARICOM's action about Haiti is further explored in this issue in the analysis by Santos (2024).

Closing remarks

The current situation in Haiti shows an increase in urban violence against the population, already weakened by a series of political and economic crises combined with natural disasters in the last years. In this context, gang violence contributes to an ongoing sense of insecurity combined with a glimmer of hope for the future of the people living in the country.

Considering this scenario, it is possible to say that linking the concept of narco-terrorism with Haitian urban violence is not the best way of perceiving the violence concern in the country. Making this connection just simplifies the situation and may drive away the attention of the state personnel involved with these groups, which helps them to pursue their illicit activities that accentuate the insecurity perception in Haiti's society.

It is imperative to take action to build a sustainable government in Haiti that works for the benefit of Haitian society. Considering the violence in the country as an example of narco-terrorism does not seem like a good way to handle the problem, doing this could make the combat of the violence less effective and more harmful for the people. Then, it is necessary for a multi-dimensional response to this problem that considers Haiti in the long-term, which focuses on (re)building the institutions instead of just militarizing the country.

Referências

BECKER, David C. Gangs, Netwar, and "Community Counterinsurgency" in Haiti. **Prism**, v. 2, n. 3, p. 137-154, 2011.

Conflict Watchlist 2024. Haiti: Gangs and Vigilantes Thrive Amid Political Deadlock. **ACLEDD**, Jan. 17, 2024. Available at: <https://acleddata.com/conflict-watchlist-2024/haiti/>. Accessed on: Sep. 12, 2024.

CONTRERAS ET AL. Port-au-Prince: In a city cut off from the world, weapons and drugs continue to flow. **CNN Brasil**, May 15, 2024. Available at: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/porto-principe-em-uma-cidade-isolada-do-mundo-armas-e-drogas-continuam-fluindo/>. Accessed on: Jul. 19, 2024.

FELDMANN, Andreas E. Making Sense of Haiti's State Fragility and Violence: Combining Structure and Contingency?. **Latin American & Caribbean Series**, 2019.

GOMIS, Benoit. Demystifying 'narcoterrorism'. **Global Drug Policy Observatory**, 2015.

Haiti: A Path to Stability for a Nation in Shock. **International Crisis Group**, 2021. Available at: <https://www.jstor.org/stable/resrep36471>. Accessed on: Jul. 9, 2024.

LEÓN, Lucas. Understand the situation in Haiti and the risk of paramilitaries taking power. **Agência Brasil**, July 3, 2024. Available at: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2024-03/entenda-situacao-do-haiti-e-o-risco-de-paramilitares-tomarem-o-poder>. Accessed on: Jul. 19, 2024.

SCHMID, Alex P. Links between terrorism and drug trafficking: a case of narco-terrorism?. **International Summit on Democracy, Terrorism and Security**, v. 8, p. 27, 2005.

UNODC. Haiti's criminal markets: mapping trends in firearms and drug trafficking. **United Nations Office on Drugs and Crime**, 2023. Available at: https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/toc/Haiti_assessment_UNODC.pdf. Accessed on: Sep. 11, 2024.

Haiti e CARICOM: legitimidade em via de mão dupla

MARINA MORENA CAIRES SANTOS

A complexa situação no Haiti já ocasionou, ao longo das décadas, a intervenção de diversos atores internacionais na busca de resolução dos seus conflitos internos. Uma das figuras-chave na discussão sobre o Haiti é a Comunidade do Caribe (CARICOM). A organização caribenha tem um histórico, desde a década de 1990, de participação nas missões internacionais e na política haitiana, buscando a estabilização do país e legitimando os líderes do governo haitiano para a comunidade internacional. Contudo, não é só o governo do Haiti que busca legitimação, a CARICOM se vale da atuação no país para se posicionar internacionalmente como um ator importante. Com isso em mente, essa análise visa refletir sobre o conceito de legitimidade de Inis Claude Jr. e explicar como a CARICOM utiliza o Haiti para buscar uma legitimidade da sua organização, com apoio de seus países-membros, em um contexto internacional de apoio a preceitos da democracia liberal. Durante o texto, a CARICOM será abordada como um ator unitário, sendo avaliadas as ações do grupo, não de países individuais, entendendo que a projeção da organização é um objetivo de todos os seus membros.

1

Os membros são: Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Dominica, Granada, Guiana, Haiti, Jamaica, Montserrat, Santa Lúcia, São Cristóvão e Neves, São Vicente e Granadinas, Suriname e Trinidad e Tobago. Enquanto os membros associados são: Anguilla, Bermudas, Ilhas Virgens Britânicas, Ilhas Cayman, Curaçao, Ilhas Turcas e Caicos.

CARICOM

A CARICOM nasceu em 1973 como um projeto de integração econômica, parceria política e busca por desenvolvimento das antigas colônias na região do caribe. Atualmente, a comunidade inclui 20 países, 15 Estados-membros e seis membros associados¹. A comunidade é multicultural e multilinguística, chegando até a América do Sul e contando com uma população de 18 milhões de pessoas e um PIB somado de US\$120 bilhões (Country Economy, 2024). Esses países contam com as ferramentas diplomáticas de diálogo e de cooperação para alcançar seus objetivos, principalmente devido à carência de recursos econômicos

e militares. A organização tem como pilar o respeito à democracia (CARICOM, 2024).

A construção de uma identidade pan-caribenha foi um dos marcos do regionalismo latino-americano que resultou em uma diversificação da economia e maior parceria e projeção dos países, especialmente os de antiga colônia britânica (Byron et al., 2018). Na política externa, os países do Caribe são fortemente guiados por suas lideranças do Executivo (Braveboy-Wagner, 2008). Assim sendo, o espaço da CARICOM se torna dependente dos direcionamentos políticos dos governos. Apesar dessa circunstância criada pela organização estrutural interna dos países, muitos consideram útil e frutífero trabalhar coletivamente para alcançar objetivos compartilhados (Braveboy-Wagner, 2008). Para fins dessa análise, se averiguará a busca por legitimação da organização na totalidade, sem verificar casos específicos, considerando que os países do bloco buscam a projeção da CARICOM, assim como a sua própria, devido a sua crença na força residente na união.

O Haiti e a CARICOM

Um dos seus Estados-membros, o Haiti tem o maior contingente populacional e a segunda maior economia da região do Caribe, com 11 milhões de pessoas e um PIB de 19 bilhões de dólares (Country Economy, 2024). A instabilidade do país dificultou sua entrada e interferiu na sua participação no bloco. Hoje, o país não participa de todos os tratados do bloco e sofre com restrições, especialmente na questão de imigração e com limitação na participação do CSME, ou CARICOM Single Market and Economy (Byron et al., 2018).

A união do país ao bloco ocasionou maior influência e intervenção da CARICOM nas questões políticas haitianas, algo que pouco ocorria antes, devido a uma ação quase exclusiva da Organização dos Estados Americanos (OEA) (Manigat, 2004). Desde então, iniciou-se uma história de participação da CARICOM na legitimação de líderes políticos haitianos e na intervenção em questões políticas e também em prol de mudanças sociais no Haiti.

Em 1991, o Haiti passou por uma crise política quando seu presidente democraticamente eleito, Jean-Bertrand Aristide, sofreu um golpe de Estado orquestrado por militares em oposição a sua ascensão ao poder. Após o

golpe, Aristide buscou o apoio da ONU e da OEA para a instauração de uma missão de paz no país, a Missão Civil Internacional no Haiti (MICIVIH) de 1993, a qual contou com a participação da CARICOM (ibid.). Em 2004, Aristide foi novamente retirado do poder devido a um ataque violento, dessa vez de gangues, e, novamente, a CARICOM atuou na defesa pela democracia haitiana, advogando pela legitimidade dos seus líderes e negociando com atores internos, ocupando um espaço antes exercido pela OEA e ONU (CARICOM, 2004). A instabilidade política gerada nesse período contou com a busca de resoluções pela organização com a criação de planos de ação para facilitar o diálogo e recobrar a confiança dos atores haitianos (ReliefWeb, 2004).

No âmbito social, a Comunidade se posiciona frequentemente em defesa dos direitos humanos da população haitiana, como foi no caso da desnacionalização de dominicanos com ascendência haitiana na República Dominicana. Em 2013, o país legalizou a remoção da nacionalidade desses descendentes de haitianos nascidos em território dominicano, processo que levou à deportação, ao desamparo e ao impedimento de acesso a direitos básicos. Nesse caso, a CARICOM se projetou internacionalmente em busca de mobilização e apoio pró-dominicanos-haitianos, dialogando com a República Dominicana e advogando frente à União Europeia, ONU e OEA, solicitando auxílio e debatendo resoluções (CARICOM, 2015).

Nessas últimas décadas, os países da CARICOM aprovaram contingentes na MINUSTAH e participaram da resolução da crise política que removeu o então Primeiro-Ministro Ariel Henry. Neste, a CARICOM enviou, primeiramente, mediadores para buscar resolução da questão antes da escalada das tensões (François; Johnston, 2023), e posteriormente, participou em diálogos para a criação do Conselho de Transição Presidencial (CARICOM, 2024). No final de 2023, a Comunidade também se uniu para prestar apoio à missão multinacional da ONU liderada pelo Quênia, que contará com a participação da Jamaica e das Bahamas (CARICOM, 2023).

Legitimidade descritiva no contexto internacional

Em suas obras, Inis Claude Jr. discorre sobre o processo de legitimação no contexto de organizações multilaterais. Para Claude Jr. (1966) a questão da legitimidade não surge somente de um princípio legal ou moral, nem de uma combinação dos dois. Eles podem se completar ou distanciar, mas, ao final, o processo de legitimação é um fenômeno político que pode ser influenciado pelos princípios, mas provavelmente não será determinado por eles (ibid.). A legitimidade infere a algo ou alguém um caráter de ser “correto”, moral e legal, dando a entender que tal sujeito detém propriedade e competências visadas por um grupo.

Mesmo com inúmeros conceitos para definir legitimidade, Claude Jr. (1966) acredita que existe uma tendência para cada era ter um conceito dominante. Atualmente, é inegável que esses se encontram posicionados em um contexto político e social de um mundo com ideias ocidentais, em que a democracia é um dos pilares fortemente interligados à ideia de legitimação (Mulligan, 2005).

Nesse contexto, para Claude Jr. (1966), cada vez mais, o processo de legitimação está interligado às instituições políticas internacionais, em um processo de legitimação coletiva. Em sua obra, ele se refere a ONU, mesmo que o fenômeno não se limite a ela. Para ele, esse poder incumbido a essas instituições leva os Estados a buscar aprovação delas sobre suas políticas externas, visando o apoio de uma comunidade internacional reconhecida, assim, obtendo uma legitimação coletiva para seu país. Nesta análise, será considerado que esse processo pode ser imaginado para outros atores, além dos Estados, que buscam reconhecimento internacional.

Legitimidade CARICOM e Haiti: via de mão dupla

O estudo sobre a situação evidencia de forma mais explícita a conexão entre a busca por legitimação coletiva do Haiti por meio de instituições como a CARICOM. Contudo, a demanda por essa legitimidade não transcorre somente para o Haiti. A avaliação do interesse e do papel da Comunidade Caribenha na questão haitiana demonstra que a organização também utiliza da situação e da projeção internacional dela para angariar legitimidade para o bloco.

A nação haitiana e, em especial, seus líderes políticos, buscam na CARICOM a legitimação dos seus governos e decisões políticas, principalmente frente a um cenário interno tão instável. Assim, se efetiva a teoria de Claude Jr. sobre o papel de organização(ões) como propulsora(s) de uma legitimação coletiva. Juntamente à ONU e à OEA, as duas maiores organizações envolvidas no conflito haitiano há décadas, a CARICOM carrega mais um apoio institucional às lideranças haitianas. Esse apoio pode derivar de ações como a validação dos resultados das eleições do país, as quais acabam ocasionando em confiança mínima ao governo haitiano, podendo gerar ganhos financeiros, militares e humanitários, como o envio de tropas de segurança em missões de paz que afirmam querer assegurar a posição desse líder democraticamente eleito e apoiar a instauração de um Estado forte.

Já no caso da CARICOM, os motivos da busca pela legitimação internacional, por meio do Haiti, são menos explícitos. Pelos discursos da organização, se esperaria que o envolvimento na questão haitiana se desse pelo interesse humanitário e de apoio a uma nação-irmã, à moda do espírito pan-caribenho, defendendo e representando os interesses de um país². Todavia, a atuação nesse cenário revela o interesse da comunidade de se tornar um ator legítimo e próximo de grandes atores por meio da defesa de soluções consistentes com valores de uma democracia liberal.

Tal ponto é primordial, principalmente quando discutimos a questão do Haiti, devido ao forte atrelamento da ideia de legitimidade e solução dos conflitos do país com o respeito aos protocolos dessa democracia liberal. Esta afirma se sustentar em pilares de liberdades individuais e políticas e dos direitos dos cidadãos de viverem de maneira digna (Rhoden, 2015), contudo, nem sempre esses princípios são transcritos para a realidade. A democracia com essas virtudes é defendida pela ONU e grandes nações na comunidade internacional a partir do discurso de que a governança democrática, advinda de eleições legítimas, seria essencial para a construção de uma sociedade pacífica (Lappin, 2009). Tanto que, as missões de observação eleitoral são as mais bem estabelecidas e financiadas quando se trata de assistência democrática pós-conflito (ibid.).

Todavia, essa legitimação não visa somente o bem-estar haitiano, ela também permite que a CARICOM tenha influência sobre a política haitiana, devido a sua dimensão e possível impacto na segurança da região. Apesar do

2
A exemplo: <https://caricom.org/caricom-statement-on-the-establishment-of-the-haitian-presidential-council/>

Haiti conter uma grande parcela da população caribenha, os países-membros da CARICOM não são os maiores afetados pelo problema de migração haitiana. Dentre os destinos de residência dos haitianos, somente as Bahamas, sendo a quinta maior economia do grupo, aparecem na lista, contudo, somente em sétimo lugar (Migration Policy Institute, 2020). De todas as formas, existe a necessidade de vigia e participação no país porque o problema de gangues contribuiu para a proliferação do tráfico de drogas, atingindo a comunidade caribenha. O Haiti é um dos pontos da rota de tráfico nas Américas, recebendo drogas de países como Jamaica e comercializando para Bahamas e Turcas e Caicos (UNODC, 2023).

Além disso, a proximidade de atores como a ONU, OEA e EUA, durante negociações, missões e momentos de tomada de decisão sobre o tema, permite a projeção dos interesses caribenhos. Para alcançar esse espaço, a CARICOM se alinha a ideais de uma democracia liberal, como o forte apego à eleição, tendo, inclusive, participado de conselhos de transição e em discussões e planejamentos para novas eleições³. Contudo, essa insistência em eleições como um dos primeiros passos para soluções de crises políticas no Haiti somente reforça um molde muitas vezes inadequado e pouco verossímil com a situação do país. Essa defesa de ações pouco coerentes com o bem-estar haitiano é evidenciada no apoio da comunidade e diversos de seus países a missões de paz da ONU, as quais são historicamente mal sucedidas e danosas ao país, devido ao prestígio internacional que elas carregam junto a esses grandes atores.

Conclusão

Enquanto a política do Haiti consegue utilizar instituições como a CARICOM para legitimar-se coletivamente, a CARICOM se articula na questão haitiana, por meio do diálogo e da cooperação, com grandes atores para ganhar sua legitimação. Sua aproximação com organizações como a ONU e a OEA e sua busca por ações consonantes às decisões tomadas por essas instituições fazem parte desse processo de reconhecimento da legitimidade coletiva da instituição.

O histórico de atuação no Haiti, conferiu a CARICOM e seus membros a oportunidade de se aproximar desses grandes atores internacionais para ocupar o papel de porta-voz do

3

Após a crise de Ariel Henry, a CARICOM tomou papel ativo em discussões políticas sobre próximas eleições, que devem ocorrer em 2025, como é possível averiguar em: <https://www.cepr.net/caricom-and-foreign-diplomats-set-haiti-election-timetable-undermining-their-own-calls-for-dialogue/>

Caribe. Além disso, abriu espaço para criar influência sobre as decisões relacionadas ao Haiti e suas questões políticas internas, tentando assegurar a convergência do cenário haitiano com os seus valores e objetivos, a exemplo, os trabalhos em busca de novas eleições após a retirada de Henry. A busca pela solução da crise também é um fator propulsor a ser considerado, porém, a defesa contínua de princípios guiados pela perspectiva da democracia liberal, pouco coerentes com a realidade haitiana, levanta questionamentos à CARICOM sobre suas intenções e suas abordagens.

Referências

BLACKETT, A. Hacia el regionalismo social: el caso de CARICOM. **Revista Latinoamericana de Derecho Social**, n. 5, p. 15- 46, jul. - dez. 2007.

BRAVEBOY-WAGNER, J. **Small States in Global Affairs: The Foreign Policies of the Caribbean Community**. 1 ed. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2008.

COUNTRY Economy. **CARICOM**, 2024. Disponível em: <https://countryeconomy.com/countries/groups/caribbean-community>. Acesso em: 28 jul. 2024.

CARICOM Statement on the Establishment of the Haitian Presidential Council. **CARICOM**, 2024. Disponível em: <https://caricom.org/caricom-statement-on-the-establishment-of-the-haitian-presidential-council/>. Acesso em: 28 jul. 2024.

CLAUDE JR., I. L. Collective Legitimization as a Political Function of the United Nations. **International Organization**, v. 20, n. 3, p. 367-379, jul. 1966.

CRISIS related to Dominicans of Haitian Descent and Haitian Migrants in The Dominican Republic. **CARICOM**, 2015. Disponível em: <https://caricom.org/crisis-related-to-dominicans-of-haitian-descent-and-haitian-migrants-in-the-dominican-republic/>. Acesso em: 16 set. 2024.

FRANÇOIS, Chris; JOHNSTON, Jake. Haiti News Round-Up No. 6: CARICOM Mediators Return to Port-au-Prince. **Center for Economic and Policy Research**, 8 set. 2023. Disponível em: <https://cepr.net/haiti-news-roundup-caricom-mediators-return-to-port-au-prince/>. Acesso em: 21 jul. 2024

LAPPIN, R. Why Observe Elections? Reassessing the Importance of Credible Elections to Post-Conflict Peacebuilding. **Peace Research**, v. 41, n. 2, p. 85-117, 2009.

MULLIGAN, S. P. The Uses of Legitimacy in International Relations. **Millennium**, v. 34, n. 2, p. 349-375, 1 fev. 2006.

RHODEN, T. F. The liberal in liberal democracy. **Democracy Promotion and the Challenges of Illiberal Regional Powers**, v. 22, n. 3, p. 560-578, 2015.

STATEMENT from the Caribbean Community (CARICOM) on the attempted coup in Bolivia. **CARICOM**, 2024. Disponível em: <https://caricom.org/statement-from-the-caribbean-community-caricom-on-the-attempted-coup-in-bolivia/>. Acesso em: 29 jul. 2024.

Referências

STATEMENT On Haiti Issued By The Fifteenth Inter-Sessional Meeting Of The Conference Of Heads Of Government Of The Caribbean Community, 25-26 March 2004, Basseterre, St. Kitts And Nevis. **CARICOM**, 2004. Disponível em: <https://caricom.org/statement-on-haiti-issued-by-the-fifteenth-inter-sessional-meeting-of-the-conference-of-heads-of-government-of-the-caribbean-community-25-26-march-2004-basseterre-st-kitts-and-nevis/>. Acesso em: 16 set. 2024.

STATEMENT on Multi-National Force to support Haiti. **CARICOM**, 2023. Disponível em: <https://caricom.org/statement-on-multi-national-force-to-support-haiti/>. Acesso em: 28 jul. 2024.

STATEMENT issued by the CARICOM on the situation in Haiti. **ReliefWeb**, 2004. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/haiti/statement-issued-caricom-situation-haiti>. Acesso em: 16 set. 2024.

UNODC. **Haiti's criminal markets: Mapping trends in firearms and drug trafficking**. 2023. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/toc/Haiti_assessment_UNODC.pdf. Acesso em: 27 set. 2024

Refugiados ambientais no Haiti: um desafio humanitário e ecológico

KAIO LUCAS S. MESQUITA & NATÁLIA GRASS

O Haiti, localizado no coração do Caribe, é um país conhecido por sua rica história e vibrante cultura. No entanto, essa nação insular também enfrenta uma série de desafios ambientais que impactam profundamente a vida de sua população. Devido à sua posição geográfica, o Haiti está particularmente vulnerável a desastres naturais como furacões, terremotos e inundações. Além disso, décadas de desmatamento e de práticas agrícolas insustentáveis exacerbaram a degradação do solo e a escassez de recursos naturais, criando uma crise ambiental que ameaça a subsistência de muitas comunidades.

A degradação ambiental no Haiti tem levado ao crescente fenômeno dos refugiados ambientais. Esses são indivíduos que são forçados a deixarem suas casas devido a condições ambientais adversas, como a destruição de terras agrícolas, a falta de água potável e a devastação causada por desastres naturais. Ao contrário dos refugiados tradicionais, que fogem de conflitos ou perseguições, os refugiados ambientais são vítimas da deterioração do meio ambiente. Esse panorama, que combina elementos humanitários e ecológicos, exige esforços coordenados, principalmente no que tange a resiliência ambiental.

Diante desse cenário, torna-se crucial analisar os antecedentes ambientais que levaram a essa situação, bem como a falta de segurança ambiental que continua a ameaçar a estabilidade do país. Além disso, a cooperação, tanto a nível local quanto internacional, desempenha um papel vital na busca de soluções sustentáveis. A cooperação ambiental, incluindo iniciativas de reflorestamento e educação, a cooperação Sul-Sul e com países do Norte global são essenciais para enfrentar os desafios complexos que o Haiti enfrenta. Nesse sentido, o presente texto explora esses aspectos, destacando a necessidade urgente de ação coletiva para mitigar os impactos ambientais e humanitários no Haiti.

Antecedentes ambientais

A localização geográfica do Haiti e a sua proximidade com falhas tectônicas são os principais motivos para os acontecimentos de desastres ambientais recorrentes, tais como terremotos, tempestades, furacões, maremotos e inundações. Em janeiro de 2010, um terremoto de magnitude 7.0 na escala Richter assolou o país e se consolidou como o de maior impacto sofrido pela ilha, até então, seguido por outros tremores de magnitude 5.9 e 5.5 no mesmo dia, além de outras réplicas nos dias seguintes.

Em termos comparativos, a bomba atômica que foi lançada em Hiroshima, em 1945 no Japão, foi categorizada com magnitude de aproximadamente 5.0 (De Sá, 2012). O sismo no Haiti representou, desse modo, um dos eventos mais devastadores da história recente. Estima-se que o número de vítimas fatais ultrapassou 200.000 pessoas, enquanto mais de 2 milhões foram desabrigadas (OHCHR, 2010). Ainda, as perdas econômicas, estimadas entre 7 e 14 bilhões de dólares, superam o Produto Interno Bruto do país. Diversos fatores contribuíram para a dimensão dessa catástrofe. As condições socioeconômicas precárias do Haiti, caracterizado pela ausência de um governo eficaz e instituições sólidas, agravaram sua vulnerabilidade. A falta de atividade sísmica significativa durante os séculos XVIII e XIX também prejudicou a conscientização e o preparo para desastres de grande escala.

A proximidade do epicentro com a capital expôs uma densa área urbana a tremores intensos. Além disso, as características geológicas e geotécnicas da região epicentral, incluindo preenchimentos artificiais, solos aluviais moles e topografia específica, amplificaram o movimento do solo e causaram falhas induzidas por liquefação. A falta de um código de construção eficaz, bem como detalhes sísmicos inadequados, materiais de construção de baixa qualidade e controle de qualidade insuficiente, contribuíram para o desempenho inadequado das estruturas afetadas pelo terremoto (Desrocher, 2011).

Paralelamente aos danos provenientes das falhas geológicas, o Haiti enfrenta problemas com eventos climáticos por estar localizado em uma zona de convergência intertropical, a qual é frequentemente atingida por ciclones. Devido à localização topográfica, somada ao desmatamento crescente e às práticas agrícolas insustentáveis, a maioria dos municípios possui inclinação à inundações. Essas inundações tornam-se mais

nocivas à medida que o Estado colapsa internamente, com a redução das suas instituições de saúde e saneamento básico. A abundância de lixo e de entulho nas ruas das cidades, geradas pela ausência de serviços públicos de limpeza eficientes, não somente impossibilitam a drenagem da água das chuvas, como também contribuem para a disseminação de diversas doenças (Sainte, 2024).

Os desastres revelam a vulnerabilidade mais fundamental das instituições e do governo. Essas catástrofes não apenas destacam a vulnerabilidade social dos haitianos em desastres naturais, mas corroboram os motivos pelos quais o número de refugiados ambientais de origem haitiana aumenta.

Refugiados ambientais

As catástrofes ambientais trouxeram como principal consequência uma expansão no número de emigrantes. Isso se deve, em grande medida, à redução na qualidade de vida e oportunidades de emprego que garantem a subsistência no país. O refugiado ambiental, de modo geral, é caracterizado como tal a partir do momento em que se encontra forçado a abandonar seu local ou país de residência, motivado pela grave interrupção ambiental natural ou antrópica (Guerra, 2018), não se adequando as definições tradicionais definidas pela Convenção de 51 Relativas aos Status dos refugiado. E é nesse contexto de impossibilidade de existência em seu território de origem que muitos nacionais tornam-se refugiados ambientais.

Ainda que a definição não esteja contida nos preâmbulos da Convenção da ONU de 1951, há uma discussão sobre as motivações e categorias das pessoas requerentes de refúgio desde então. Desde o devastador terremoto de 2010, o Haiti enfrenta um êxodo silencioso, com dezenas de milhares de haitianos migrando inicialmente para o Brasil e Chile, e atualmente se dirigindo para destinos como Colômbia e México, na esperança de chegar aos Estados Unidos. O município colombiano de Necoclí tornou-se um ponto crucial, onde muitos migrantes aguardam para atravessar a perigosa selva do Darién rumo ao norte. Este fluxo migratório é agravado pela instabilidade política contínua no Haiti, exacerbada pelo assassinato do presidente Jovenel Moïse (El País, 2021). A crise migratória revela a dificuldade dos haitianos em encontrar estabilidade e oportunidades em outros países

da América Latina, levando muitos a enfrentarem trajetos perigosos e inóspitos na busca por uma vida melhor.

A partir de 2010, o Brasil começou a receber um intenso fluxo migratório de haitianos, que anteriormente se dirigiam principalmente aos Estados Unidos, Canadá e França. As restrições à entrada nesses países e a presença de tropas brasileiras no Haiti devido à Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (Minustah) contribuíram para a percepção do Brasil como um local de oportunidades, especialmente durante um período de grandes obras e baixas taxas de desemprego (Guerra, 2018). As rotas migratórias variavam, começando geralmente em Porto Príncipe, com escalas no Panamá e, eventualmente, no Equador ou Peru, seguindo por vias terrestres ou fluviais até a fronteira brasileira. Locais como Tabatinga (AM), Assis Brasil (AC) e Brasília (AC) eram pontos de entrada comuns.

Inicialmente, os haitianos eram recebidos em acampamentos públicos improvisados pelo governo brasileiro até a regularização de sua situação migratória, algo similar ao que ocorre na Operação Acolhida, implementada em 2018, que recebe refugiados venezuelanos. Dados da Secretaria de Direitos Humanos indicam que destinos populares entre os haitianos incluíam São Paulo, Santa Catarina e Paraná (Guerra, 2018). O tratamento jurídico dado aos refugiados no Brasil está alinhado com a Convenção de 1951, o Protocolo adicional de 1967 e a Convenção de Cartagena de 1984, que reconhecem como refugiados aqueles que fogem de perseguições ou graves violações de direitos humanos. No entanto, como os motivos dos haitianos eram frequentemente relacionados a desastres naturais, muitas solicitações de refúgio eram recusadas, levando à necessidade de regras específicas para a proteção jurídica desses migrantes.

A chegada massiva de haitianos evidenciou a falta de preparo do Brasil para lidar com essa situação, tanto do ponto de vista normativo e institucional, quanto social. Algumas localidades, como o Acre, ofereceram serviços de recepção e interiorização para outras regiões, além de acesso a documentos essenciais. São Paulo destacou-se com a criação da Coordenação de Políticas para Migrantes. Entretanto, em muitos locais, as autoridades pouco fizeram, deixando a sociedade civil, especialmente grupos religiosos, responsáveis pelo acolhimento. A falta de uma figura jurídica específica para refugiados ambientais resultou em soluções paliativas e demonstrou a necessidade de normativas adequadas.

Em resposta à crise, o Conselho Nacional de Imigração (CNIg) aprovou a Resolução nº 97/2012, concedendo vistos humanitários aos haitianos por um prazo de cinco anos, inicialmente limitados a 1.200 vistos anuais (Brasil, 2012). Apesar da tentativa de resolver a crise e combater o tráfico de migrantes, a demanda superou a oferta de vistos, e novas rotas de tráfico surgiram. A Resolução n.º 102/13 retirou a limitação de vistos, mas os haitianos continuaram enfrentando dificuldades sociais e burocráticas no processo de aquisição da documentação. A Lei n.º 13.445/2017, nova lei de migração brasileira, passou a incluir a concessão de vistos humanitários por motivos ambientais e criminalizou a atuação de coioetes (Brasil, 2017), demonstrando um avanço na proteção desses migrantes.

Segurança ambiental e nacional

O Haiti presenciou muitos desafios, tanto econômicos, quanto sociais desde a sua independência em 1804. Tendo sofrido um forte bloqueio econômico pela França, Inglaterra, Espanha e Estados Unidos, nos contextos da Doutrina Monroe e da política do “Big Stick”, que permitiram invasões norte-americanas no território haitiano, bem como em outras ilhas do Caribe (Guerra, 2018). A partir desse contexto de interferência em sua soberania, que gerou uma transformação popular e social, o país começou a sofrer grande instabilidade política, ditaduras e acentuação da pobreza.

A segurança ambiental no Haiti está intrinsecamente ligada à sua segurança nacional. Desastres naturais como o terremoto de 2010, que devastou a capital, e o furacão Matthew em 2016, que causou destruição em várias partes do país, agravaram a já precária situação econômica e social haitiana. Esses eventos não apenas resultaram em perdas significativas de vidas e propriedades, mas também enfraqueceram as infraestruturas básicas, incluindo serviços de saúde, de educação e de saneamento (Guerra, 2021). A recuperação lenta e insuficiente desses desastres perpetua um ciclo de vulnerabilidade, em que a população, sem recursos adequados, continua exposta a novos riscos ambientais.

Em um workshop realizado em 6 de agosto de 2021, o Ministério do Meio Ambiente do Haiti validou o documento de estratégia de comunicação para o Plano Nacional de Adaptação (NAP). O evento, apoiado pelo Centro de Apoio

ao País da NAP Global Network, contou com a presença do Ministro do Meio Ambiente, James Cadet, executivos do Ministério, representantes da sociedade civil e parceiros técnicos e financeiros.

Durante o evento o Ministro destacou a extrema vulnerabilidade do Haiti às mudanças climáticas, mencionando eventos como o furacão Matthew em 2016, que causou danos significativos ao país e implicações das mudanças climáticas:

Agora está claro que nosso caminho atual será insuficiente para enfrentar esses desafios e combater os efeitos adversos das mudanças climáticas. O país deve adotar um novo paradigma de desenvolvimento em que as políticas e ações em vários setores e em várias escalas aumentem a resiliência do país aos choques climáticos e, ao mesmo tempo, progridem na redução da pobreza.

Ele enfatizou que o Haiti precisa adotar um novo paradigma de desenvolvimento para enfrentar os desafios climáticos e reduzir a pobreza. A validação dessa estratégia de comunicação permitirá ao Ministério do Meio Ambiente mobilizar estruturas existentes e envolver todas as partes interessadas na luta contra as mudanças climáticas.

Considerações finais

Os desastres ambientais não apenas evidenciam a fragilidade da infraestrutura física e a degradação ambiental no Haiti, mas também revelam a vulnerabilidade mais fundamental das instituições e do governo. Essas catástrofes destacam o papel da fragilidade social em desastres naturais e evidenciam a razão pela qual o número de refugiados ambientais é crescente.

A segurança ambiental do Haiti depende da segurança nacional, uma vez que a recuperação de longo prazo depende do fornecimento de segurança alimentar, saneamento, água potável, empregos, educação, direitos

de propriedade e terra, além de cuidados de saúde e outros serviços básicos. Essa transformação requer capacitação em todos os níveis – técnico, institucional e governamental – para direcionar o Haiti rumo a um novo caminho de crescimento econômico e justiça social.

Referências

BRASIL. **Resolução Normativa CNIG nº 97**. Disponível em: Resolução Normativa CNIG nº 97 de 12/01/2012 (normasbrasil.com.br). Acesso em: 28 jul. 2024.

BRASIL. **Lei Nº 13.445. 2017**. Disponível em: L13445 (planalto.gov.br). Acesso em: 28 jul. 2017.

CHARLES, Ralph; DE OLIVEIRA, Regina Célia; SPANGHERO, Pedro. As principais consequências dos resíduos sólidos sobre o meio ambiente e a saúde da população no município de Cabaret-Haiti. **Revista Geográfica de América Central**, v. 3, n. 61E, p. 367-382, 2018.

COMUNICADO DE IMPRENSA: Ministro do Meio Ambiente do Haiti pede um novo paradigma de desenvolvimento para lidar com a mudança climática. **NAP Global Network**. Disponível em: COMUNICADO DE IMPRENSA: Ministro do Meio Ambiente do Haiti pede um novo paradigma de desenvolvimento para lidar com as mudanças climáticas - NAP Global Network. Acesso em: 28 jul. 2024.

DE SÁ, Ilydio; DE PAIVA, Ana. O que é a escala Richter? Como se mede um terremoto?. **Educação e Matemática**, n. 116, p. 46-48, 2012.

DESROCHES, Reginald et al. Overview of the 2010 Haiti earthquake. **Earthquake Spectra**, v. 27, n. 1_suppl, p. 1-21, 2011.

GOMES, Renata Machado dos Santos; OLIVEIRA, Valdir de Castro. Cooperação internacional Brasil-Cuba-Haiti: o papel das rádios comunitárias no fortalecimento da mobilização social no âmbito da saúde pública no Haiti. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, p. 199-208, 2015.

GUERRA, Sidney. Os Refugiados Ambientais a partir da situação dos Haitianos na República Federativa do Brasil. **Cadernos de Direito Actual**, n. 10, p. 159-179, 2018. Disponível em: <http://cadernosdedereitoactual.es/ojs/index.php/cadernos/article/view/339>. Acesso em 25 jun. 2024.

GUERRA, S. As Mudanças Climáticas Como Catástrofe Global e o Refugiado Ambiental. **Revista Estudos Institucionais**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 537-559, 2021. DOI: 10.21783/rei.v7i2.641. Disponível em: <https://estudosinstitucionais.emnuvens.com.br/REI/article/view/641>. Acesso em: 28 jul. 2024.

NEIBURG, Federico. **O Haiti antes e depois do terremoto**. O Globo, p. 34, 2010.

Referências

Office of the High Commissioner for Human Rights (OHCHR). **Haiti**, 2010. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/about-us/memorial/haiti-2010#:~:text=On%2012%20January%202010%2C%20a,more%20than%20two%20million%20others>. Acesso em 27 jun. 2024.

RAMOS, A; RODRIGUES, G; ALMEIDA, G. **60 anos de ACNUR: perspectivas de futuro**. (orgs.). — São Paulo : Editora CL-A Cultural, 2011.

SAINTE, G. Para entender as três crises do Haiti. **Outras Palavras**. Disponível em: <https://outraspalavras.net/desigualdades-mundo/para-entender-as-tres-crises-do-haiti/>. Acesso em: 29 jul. 2024

TORRADO, Santiago; ARROYO, Lorena; JIMÉNEZ, Carla. O êxodo silencioso dos haitianos na América Latina. **El País**. Disponível em: O êxodo silencioso dos haitianos na América Latina | Internacional | EL PAÍS Brasil (elpais.com). Acesso em: 28 jul. 2024.

Destrinchando o Haiti: da crise ambiental à resiliência comunitária

MARIA FERNANDA PIMENTEL

O Haiti é uma nação marcada por um passado histórico singular e de grande complexidade. Reconhecido como o primeiro país a obter sua independência por meio de uma insurreição de escravos, em 1804, o Haiti se estabeleceu como a primeira república negra e a segunda república independente das Américas, um feito histórico extraordinário (Faton Jr., 2007). Contudo, apesar desse marco de autodeterminação, o país tem enfrentado uma série constante de desafios sociopolíticos, econômicos e ambientais que moldaram sua realidade contemporânea (Dupuy, 1989). Desde sua independência, foi isolado diplomaticamente, e uma dívida opressiva imposta pela França, em troca do reconhecimento de sua soberania, condenou a economia haitiana a um prolongado período de colapso (Faton Jr., 2007). Essa situação inicial de instabilidade foi agravada por décadas de governos autoritários, intervenções externas e desastres naturais devastadores.

No centro das dificuldades enfrentadas pelo Haiti, a degradação ambiental se destaca como um dos desafios, especialmente no que diz respeito ao desmatamento desenfreado e suas repercussões para o país (Diamond, 2005). A dependência histórica do carvão vegetal, combinada à falta de uma administração sustentável dos recursos florestais, resultou em uma perda drástica de cobertura vegetal, acentuando a vulnerabilidade do país a desastres naturais (Smith; Petley, 2009). Paralelamente, a população haitiana, conhecida por sua resiliência, tem mostrado um notável poder de adaptação, enfrentando as crises com mecanismos comunitários de resistência (Mongabay, 2021). Esta análise busca, portanto, investigar como a crise ambiental, especialmente o desmatamento, está entrelaçada às dinâmicas socioeconômicas e políticas do Haiti, e de que maneira a resiliência comunitária emerge como uma resposta fundamental às adversidades enfrentadas pelo país.

A crise ambiental

A crise ambiental no Haiti é profundamente marcada pela degradação dos recursos naturais, sendo o desmatamento o principal vetor desse processo. O país enfrenta uma severa destruição de suas florestas, o que tem efeitos diretos sobre o meio ambiente e a economia local. As causas do desmatamento no Haiti são múltiplas e interconectadas, destacando-se entre elas a pobreza, a dependência da agricultura de subsistência, a produção de carvão vegetal, a expansão urbana e a exploração madeireira ilegal.

A pobreza generalizada no Haiti é uma das principais responsáveis pela pressão sobre as florestas. Muitos agricultores dependem da agricultura de subsistência e, sem acesso a tecnologias mais eficientes, continuam a desmatar áreas florestais para expandir suas plantações. Esse ciclo de degradação é reforçado pela falta de políticas públicas eficazes que promovam alternativas sustentáveis ao uso da terra. Conforme Rudel (1998) aponta, os pequenos agricultores são frequentemente forçados a adotar práticas de desmatamento para garantir sua sobrevivência, o que perpetua a erosão do solo e a perda de biodiversidade.

Outro fator de peso é a produção de carvão vegetal, que desempenha um papel central na economia rural do Haiti. Com um acesso limitado a outras fontes de energia, como gás ou eletricidade, a maior parte da população depende do carvão vegetal para cozinhar e aquecer suas casas. Esse processo de produção envolve a derrubada de grandes áreas florestais, acelerando a destruição da cobertura vegetal e contribuindo para o aumento da vulnerabilidade do solo à erosão (Lambin; Meyfroidt, 2011). Dados apontam que o Haiti já perdeu cerca de 98% de suas florestas originais, resultando em um colapso ecológico que afeta diretamente a capacidade do país de sustentar sua economia agrícola (Diamond 2005).

A expansão urbana também é um fator significativo para o desmatamento. À medida que as cidades crescem, aumenta a demanda por madeira para construção civil e para atender às necessidades de uma população em rápida expansão. A urbanização desordenada, sem a devida regulamentação e controle, contribui para a remoção de vegetação nativa, agravando a degradação do solo e a perda de biodiversidade (Smith; Petley, 2009). Além disso, a exploração madeireira ilegal, muitas vezes realizada de

forma clandestina, adiciona mais uma camada de pressão sobre os ecossistemas florestais, ampliando os efeitos negativos do desmatamento (Lambin; Meyfroidt, 2011).

As consequências dessa degradação ambiental são graves e de longo alcance. A erosão do solo, por exemplo, compromete a capacidade do país de manter uma agricultura sustentável. Sem a cobertura florestal para proteger as encostas e áreas de cultivo, grandes quantidades de solo fértil são perdidas anualmente, resultando na redução da produtividade agrícola. Isso não apenas agrava a insegurança alimentar no país, mas também aumenta a frequência de desastres naturais, como deslizamentos de terra e inundações, especialmente durante a temporada de chuvas (Smith; Petley, 2009). O impacto dessas catástrofes é sentido de forma desproporcional pelas comunidades rurais, que dependem diretamente da terra para sua sobrevivência e enfrentam dificuldades adicionais para se adaptarem às mudanças climáticas.

A perda da cobertura florestal também tem implicações severas para a biodiversidade no Haiti. Com a destruição das florestas, muitas espécies de fauna e flora nativas estão ameaçadas de extinção, o que compromete a integridade dos ecossistemas locais. Além disso, a degradação ambiental limita o potencial de desenvolvimento de setores como o ecoturismo, que poderia fornecer uma importante fonte de renda para o país. A redução da biodiversidade e o colapso dos ecossistemas florestais prejudicam a resiliência natural do território, enfraquecendo ainda mais as bases econômicas e ecológicas do Haiti (Rudel, 1998).

Em última análise, o desmatamento em questão reflete uma complexa interação entre fatores socioeconômicos e ambientais, onde a pobreza, a falta de alternativas energéticas, a expansão urbana desordenada e a exploração madeireira ilegal se somam para criar uma crise ambiental de grandes proporções. As soluções para essa crise exigem ações coordenadas, que incluem desde programas de reflorestamento e gestão sustentável dos recursos naturais até a promoção de alternativas energéticas e melhorias nas políticas de uso da terra. Sem uma abordagem integrada que envolva tanto o governo quanto as comunidades locais, o ciclo de degradação continuará, com implicações desastrosas para o meio ambiente e a população haitiana.

Destacando a situação econômica

A crise ambiental no Haiti possui conexões profundas com as dinâmicas socioeconômicas do país, refletindo desigualdades já existentes e as intensificando. As comunidades mais pobres, que dependem diretamente de atividades como a agricultura de subsistência e a produção de carvão vegetal, sofrem de forma desproporcional com a degradação ambiental. A falta de alternativas energéticas acessíveis obriga essas populações a recorrerem a práticas insustentáveis, perpetuando um ciclo de pobreza e deterioração dos recursos naturais (IEAb, 2020). Esse cenário não só reduz a qualidade de vida, mas também compromete a segurança alimentar, pois a degradação do solo afeta diretamente a produção agrícola, base da economia rural do Haiti.

O impacto da crise ambiental na saúde pública é alarmante. A exposição contínua à fumaça proveniente da queima de carvão vegetal, amplamente utilizada para cozinhar, aumenta significativamente a prevalência de doenças respiratórias, como bronquite e asma, nas áreas mais pobres e rurais do país. Além disso, a degradação ambiental afeta a qualidade da água, que muitas vezes é contaminada por resíduos provenientes da erosão do solo e da má gestão dos recursos hídricos. Isso agrava a incidência de doenças infecciosas, como a cólera, que já tem sido um problema recorrente em comunidades sem acesso a saneamento adequado (WHO, 2018).

A disputa por recursos naturais e terras férteis também intensifica conflitos sociais no país. Com a degradação ambiental acelerando a perda de terras cultiváveis, as tensões entre agricultores e comunidades têm aumentado. Essas disputas, muitas vezes locais, envolvem tanto a competição por áreas agrícolas quanto a exploração de fontes de água, cada vez mais escassas. Isso contribui para a insegurança alimentar e afeta a estabilidade social, exacerbando a vulnerabilidade de grupos marginalizados (World Bank, 2022).

Recentemente, o impacto da pandemia de COVID-19 aprofundou ainda mais esses desafios. A crise sanitária não só desviou recursos para o combate à pandemia, como também interrompeu iniciativas voltadas para a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável. A pobreza, que aumentou como resultado da crise econômica global, forçou muitas famílias a explorar ainda mais os recursos naturais de maneira insustentável. A pandemia

também evidenciou a fragilidade das políticas ambientais haitianas e a falta de suporte governamental para mitigar os efeitos da crise ambiental (IOM, 2021). Esse cenário de vulnerabilidade reforça a necessidade de políticas públicas integradas que abordem, simultaneamente, os desafios socioeconômicos e ambientais.

Resiliência comunitária

Apesar do cenário adverso, o Haiti é um exemplo notável de resiliência comunitária. Este conceito, que envolve a capacidade de uma comunidade de se adaptar, resistir e se recuperar de crises, tem sido fundamental para a sobrevivência do povo haitiano diante de desastres naturais e adversidades econômicas. A resiliência comunitária no Haiti se manifesta de várias maneiras, desde práticas agrícolas sustentáveis até o fortalecimento de laços sociais que facilitam a cooperação e a solidariedade em tempos de crise (Mongabay, 2021).

Uma das expressões mais visíveis dessa resiliência é o sistema de trabalho comunitário conhecido como konbit. Trata-se de uma tradição haitiana em que os membros de uma comunidade se unem para realizar tarefas agrícolas ou de construção em conjunto, compartilhando recursos e conhecimentos. O konbit fortalece as redes sociais e facilita a adaptação às mudanças ambientais e climáticas, permitindo que as comunidades desenvolvam respostas colaborativas às crises. No entanto, essa forma de organização local, apesar de eficaz no curto prazo, não pode compensar a falta de políticas públicas abrangentes para enfrentar a crise ambiental. A ausência de um apoio governamental adequado para ampliar iniciativas como o konbit demonstra a insuficiência de uma abordagem puramente comunitária (World Bank, 2023).

As iniciativas de reflorestamento e a adoção de práticas agrícolas de conservação também desempenham um papel central na resiliência comunitária. Em regiões onde a agricultura de corte e queima predominava, projetos comunitários têm promovido técnicas mais sustentáveis, como o plantio em contorno e o uso de sistemas agroflorestais, que ajudam a preservar o solo e a melhorar a produtividade agrícola (UNEP, 2021). Além disso, o desenvolvimento de cooperativas e grupos de poupança comunitária tem proporcionado uma rede de segurança econômica para as famílias mais vulneráveis, permitindo

uma recuperação mais rápida após desastres e crises econômicas. Contudo, a falta de coordenação entre essas iniciativas e as políticas públicas nacionais limita seu impacto, pois os esforços isolados não conseguem reverter a degradação ambiental em grande escala.

Outro ponto de grande relevância no contexto atual é a escassez de recursos hídricos. O desmatamento e a perda de vegetação em áreas de bacias hidrográficas diminuíram significativamente a capacidade de retenção de água, exacerbando as secas e aumentando a dependência de fontes hídricas já comprometidas. A falta de políticas de manejo sustentável da água intensifica os desafios das comunidades locais, que muitas vezes recorrem a práticas rudimentares de conservação de água, sem o suporte técnico necessário para otimizar seus esforços (Mongabay, 2021). Essa escassez, além de agravar a crise ambiental, compromete a segurança alimentar e hídrica, impactando diretamente a qualidade de vida das populações mais vulneráveis.

Portanto, a resiliência comunitária no Haiti enfrenta desafios significativos. A falta de infraestrutura adequada e o acesso limitado a serviços públicos essenciais, como saúde e educação, comprometem a eficácia das respostas comunitárias aos desastres e às crises socioeconômicas. Embora as iniciativas de resiliência, como o konbit e o reflorestamento, tenham mostrado resultados promissores, elas são muitas vezes limitadas pela ausência de apoio governamental e pela escassez de recursos. A incapacidade do governo de fornecer suporte técnico e financeiro adequados para tais iniciativas evidencia a necessidade urgente de uma estratégia de governança ambiental integrada e eficaz (UNEP, 2021).

Assim, a resiliência comunitária no Haiti, embora seja uma fonte vital de adaptação e sobrevivência, não pode ser encarada como uma solução completa para os problemas do país. Ela precisa ser complementada por políticas públicas eficazes que abordem as raízes da degradação ambiental e fortaleçam as instituições locais. Sem essas intervenções estruturais, os esforços comunitários, por mais louváveis que sejam, correm o risco de serem meros paliativos diante da magnitude das crises que o país enfrenta (World Bank, 2023).

Considerações finais

A análise da crise ambiental no Haiti revela um cenário

profundamente entrelaçado com a história política e social do país. O desmatamento desenfreado, a erosão do solo, a perda de biodiversidade e a vulnerabilidade a desastres naturais são, em grande parte, o resultado de décadas de má gestão de recursos e falta de políticas públicas eficazes. Esses fatores, combinados com a instabilidade política e a pobreza generalizada, criaram uma conjuntura sem precedentes no Haiti.

No entanto, o povo haitiano tem demonstrado uma notável capacidade de adaptação e resiliência diante dessas adversidades. A resiliência comunitária é um dos principais mecanismos de sobrevivência diante das crises ambientais e socioeconômicas mas, embora esses esforços sejam cruciais, é evidente que sozinhos não serão suficientes para resolver os problemas estruturais que o país enfrenta. Desse modo, é notável a falta de uma abordagem mais integrada, que combine políticas públicas de longo prazo, gestão sustentável dos recursos naturais e o fortalecimento das instituições locais.

O fortalecimento das iniciativas comunitárias, juntamente com um maior comprometimento internacional e a implementação de políticas governamentais eficazes, é essencial para enfrentar os desafios ambientais e construir um futuro mais sustentável para o Haiti. Esta análise, ao explorar os impactos ambientais e a resiliência comunitária no país, busca oferecer uma melhor compreensão das dinâmicas que moldam a crise atual, na esperança de contribuir para debates mais amplos sobre soluções duradouras.

Referências

DIAMOND, Jared. **Collapse: How Societies Choose to Fail or Succeed**. New York: Viking, 2005.

DUPUY, Alex. **Haiti in the World Economy: Class, Race, and Underdevelopment since 1700**. Boulder: Westview Press, 1989.

FATTON JR., Robert. **The Roots of Haitian Despotism**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2007.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY. **Energy in Haiti**. Paris: IEA, 2015.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY. **Haiti Energy Profile 2020**. Paris: IEA, 2020.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION - IOM. **COVID-19 and its Impact on Migration in Haiti**. Geneva, 2021.

LAMBIN, Eric F.; MEYFROIDT, Patrick. Global land use change, economic globalization, and the looming land scarcity. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 108, n. 9, p. 3465-3472, 2011.

Ménard, R. **Haiti's Environmental Crisis: Deforestation and Energy Scarcity**. Montreal: McGill University, 2013.

MONGABAY. Haiti: An Island Nation Whose Environmental Troubles Only Begin with Water. **Mongabay**, 2021. Disponível em: <https://www.mongabay.com>. Acesso em: 10 set. 2024.

RUDEL, Thomas K. **Tropical Deforestation: Small Farmers and Land Clearing in the Ecuadorian Amazon**. New York: Columbia University Press, 1998.

SMITH, K.; PETLEY, D. N. **Environmental Hazards: Assessing Risk and Reducing Disaster**. 6. ed. London: Routledge, 2009.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME. Haiti: Environmental and Socioeconomic Challenges. **UNEP**, 2021. Disponível em: <https://www.unep.org>. Acesso em: 30 set. 2024.

WORLD BANK. **Haiti: Toward a Climate-Resilient Future**. Washington: World Bank, 2022.

WORLD BANK. **Haiti Overview: Development News, Research, Data**. Washington, D.C.: World Bank, 2023. Disponível em: <https://www.worldbank.org>. Acesso em: 30 set. 2024.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Ambient air pollution: A global assessment of exposure and burden of disease**. Geneva: WHO, 2018.

[v. 6 | n. 3] [novembro | 2024]



petrel